



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
COLEGIADO SERVIÇO SOCIAL

Rodrigo dos Santos Santana

Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil:
desafios, implicações e perspectivas no universo sociojurídico

Paranavaí
2024

Rodrigo dos Santos Santana

Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil:
desafios, implicações e perspectivas no universo sociojurídico

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela

Paranavaí

2024

dos Santos Santana, Rodrigo

Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil: desafios, implicações e perspectivas no universo sociojurídico / Rodrigo dos Santos Santana. -- Paranavaí-PR, 2024. 145 f.

Orientadora: Keila Pinna Valensuela.

Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social - Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Judicialização. 2. Questão Social. 3. Crianças e Adolescentes. 4. Acesso à Justiça. 5. Direitos Humanos. I - Pinna Valensuela, Keila (orient). II - Título.

Rodrigo dos Santos Santana

Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil: desafios,
implicações e perspectivas no universo sociojurídico

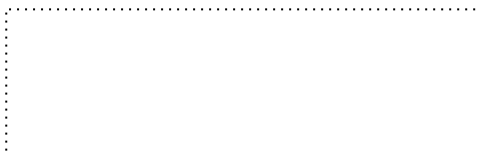
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Paranavaí 18 de dezembro de 2024.



Profa. Dra. Priscila Semzezem
Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela.
Orientadora



Profa. Dra. Priscila Semzezem.
UNESPAR, campus de Paranavaí



Profa. Dra. Isabela Maria Marassi Rubira.
UNESPAR, campus de Paranavaí

Paranavaí, 2024

"Dedico esta conquista àqueles que, em algum momento, desacreditaram ou duvidaram de sua concretização, pois vos asseguro que estáveis em erro, e esta realização há de perpetuar-se como testemunho eloquente da força que transcende a incredulidade."

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada repleta de desafios, superações e aprendizados, mas nada disso teria sido possível sem o apoio de pessoas incríveis que fizeram parte dessa caminhada.

Primeiramente, a minha mãe, dedico um agradecimento mais do que especial. Durante toda a minha infância, ela trabalhou duro como doméstica e faxineira, sempre priorizando a minha educação e me oferecendo oportunidades que me trouxeram até aqui. Hoje, ela continua trabalhando na limpeza da universidade onde estudo, e não há como descrever o orgulho que sinto dela. Sua força, caráter e amor incondicional são o meu exemplo de vida e um dos pilares que me sustentam diariamente. Em momentos difíceis ou bons, próximos ou distantes, meu coração sempre se conecta ao dela, e essa ligação me dá forças para persistir.

Agradeço ao meu pai, minhas tias e primos(as) que sempre torceram por mim e acreditaram no meu potencial, mesmo quando as dificuldades pareciam maiores. O carinho, incentivo e fé de vocês foram essenciais para que eu mantivesse a determinação de seguir em frente.

Aos meus professores e amigos do ensino fundamental e médio, minha gratidão por todo o incentivo e apoio, inclusive quando decidi mudar de estado para seguir meu próprio caminho. Mesmo à distância, vocês continuaram acreditando em mim, e isso fez toda a diferença.

À minha orientadora, professora **Keila Pinna Valensuela**, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão. Mais do que uma orientadora e professora, você foi amiga, conselheira e um verdadeiro apoio. Mesmo eu não sendo o orientando mais fácil, entregando trabalhos fora do prazo e quase te matando de susto ao chegar no último instante para a banca de qualificação, você sempre demonstrou paciência e acolhimento. Sua dedicação, empatia e compromisso com seus alunos são inspiradores e, sem dúvida, fazem de você uma profissional incrível e um ser humano admirável.

Também agradeço à professora **Thaís Gaspar Mendes da Silva** e ao professor **Leonardo Carvalho de Souza**, que me proporcionaram a oportunidade de crescer academicamente e intelectualmente. A Thaís foi minha primeira orientadora em pesquisa de iniciação científica, e, no ano seguinte, tive o privilégio de ser orientado pelo Leonardo e pela Keila. Essas experiências, além de enriquecerem minha

formação, foram fundamentais para minha permanência na universidade, graças às bolsas de iniciação científica que me ajudaram a me manter na cidade. Sem essas oportunidades, talvez eu não tivesse chegado até aqui.

À assistente social **Aline Amanda Ribeiro**, minha supervisora no SAIJ, dedico minha admiração e respeito. Mais do que uma supervisora, você se tornou um referencial de conhecimento e um exemplo de profissional e humanidade. Aprendi muito com você e espero carregar esses aprendizados ao longo da minha trajetória.

Agradeço também à minha colega de jornada, **Laura**, com quem compartilhei os desafios diários de aulas e estágio. Nossa parceria foi essencial para enfrentar as dificuldades, e sou grato por termos nos apoiado mutuamente ao longo do caminho.

Aos meus colegas de turma, agradeço pela convivência e por tudo o que compartilhamos ao longo desses anos. Como representante, sei que nem sempre agradei a todos, mas sempre me esforcei para dar o meu melhor e representar o grupo da forma mais justa possível.

Agradeço profundamente ao **Magistrado Doutor Sérgio Decker**, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude do Fórum Regional de Nova Esperança, ao **Promotor de Justiça André Del Grossi Assumpção** e à **Promotora de Justiça Viviane Moraes Ribeiro Gerelus**, pela disponibilidade em fornecer os processos que possibilitaram a realização deste trabalho. Estendo meu reconhecimento às equipes técnicas e aos estagiários que, com dedicação e profissionalismo, auxiliaram no levantamento e organização dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Sua contribuição foi essencial para o sucesso deste projeto e para o avanço do conhecimento na área sociojurídica.

E, por fim, ao **Tuiuiú**, meu agradecimento especial. Apesar de hoje seguirmos caminhos diferentes, nossa amizade e competição saudável foram determinantes para que eu buscasse crescer e me desafiar. Foi tentando acompanhar seu ritmo que me dediquei mais aos estudos e conquistei oportunidades que antes nem sonhava. Mesmo que o futuro tenha seguido um rumo diferente do que imaginávamos, sou profundamente grato por tudo o que vivemos e pelo impacto que teve na minha trajetória.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento. Este trabalho é, sem dúvida, uma conquista coletiva.

"A garantia dos direitos requer permanente e intensa luta e investimento para a sua efetivação como um sistema capaz de realmente agregar e fazer funcionar poderes, instituições, políticas e serviços." (Nogueira Neto, 2012)

RESUMO

A pesquisa analisa a crescente judicialização das expressões da questão social relacionadas às crianças e adolescentes no contexto sociojurídico brasileiro, destacando seus impactos no acesso à justiça, na efetivação de políticas públicas e na garantia de direitos humanos. Através do método dialético, foi realizada uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de informações e dados provenientes do Ministério Público e do Poder Judiciário na Comarca de Nova Esperança/PR. A judicialização é apresentada como resposta às falhas do Estado em efetivar políticas públicas, tornando o Poder Judiciário uma instância central na resolução de aspectos sociais, de violações ou não efetivações de direitos. Contudo, essa dependência judicial evidencia a desresponsabilização dos Poderes Executivo e Legislativo, especialmente na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, segmento vulnerável que enfrenta desigualdades estruturais acentuadas por contextos políticos e econômicos adversos. A pesquisa também reflete sobre os limites e contradições desse fenômeno, expondo como ele pode tanto assegurar direitos quanto fragilizar as bases das políticas públicas. Espera-se contribuir para uma compreensão crítica do papel da judicialização no enfrentamento das demandas sociais infantojuvenis.

Palavras-chave: Judicialização; Questão Social; Crianças e Adolescentes; Acesso à Justiça; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The research analyzes the increasing judicialization of social issues related to children and adolescents in the Brazilian socio-legal context, highlighting its impacts on access to justice, public policy implementation, and human rights assurance. Through the dialectical method, a qualitative and exploratory approach was conducted, based on bibliographical review and document analysis from the Public Prosecutor's Office and the Judiciary in Nova Esperança/PR. Judicialization is presented as a response to the State's failures to implement public policies, making the Judiciary a central instance in mediating social conflicts. However, this judicial dependence highlights the disengagement of the Executive and Legislative Powers, especially in protecting children's and adolescents' rights—a vulnerable group facing structural inequalities exacerbated by adverse political and economic contexts. The research also reflects on the limits and contradictions of this phenomenon, showing how it can both ensure rights and weaken the foundations of public policies. This study aims to contribute to a critical understanding of judicialization's role in addressing children's and adolescents' social demands.

Keywords: Judicialization; Social Issue; Children and Adolescents; Access to Justice; Human Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de análise e unidades empíricas

Figura 2 – A cronologia dos fatos

Figura 3 – Estrutura do Poder Judiciário Brasileiro.

Figura 4 – Distribuição de Defensorias por cidade e comarca.

Figura 5 - Mapa do Paraná, destacando Nova Esperança e a comarca

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

Quadro 2 – Análise dos processos judicializados do PROJUDI

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT - Conselho Tutelar
DPPR - Defensoria Pública do Estado do Paraná
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP - Ministério Público
MPPR - Ministério Público do Paraná
NUCIDH - Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos
NUDECON - Núcleo de Defesa do Consumidor
NUFURB - Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas
ONU - Organização das Nações Unidas
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PT - Partido dos Trabalhadores
SAIJ - Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude
SAICAs - Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SGD - Sistema de Garantia de Direitos
TJPR - Tribunal de Justiça do Paraná
UBS - Unidade Básica de Saúde
UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund
UNISP - Unidades Integradas de Segurança Pública

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE O ACESSO AO DIREITO E À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE.	23
2.1.	A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL: CONCEITO E PROBLEMATIZAÇÕES	24
2.2.	O ACESSO INSTITUCIONAL AO SISTEMA DE JUSTIÇA NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO E DESAFIOS.....	32
2.3.	O ECA E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E LEGAIS.....	42
3.	AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ÁREA INFANTOJUVENIL: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DO UNIVERSO SOCIOJURÍDICO	52
3.1.	VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: REPERCUSSÕES DO PERÍODO DE ASCENSÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL E DO CONTEXTO PANDÊMICO.....	52
3.2.	CIDADANIA JUDICIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROJUDI E MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA.....	58
4.	CONCLUSÃO	132
	REFERÊNCIAS.....	136
	ANEXO A – Parecer do CEP	141

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil: desafios, implicações e perspectivas no universo sociojurídico” visa examinar o processo de judicialização que envolve expressões da questão social relacionadas a crianças e adolescentes no Brasil, com foco no impacto da ausência ou escassez de garantia de políticas públicas e dos direitos humanos. O estudo surge enquanto resultado da formação acadêmica em Serviço Social que incluiu um aprofundamento teórico e empírico, destacando-se a experiência em Iniciação Científica e estágio supervisionado no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), no Foro Regional de Nova Esperança-PR. Nesse contexto, a judicialização aparece como resposta recorrente do Estado para suprir demandas que deveriam ser garantidas por meio de políticas públicas, portanto, prioritariamente pelo Poder Executivo.

Borgianni (2013, p.413) caracteriza o jurídico como “o lócus de resolução dos conflitos pela impositividade do Estado”. Essa definição destaca o papel central do sistema jurídico na mediação de disputas, utilizando a autoridade estatal para impor normas e assegurar a ordem social. Nesse contexto, o espaço jurídico atua como um mecanismo institucional que reflete a força normativa do Estado na busca pela justiça, identificando assim a atuação do Poder Judiciário nessas demandas.

Durante a Iniciação Científica de 2021 a 2022, a pesquisa abordou a crise contemporânea do capital e os ataques aos direitos sociais, especialmente no contexto pandêmico. Esse período destacou o desmonte das políticas de proteção social, intensificado pela adoção de medidas neoliberais. Foi produzido um conjunto de textos explorando: (a) as condições de crise do capitalismo contemporâneo; (b) a assistência social enquanto política pública sob intensas disputas políticas e influências neoliberais; (c) o projeto contínuo de desmonte da seguridade social, que antecede a pandemia; e (d) as implicações da COVID-19 para as políticas sociais, que evidenciaram as falhas estruturais do sistema de proteção social e impulsionaram a judicialização como via para garantir direitos fundamentais. Esse conjunto de experiências formou uma base crítica e teórica para aprofundar as reflexões e análise sobre a precarização dos direitos e a transferência de demandas ao Poder Judiciário.

Na segunda etapa de Iniciação Científica, de 2022 a 2023, o foco foi nas violações de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens entre 2020 e 2022, investigando as consequências das políticas restritivas no governo de Jair Messias

Bolsonaro. Nessa fase, o estudo do conceito de questão social foi ampliado, abordando: (a) o retrocesso nas políticas públicas e o impacto sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes; (b) os desafios profissionais no contexto dessas violações.

Esses processos têm como impacto o desmonte das políticas de proteção infantojuvenil, que passaram a ser um dos principais objetos de judicialização. A pesquisa consolidou a formação crítica e a exercício profissional, fornecendo as bases para o entendimento das lacunas deixadas pelas políticas públicas e da atuação do Poder Judiciário como um mecanismo corretivo.

Soma-se a experiência dessas pesquisas, o estágio supervisionado e remunerado no TJPR que proporcionou uma vivência cotidiana com o universo sociojurídico, onde a judicialização se mostrou essencial para atender demandas de crianças e adolescentes não solucionadas administrativamente pelo intermédio das políticas públicas. Essa experiência prática aprofundou a compreensão das tensões entre os Poderes e do papel do Judiciário como mediador de conflitos coletivos e estruturais que, em sua essência, deveriam ser responsabilidade do Executivo. Observou-se que o Poder Judiciário, ao assumir essas demandas, atua como um garantidor de direitos, expondo as omissões e insuficiências do Estado (poderes Executivo e Legislativo). Em suma a falha do executivo se potencializa no judiciário.

A metodologia do estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético, a partir da teoria marxista, que oferece uma análise crítica das contradições sociais intrínsecas, nesta pesquisa, especificamente ao fenômeno da judicialização. Conforme Netto (2009b), essa abordagem promove uma análise profunda e crítica dos fenômenos sociais, indo além de suas manifestações superficiais para alcançar uma compreensão de sua essência. O método pressupõe uma análise histórica das relações sociais que estruturam o contexto investigado, permitindo a identificação das contradições e dinâmicas internas que moldam a realidade. Dessa forma, busca-se não apenas interpretar os fatos, mas também compreender as condições que os produzem e os possíveis caminhos para transformação social.

A pesquisa se caracteriza enquanto natureza qualitativa e com abordagem exploratória, o estudo se alinha à proposta metodológica adotada, permitindo uma análise abrangente e crítica do material teórico e documental. Embora priorize a dimensão qualitativa, incorpora também dados quantitativos como parte complementar da investigação. Segundo Minayo (2013), a compreensão da realidade

social exige a integração das dimensões objetivas e subjetivas, sendo ambas essenciais para uma análise completa e aprofundada.

O objeto deste trabalho é a crescente judicialização das expressões da questão social relacionadas às crianças e adolescentes e seus impactos no acesso à justiça, na efetivação das políticas públicas e dos direitos humanos no contexto sociojurídico. Essa delimitação tem em vista desvelar o porquê de cada vez mais expressões da questão social, que deveriam estar sendo garantidas através de políticas públicas, acabarem sendo levadas ao Poder Judiciário. A problematização parte da seguinte pergunta: “Como a crescente judicialização das expressões da questão social relacionadas às crianças e adolescentes impacta o acesso à justiça, a efetivação das políticas públicas e dos direitos humanos no contexto sociojurídico?”

Para tanto, estipulou-se como objetivo geral: compreender a judicialização das expressões da questão social ligadas ao universo de crianças e adolescentes, a fim de entender o acesso à justiça na perspectiva dos direitos humanos e da consolidação de políticas públicas. E como objetivos específicos:

- Problematizar a judicialização da questão social e suas expressões na área infantojuvenil;
- Discutir o acesso à justiça na perspectiva dos direitos humanos, a partir do universo sociojurídico;
- Investigar processos judiciais e administrativos da área de crianças e adolescentes atendidos pela Comarca de Nova Esperança.

O universo da pesquisa abrange os processos administrativos e judiciais na Comarca de Nova Esperança¹, estado do Paraná, especialmente nas Varas de Família e Infância, nos municípios de Nova Esperança, Uniflor, Atalaia, Presidente Castelo Branco e Floraí. O recorte temporal delimita-se entre 2018 e 2024, contemplando períodos anteriores à pandemia, durante a pandemia e o pós-pandemia, conforme o contexto de transformações sociais apontado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023).

As demandas apresentadas, organizadas em quatro áreas — direito à educação, direito à saúde pública, direito de família e direito à habitação —, refletem

¹ A Comarca de Nova Esperança é classificada como de **entrância final**, conforme o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná (Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003), listado no Anexo I que organiza as classificações das comarcas no estado. Essa classificação reflete uma maior estrutura administrativa e de serviços, com uma organização judicial mais robusta, geralmente relacionada a comarcas com maior volume de processos e maior complexidade jurídica em comparação às de entrâncias inicial e intermediária.

as principais expressões da judicialização da questão social no universo infantojuvenil. A análise será centrada nas demandas da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Nova Esperança, abrangendo tanto os processos administrativos encaminhados pelo Ministério Público quanto os judicializados. A pesquisa busca compreender como essas situações, que envolvem direitos fundamentais não garantidos por políticas públicas efetivas, são tratadas no âmbito jurídico e administrativo, destacando lacunas na garantia desses direitos. Dessa forma, será possível examinar as soluções propostas e as implicações da judicialização para o acesso à justiça e a consolidação do Sistema de Garantia de Direitos, promovendo uma visão aprofundada sobre as dinâmicas de acesso aos direitos sociais no contexto sociojurídico local.

O Ministério Público forneceu um total de duzentos e trinta e dois (232) procedimentos administrativos para a pesquisa, abrangendo as temáticas de Educação, Família, Infância e Juventude. Desses, foram selecionados cento e quatro (104) procedimentos específicos da Vara da Infância e Juventude, e compatíveis com a amostra do projeto de pesquisa inicial, para atender aos objetivos do estudo e estabelecer um comparativo com os processos judicializados registrados no Projudi.

Entre os procedimentos analisados, vinte e três (23) estão diretamente relacionados as demandas na área de Educação, e outros, vinte e três (23) tratam de questões ligadas ao Direito de Família. Esses quarenta e seis (46) procedimentos, por sua especificidade, serão utilizados em publicações futuras, focadas em demandas mais diretas dessas áreas. Assim, o total de procedimentos administrativos analisados nesta pesquisa soma cento e oitenta e seis (186).

Com relação aos procedimentos ajuizados, o sistema Projudi permite a aplicação de filtros baseados na classificação processual, conforme disposto no Código de Processo Civil (Brasil, 2015). Esses filtros consideram critérios como a remessa ao departamento responsável, o período desejado e a situação do processo (ativo ou arquivado). Com base nesses parâmetros, a pesquisa identificou um total de dezessete (17) processos que atendem aos critérios estabelecidos.

Portanto, foram recebidos o total de duzentos e quarenta e nove (249) procedimentos, abrangendo tanto os administrativos quanto os judicializados. Deste total, foram analisados duzentos e três (203), a partir dos filtros já mencionados.

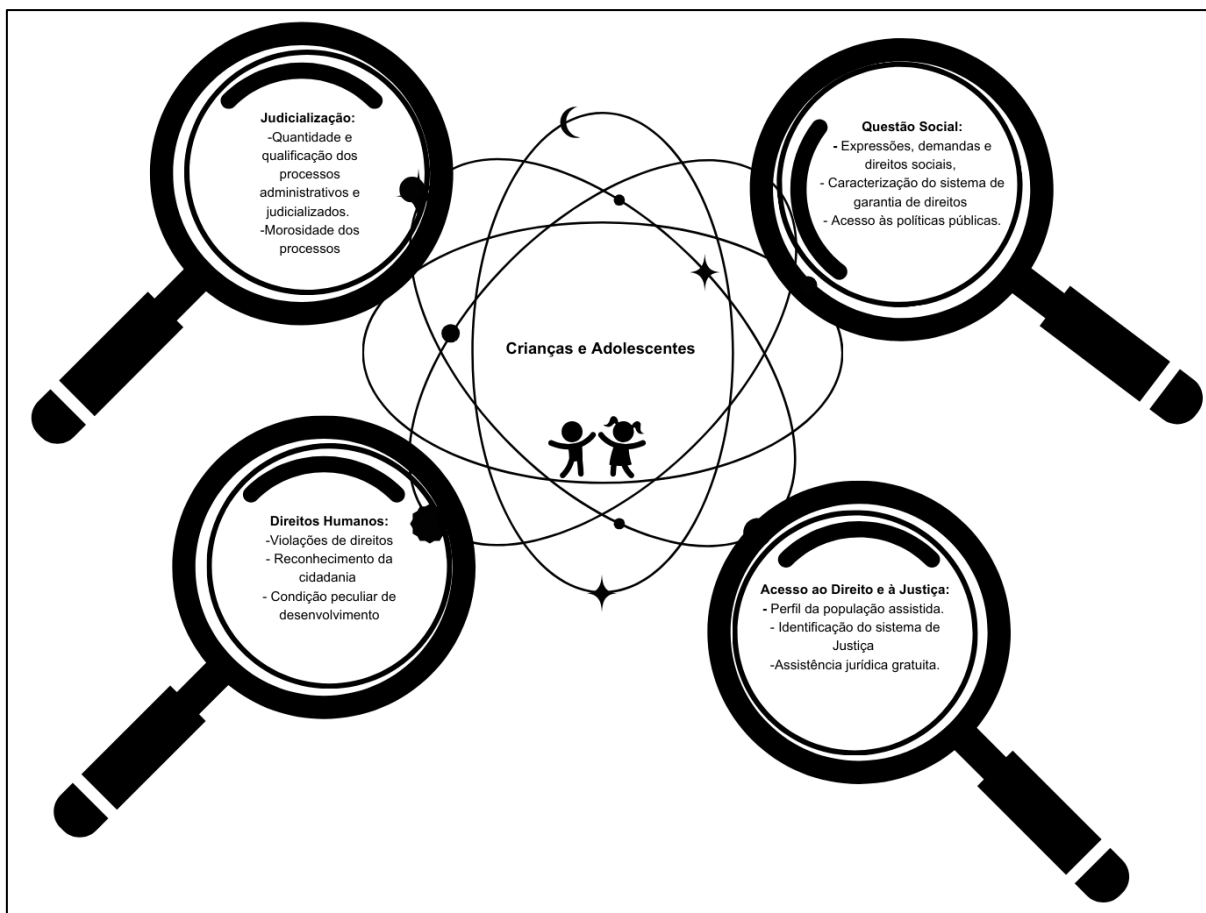
A análise documental foi escolhida como metodologia principal para este trabalho devido à sua relevância na sistematização de dados provenientes de fontes escritas ou não, com o objetivo de compreender e interpretar fenômenos relacionados

aos direitos de crianças e adolescentes. Essa abordagem metodológica envolve etapas fundamentais, como a avaliação do contexto, a identificação da situação e a autenticidade dos documentos, além da análise de conceitos-chave e da lógica interna dos textos. No presente estudo, foi realizado um mapeamento inicial dos processos administrativos e ajuizados, priorizando uma leitura dinâmica que permitisse identificar informações comuns entre os documentos. Esse procedimento possibilitou tanto a organização preliminar dos dados quanto a identificação de aspectos relevantes para compor a análise argumentativa prevista no projeto (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Dessa forma, a abordagem metodológica adotada buscou integrar teoria e realidade, permitindo a construção de categorias analíticas e unidades empíricas a partir da sistematização de elementos recorrentes nos processos avaliados. A análise documental não se limita à coleta de dados, mas envolve uma leitura crítica que conduz à criação de novas interpretações e sínteses. No decorrer da pesquisa, os processos foram esquematizados de modo a ressaltar aspectos estruturais e informativos que, além de responderem às questões de pesquisa, também contribuíram para a reflexão sobre a forma de apresentação e organização dos dados coletados, favorecendo uma análise mais criteriosa e fundamentada (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

As categorias de análise e unidades empíricas foram organizadas conforme demonstrado na imagem abaixo:

Figura 1: Categorias de análise e unidades empíricas



Fonte: elaborado pelos autores.

No decorrer do processo foram realizadas revisões de literatura e documentais, abrangendo materiais fornecidos pelo Ministério Público e coletados via Processo Judicial Digital (Projudi). As categorias analíticas e empíricas incluem direitos à educação, saúde pública, família e habitação. O levantamento documental será complementado por dados quantitativos e qualitativos, considerando a interação entre as dimensões objetiva e subjetiva da pesquisa.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESPAR, garantindo a observância de princípios éticos, especialmente no que se refere ao sigilo dos dados analisados.

A pesquisa será estruturada em duas etapas complementares: uma revisão teórica e uma análise documental. No primeiro capítulo, serão explorados autores como Iamamoto e Carvalho (2006), para discutir o conceito de questão social, e Viana (2008), que examina o papel dos Poderes no Brasil. Também serão abordados Garapon (2001), Reis (2019) e Valensuela (2020), cujas reflexões fornecem uma

compreensão ampla sobre a judicialização e sua função ambivalente de acesso a direitos e desresponsabilização do Estado.

O segundo capítulo será constituído pela análise documental de processos administrativos e judiciais, com dados do sistema Processo Judicial Digital (Projudi) e do Ministério Público da Comarca de Nova Esperança. A análise abrange demandas específicas de crianças e adolescentes em áreas como saúde, educação e proteção social, temas que refletem as lacunas das políticas públicas. Esse recorte temporal, delimitado de 2018 a 2024, permitirá investigar as mudanças no acesso a direitos e nas políticas públicas, desde a ascensão de governos neoliberais até o período pós-pandêmico, com autores como Scarpa (2021), Aginsky e Alencastro (2006) fornecendo suporte teórico sobre a judicialização dos direitos sociais.

A análise dos processos visa investigar como os direitos fundamentais de crianças e adolescentes têm sido assegurados (ou não efetivados) por meio da judicialização. Entre os direitos abordados na pesquisa, destacam-se o direito à educação, incluindo o acesso a vagas em escolas e à educação inclusiva; o direito à saúde, com foco em demandas de acesso a medicamentos e ao atendimento de saúde mental; o direito à moradia, contemplando casos de acesso à habitação digna; e o direito à convivência familiar e comunitária, analisando conflitos de guarda e ação de alimentos. Esses temas foram selecionados por sua relevância nas demandas que frequentemente chegam ao Poder Judiciário, refletindo as lacunas das políticas públicas e a atuação do Estado (estado enquanto união dos poderes Executivo e Legislativo) na garantia de direitos fundamentais. Ao investigar esses direitos no contexto da judicialização, o estudo busca evidenciar o impacto das omissões estatais sobre a vida das crianças e adolescentes e o papel do Poder Judiciário em atender tais demandas, mesmo que fora de seu escopo tradicional.

Essa articulação entre teoria e empiria, sustentada pela experiência acadêmica e de estágio, permite uma análise crítica do fenômeno da judicialização das expressões da questão social no âmbito infantojuvenil. Espera-se que o estudo ofereça contribuições relevantes as áreas de conhecimento do Serviço Social e ao Direito, evidenciando os limites e os desafios da judicialização em um cenário de retração das políticas públicas e fragilização da proteção social. Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda da judicialização como fenômeno complexo e multifacetado, que reflete tanto as omissões do Estado quanto a

centralidade do Sistema de Justiça, especialmente do Poder Judiciário e do Ministério Público, na garantia de direitos essenciais.

2. JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE O ACESSO AO DIREITO E À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE.

O presente texto examina a judicialização da questão social no Brasil, com um foco especial no acesso ao direito e à justiça para crianças e adolescentes. Parte-se da distinção entre judicialização e jurisdicIALIZAÇÃO, fundamentada nos autores Wandelino Nogueira Neto (2012) e Elizabete Borgianni (2013), para explorar como essas demandas são absorvidas pelo Poder Judiciário em um cenário de falhas na efetivação de políticas públicas. Busca-se compreender o papel do Judiciário como mediador e, muitas vezes, substituto de outras instâncias governamentais no enfrentamento das expressões da questão social.

Para além do conceito de judicialização, discute-se o impacto desse fenômeno na percepção da figura do magistrado e no equilíbrio entre os poderes no Brasil, conforme apontado por Garapon (2001). A análise inclui as limitações do acesso à justiça, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis, e como a busca pelo Judiciário evidencia a insuficiência do Poder Executivo em implementar políticas que efetivem direitos fundamentais.

O texto aborda ainda o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD), destacando os avanços e desafios desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. A partir do artigo 227 da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reflete-se sobre as conquistas legislativas e os entraves para sua materialização, incluindo o papel do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública na proteção desse público.

Por fim, a análise ressalta a necessidade de compreender a judicialização como um reflexo das contradições do capitalismo e da omissão dos demais poderes na garantia de direitos. Este trabalho visa contribuir para o entendimento crítico desse fenômeno e seus impactos sobre a infância e adolescência, promovendo um olhar ampliado sobre os desafios e possibilidades no campo da justiça social.

2.1. A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL: CONCEITO E PROBLEMATIZAÇÕES

Abordar a judicialização da questão social é um tema complexo que exige uma compreensão acerca do que é a judicialização, e a distinção entre jurisdicalização/justicialização. Além do que se trata a questão social e suas expressões. Para tal, é necessário retomar os autores Wandelino Nogueira Neto (2012) e Elizabete Borgianni (2013), entre outros especialistas no assunto.

Ao tratar então sobre judicialização, Nogueira Neto (2012, p. 28) argumenta que existe uma diferença entre “judicialização” e “jurisdicalização” (ou “justicialização”). Segundo ele:

Esclarecendo, preliminarmente: a “judicialização” - como ação mais restrita - refere-se ao levar determinadas questões interpessoais, conflitos, demandas concretas e determinadas ao Poder Judiciário, tendo como baliza a Lei e o Direito. Outra coisa é a “jurisdicalização” (ou “justicialização”) desses conflitos conjunturais e pontuais, isto é, seu amplo emarcamento no campo da normativa jurídica, isto é, definir os marcos normativos jurídicos; colocar o enfrentamento desses casos pela via do Direito e da Justiça, no seu sentido amplo, ético e político e não só dogmaticamente não só do seu sentido legal e judicial, institucional.

Esses conceitos trabalhados pelo autor são retomados por Borgianni (2013) que difere o que é o “direito” e o que é a “lei”, compreendendo que o “direito” por si só é um conceito muito mais abrangente do que a legislação. O direito nasce a partir das relações sociais cotidianas como uma demanda do capital produzida pela sociedade, levando em consideração os interesses políticos e econômicos, as relações de poder e sua real necessidade, bem como seu conceito existe de forma independente a legislação.

Quando há a violação do direito que está positivado (isto é, garantido em legislação) a intervenção do Poder Judiciário é uma atribuição legal e dever ético desta instância, para fazer com que a lei seja cumprida e o direito reafirmado a todos cidadãos e cidadãs. Contudo, é necessário ressaltar que a judicialização acontece como resposta ao não cumprimento do direito e não como uma forma de prevenção dessas violações. Entende-se que é uma imposição que o Poder Judiciário determina (para forçar) o cumprimento de um determinado direito, entretanto essa não deve ser uma compreensão limitada ao viés positivo dessa possibilidade, é necessário compreender sobretudo que essa é uma resposta pontual no enfrentamento das

demandas que se apresentam ao Sistema de Justiça e a necessidade de judicialização expõe principalmente o esgotamento das relações de diálogo pelo interesse do coletivo (Aguinsky; Alencastro, 2006).

O Poder Judiciário torna-se um espaço não somente de arbitragem e execução da lei, mas de imposição e de cobranças aos demais poderes, Legislativo e Executivo. A população enxerga através da judicialização a possibilidade de buscar respostas a demandas que estão no texto da lei (principalmente respaldados na Carta Magna), mas que ainda necessitam de regulamentações ou ações diretas por parte do Poder Executivo para o seu cumprimento. Assim as pautas levadas ao Poder Judiciário são cobranças que ocorrem de modo mais individual, abandonando a ideia do direito como pauta coletiva. Garapon (2001) aponta que o Judiciário passou a ser visto como um novo espaço democrático no qual através da judicialização se pode obter respostas efetivas dos poderes Legislativo e Executivo, de forma mais rápida e pontual a cada caso, um processo pelo qual surgem novas demandas e parâmetros ao Judiciário enquanto instância de poder de Estado e ao magistrado enquanto representante desse poder.

Sobre a judicialização é necessário compreender que além da intervenção do Poder Judiciário sobre a política, essa é uma pauta que se estendeu as relações sociais intrafamiliares, isto é, que em tese não haveria necessidade de intervenção judicial por se tratar de temas que se formulam e se modificam no cotidiano de convívio e da relação das pessoas. (Vianna et al, 2014).

Assim a judicialização das relações sociais se dá pela necessidade de garantia da democracia e da cidadania de forma igualitária a todos cidadãos e cidadãs, frente a um processo histórico do país que se desenvolveu de forma tardia em relação ao resto do mundo, concretizando-se nas palavras dos autores como “país capitalista e democratizado de forma retardatária”, e a consequência deste atraso é a ausência de entendimentos sobre liberdade e equidade social. Consequente a isso, está a necessidade de buscar soluções no Poder Judiciário que se adapta a responder demandas de “direito ao trabalho, direito de família, justiça agrária”, entre outras (Vianna et al, 2014, p. 150).

Essa busca pela cidadania por meio da judicialização se caracteriza contraditoriamente como resultado de lutas sociais pela garantia de direitos fundamentais e ao mesmo tempo como uma forma de acesso. Complementar a essa afirmação, Rizzini e Pilotti (2011, p. 29) argumentam, que “Graças às possibilidades

de organização e participação populares [...] novos atores políticos entraram em cena, desencadeando o processo de reivindicação dos direitos de cidadania para crianças e adolescentes."

Para entender estas demandas é necessário observar sua origem no cerne da Questão Social, e que os direitos positivados em prol da população surgem em sua maioria como tentativa do Estado em dar respostas a estas expressões. Assim no que diz respeito da Questão Social e suas expressões partimos de Iamamoto (2006) que compreende a Questão Social como sendo o sistema de relações sociais existente, pautado no conflito 'Capital x Trabalho', em que as expressões desse conflito se manifestam como "problemas sociais" que afetam a classe trabalhadora:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho; Iamamoto, 2006, p. 77).

O Estado passa a agir como garantidor da ordem e das relações sociais vigentes, isto é, em teoria mediando os conflitos sociais existentes entre classe trabalhadora e a elite, respondendo a pauperização da classe trabalhadora com políticas públicas, como uma forma de manter o status quo e evitar 'revoluções' contra o sistema de exploração capitalista. Neste objetivo, a política social passa a ser o principal meio de controle da população proletária, e a maioria dessas políticas estão firmadas, no caso brasileiro, no Art. 6º da Constituição Federal de 1988 (Netto, 2009a; Brasil, 2023).

A luta de classes existe por conta desta dinâmica em que a burguesia acumula cada vez mais riqueza, enquanto a classe trabalhadora sofre o processo contrário de pauperização/empobrecimento. Ressalta-se que essa contradição não é aparente, no dia a dia, mas sempre se manifesta de outras formas (violência, pobreza, desemprego, problemas de saúde, educação, dentre diversas outras). Essas manifestações cotidianas entre a "classe capitalista e a classe trabalhadora" recebem direitos e políticas públicas como resposta do Estado na tentativa de amenizar conflitos (Pereira, 2001).

O processo de judicialização das relações sociais faz com que as demandas das populações mais abastadas cheguem ao Poder Judiciário, expondo as diversas

necessidades geradas pela Questão Social que assolam aos mais pobres majoritariamente.

Compreende-se a judicialização como forma de acesso ao direito, todavia ao mesmo tempo que se busca garantir direitos, é pela via da imposição do Poder Judiciário. Conseguir chegar ao Judiciário para ter esse acesso pode ser um desafio por parte dos segmentos mais pobres da população, uma compreensão explicitada por Nogueira Neto (2012), ao questionar a real inserção e possibilidade dos segmentos sociais mais abastados no acesso ao Sistema de Justiça e como se dá essa tomada de consciência e compreensão da classe trabalhadora. Dúvidas reafirmadas por Vianna et al (2014).

Sendo assim, torna-se necessário problematizar ainda que a judicialização é fenômeno que se manifesta para além da política e das relações sociais, mas na própria percepção acerca do Poder Judiciário e da figura de autoridade do juiz.

Houve um aumento do controle judicial sobre a vida coletiva, principalmente ao final do século XX. Motivada por uma personificação da população que passa a ter uma visão dos juízes como sendo responsáveis por arbitrar em todos os aspectos da vida cotidiana (vida política; vida internacional; vida moral e vida social). O juiz torna-se responsável por analisar, julgar e pacificar as relações sociais, além de determinar a existência e a execução de políticas públicas. Na área da infância, por exemplo, o juiz passa a ser requisitado para averiguar casos de castigos com violência e assim possa determinar se foi apenas uma maneira cultural e retrógrada de educar a seus filhos ou de fato uma violência deliberada. Sobre todos os âmbitos “sociais, políticos, administrativas, comerciais, familiares e até mesmo amorosa” a figura do juiz passa a acontecer através do Poder Judiciário um controle sobre a própria cidadania (Garapon, 2001, p. 28).

Os autores Rizzini e Pilotti (2011, p.48) alertam que "O olhar do juiz deve ser de total vigilância e seu poder é indiscutível. O jurista e o médico representam as forças hegemônicas no controle da complexa questão social da infância abandonada." Essa afirmação complementa a análise do papel do judiciário como mecanismo de controle social, evidenciando a centralidade da autoridade na gestão das desigualdades.

Em suma, a judicialização é o crescente movimento de levar ao Poder Judiciário, casos que poderiam ou deveriam ser resolvidos através de políticas públicas, isto é, no âmbito político, em especial do Poder Executivo. Uma tendência

que se intensificou principalmente a partir do marco legal da Constituição Federal de 1988, concomitantemente neste período se intensifica no Brasil a tendência neoliberal, de desmonte e contrarreformas do Estado como garantidor dos direitos e políticas sociais. Neste período ganhavam força ainda movimentos sindicais e sociais responsáveis por fazer valer esse direito e responsabilidade do Estado para a grande parcela da população (Borgianni, 2013).

Nesse contexto complexo e contraditório de conquistas, regressão e conflitos, o Poder Judiciário passa a ser visto como alternativa como poder de decisão absoluta pelas parcelas da população mais fragilizadas, que buscam resposta na Justiça para garantia de seus direitos “trabalhistas, de proteção de crianças, idosos e etc.”, direitos que desde o governo Collor estavam sendo coibidos em detrimento dos interesses políticos econômicos, e para terem acesso a essa proteção básica, a população ‘carente’ passou a buscar respostas dessas demandas no Poder Judiciário (Borgianni, 2013, p. 426).

Esse processo de judicialização da Questão Social, ou mais apropriadamente, das expressões da Questão Social, tem como consequência uma “exoneração da responsabilidade do Estado” (aqui mais especificamente Executivo e Legislativo), do compromisso de garantir por suas próprias atribuições o direito que já está positivado através de políticas públicas (Aguinsky; Alencastro, 2006).

A partir desse contexto, a judicialização pela via da imposição do Judiciário, busca-se resposta para a garantia de direitos e proteção social aos segmentos da sociedade mais desprotegidos socialmente, dentre eles, o de crianças e adolescentes (Borgianni, 2013).

Portanto, com o fenômeno da judicialização, um dos segmentos sociais mais afetados é o infantojuvenil, considerando as dificuldades em efetivar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (Nogueira Neto, 2012; Borgianni, 2013; Valensuela, 2020).

O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD) foi regulamentado a partir do texto constitucional, orientado pelos princípios e diretrizes forjados a partir do seguinte artigo:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 2024, p. 200, grifo nosso).

A partir do Art. 227 da Constituição Federal de 1988, o Estado assume a responsabilidade de assegurar com absoluta prioridade a proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes, entretanto essa garantia tem ocorrido cada vez mais pela imposição do Poder Judiciário do que pela real efetivação de políticas públicas e da rede de proteção. A realidade tem se apresentado como um processo contrário mesmo entendendo que crianças e adolescentes são um dos segmentos mais afetados pela relação Capital e Trabalho. O Estado (sobretudo pelo Executivo e Legislativo) nega seu papel protetivo e passa a negligenciar a realidade das expressões que se manifestam principalmente no contexto de pobreza e violência, assumindo uma postura de criminalização dos mesmos e de suas condições. (Brasil, 2023; Valensuela, 2020)

Ainda sobre a exaltação da figura do juiz no processo de judicialização, Garapon (2001) faz apontamentos sobre o desafio gerado pela compreensão brasileira dessa figura de autoridade. Com uma crítica ao entendimento presente em algumas teorias majoritárias que caracterizam o magistrado como “porta-voz do direito”, acreditando-se que não há por parte dele parcialidade se não aquela de interpretar a lei diante dos fatos. O autor questiona essa percepção e compreende essa visão como um atraso do país em relação a discussão e o entendimento da figura do juiz em outros países. Ele utiliza a França como exemplo, por considerá-la um padrão europeu mais avançado nas discussões sobre o sistema de justiça. Na França, essa autoridade não está em um campo exilado da justiça julgando cegamente os fatos, mas como integrante desse processo.

As comparações elencadas por Antonie Garapon sobre o sistema de justiça e o brasileiro, apontam principalmente uma falta de imparcialidade gerada por uma falha no próprio sistema de justiça brasileiro, em que o magistrado é visto somente como porta-voz da lei, mas que na prática essa relação não se mostra tão neutra quanto deveria. E que existem brechas no próprio sistema para que a justiça seja manipulada segundo os interesses em disputa: “[...] certos políticos se servem então da justiça para enfraquecer seus adversários. Esse uso estratégico da justiça para fins a curto prazo revela o individualismo que ganha também a vida política [...]” (Garapon, 2001 p.36).

Uma hipótese dessa situação é o exemplo de que em uma disputa política entre candidatos uma das partes poderia denunciar seu opositor a justiça por algum

crime ou contravenção anteriormente cometidos. Assim, ele teria que se defender na justiça ao mesmo tempo em que permaneça na disputa. E mesmo que não haja a intenção do Judiciário em fazer parte destes esquemas, não há alternativa de se negar a suas atribuições de investigar e julgar para promover a justiça.

É interessante citar que a crítica e o exemplo trazidos podem ser vistos no processo da operação Lava Jato que teve seu ápice ao condenar o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018. O processo impediu que o presidente disputasse as eleições daquele ano, e em 2019 o processo foi considerado inconstitucional. Na situação em questão evidenciou-se uma parcialidade por parte do magistrado sob os fatos e um interesse político sobre a decisão judicial². A linha do tempo traçada pelo veículo Poder 360, evidenciam a ordem da condenação e posteriormente da anulação da sentença sobre as acusações contra o presidente.

² Nestes fatos não cabe aqui expor sobre materialidade/veracidade do crime cometido, mas sim evidenciar que na prática a interferência do judiciário foi um dos fatores na disputa eleitoral. (Mestre, 2023).

Figura 2: A cronologia dos fatos



Fonte: Mestre (2023), in Poder 360.

Dessa forma, Garapon (2001) retoma a perspectiva de que a figura do juiz deve ser compreendida como mais do que um aplicador da lei, mas como um intérprete de seus princípios e até mesmo legislador nos casos em que o que estiver escrito em texto legal não for suficiente à determinação e julgamento do caso em questão. Um processo que exige um posicionamento do magistrado segundo os princípios legais

[..] Juiz e texto constituinte formam assim um par legítimo. Esse texto é, por definição, incompleto: cabe ao juiz dar-lhe a palavra. O juiz não deve mais se contentar em aplicar as leis, mas, em certos casos, deve ainda verificar sua conformidade a um direito superior que esses princípios encerram. A lei então implode e se fraciona em duas direções opostas: de um lado, os princípios fora de alcance do legislador comum e, de outro, um direito mais concreto e mais operacional. [...] (Garapon, 2001, p. 41).

Garapon (2001), no mesmo sentido do que foi dito por Rizzini e Pilotti (2011), afirma que a figura do juiz deve ser compreendida como mais do que um locutor da lei, isso porque embora se tenham nas legislações a distribuição entre o “certo e errado”, manter uma percepção da realidade e das circunstâncias deve ser considerado ao deliberar sobre um crime/contravenção, por isso a figura humana do magistrado permanece sendo importante no cumprimento justiça.

Quando falamos em justiça é necessário retomar e entender que o acesso à justiça também se constitui enquanto parte essencial dos direitos humanos, como meio de se garantir o seu cumprimento, as autoras Valensuela e Rocha (2023) reconhecem que esse acesso à justiça é essencial para se contrapor ao processo de violação de direitos gerados pelo sistema capitalista, acrescentando ainda que o sistema de justiça é um espaço complexo e contraditório no sentido que mediar a concessão dos direitos da população, contudo sem se contrapor as necessidades existentes do sistema de exploração.

2.2. O ACESSO INSTITUCIONAL AO SISTEMA DE JUSTIÇA NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO E DESAFIOS

Este item tem por objetivo tratar sobre o sistema de justiça brasileiro e como se dá o acesso a essa justiça apresentando as principais características desse sistema e os desafios inerentes a consolidação do mesmo, partindo do pressuposto de como ele deveria ser segundo o que está estabelecido em petra, isto é na legislação e como autoras Alapanian (2005); Tejedadas (2012, 2013); Vianna (2014); Reis (2019) e Valensuela (2020) apresentam a realidade desse sistema.

O Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que marca o primeiro capítulo da carta magna do país, garantindo essencialmente que todos são iguais perante a lei independente dos marcadores étnicos e/ou sociais que atravessam os sujeitos, e garantindo a todos o devido processo legal, com direito a defesa e presunção de inocência, entre outros direitos, como direito à vida, liberdade, segurança e propriedade. A garantia desses direitos é a base da justiça brasileira tida como direitos fundamentais. E é a partir dessas cláusulas pétreas que se fundamenta a justiça, regulamentada posteriormente por demais leis e decretos. Contudo, essa se mostra uma compreensão limitada (Brasil, 2024).

Partindo da conceituação abordada por Valensuela (2020) que se fundamenta nos clássicos - Mauro Cappelletti e Bryant Garth – e no mais contemporâneo, o autor Luiz Werneck Vianna -, os termos utilizados para nominar o “sistema de justiça”, “sistema jurídico” ou “sistema judiciário” são variações do mesmo nome numa tentativa de se manterem atrelados a ideia de direito e justiça. Contudo, essencialmente no imaginário das pessoas, o Poder Judiciário ainda se caracteriza enquanto espaço onde as pessoas buscam o Estado para assegurar seus direitos e/ou resolver conflitos, esse é o entendimento que se mostra presente nas entrevistas conduzidas pela autora.

Entende-se que há uma diferença entre o que é direito e o que é justiça de modo que nem sempre o direito vai refletir a ideia de justiça por ambos não serem sinônimos, trata-se de conceitos que se complementam ao ponto de que o direito é criado pensando em garantir a justiça sendo um conceito fechado, daquilo que é imputado ao indivíduo, já a justiça é um conceito mais abstrato. As autoras Reis (2019), Valensuela (2020) e Alapanian (2005) conceituam de forma mais profunda numa perspectiva crítica essa discussão que é necessária como base na discussão aqui desenvolvida³.

Segundo Reis (2019), essa ideia de que o sistema judiciário é o meio de resolução de conflitos parte de uma visão liberal sobre esse sistema, visão essa que é citada pela autora como ultrapassada, no sentido de que para outros autores reconhecidos como liberais, “direitos fundamentais não necessitam da tutela do Estado, sendo o seu papel nesses casos fiscalizar a infração desses direitos. Tal entendimento exonera o estado de difundir o conhecimento dos direitos fundamentais entre os cidadãos, conseqüentemente impedindo os sujeitos de reclamarem a garantia de seus direitos, uma vez que aqueles que não os conhecem não poderão reclamá-los. (Reis, 2019, p. 35).

Um conceito mais amplo aborda o sistema de justiça não só pelo exposto no Art. 5º, mas também pela compreensão e garantia do Art. 6º. Reis (2019) explica que o acesso à justiça é parte de um processo histórico que se consolida entre o século XIX e XX, atingindo maturidade ao pautar também a garantia dos direitos sociais. A autora aprofunda essa compreensão mostrando que o Estado é chamado a atuar não

³ Recomenda-se que se busque Alapanian (2005) e Valensuela (2020) para se aprofundar no dicotomia entre as ideias de direito e de justiça.

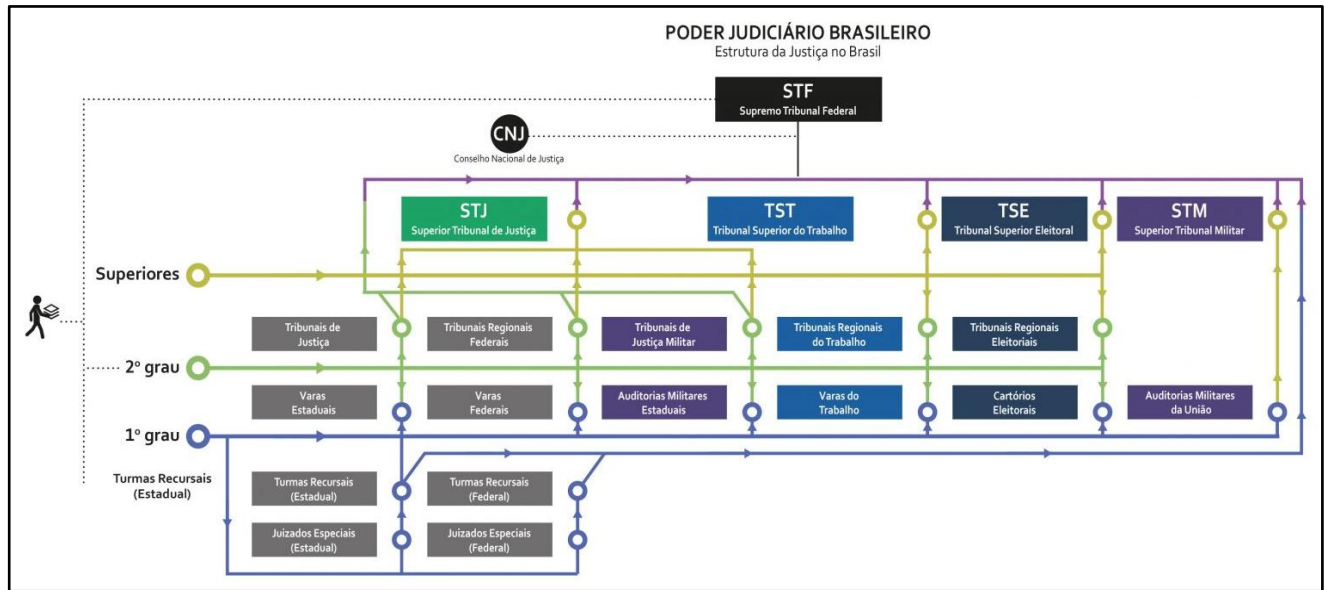
só enquanto resolutor de conflitos, mas ativa e qualitativamente enquanto garantidor de direitos básicos, visando diminuir as desigualdades e a pauperização, principalmente no contexto pós Segunda Guerra, com vistas numa justiça social para todos e todas.

Com a expansão dos direitos sociais no século XX, a ideia de justiça social se fortaleceu, contribuindo para a generalização das políticas sociais após a Segunda Guerra Mundial. A perspectiva não era de revolução, mas de inclusão de todos os trabalhadores em um sistema de proteção social. Nesse período, acesso aos direitos sociais significava acesso à justiça social, que deveria ser fornecido pelo Poder Executivo, encarregado de executar as políticas sociais. Ao Poder Judiciário cabia o julgamento sobre as causas trabalhistas e o controle sobre as ações ou omissões do Estado. (Reis, 2019, p.34)

De modo que o sistema de justiça é composto por diversos órgãos que promovem essa justiça, sendo eles: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, além de outros órgãos que estão na esfera do Poder Executivo, tais como: Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas, Sistema de Segurança Pública, Sistema Prisional e as redes de defesa e promoção do Sistema de Garantias de Direitos (Barros, 2018 apud Valensuela, 2020; Brasil, 2024).

Explicando sumariamente alguns desses órgãos partimos do Poder Judiciário, instituído constitucionalmente pela divisão dos poderes no Art. 2º, da Constituição Federal de 1988. O Poder Judiciário é estipulado como um dos três poderes da União, e a estrutura organizacional nacional do Poder Judiciário é definida pelo Art. 92º, conforme demonstrado na **Figura 2**, e no Art. 125º é regulamentado institucionalmente em cada âmbito estatal (Brasil, 2024).

Figura 3: Estrutura do Poder Judiciário Brasileiro.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2024.

Segundo Vianna; Burgos e Salles (2007), desde os anos 1970, o Poder Judiciário se desenvolveu enquanto instância de regulação da sociedade, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e mais para frente, com a crise do Welfare State, que passa a ser uma instância requisitada para resolução de conflitos, principalmente entre sujeitos, mas também numa resolução de conflitos políticos. Essa formulação do Judiciário a partir das requisições que se apresentam a ele faz com que se tenha uma ideia de “poder judiciário controlador”, com poder de interferência em diversas esferas da vida social. Valensuela (2020) acrescenta ainda que essas requisições ao Poder Judiciário evidenciam uma inadimplência do Poder Executivo na garantia dos direitos em sua obrigação, isto é, direitos que são efetivados por meio de serviços e políticas públicas. Uma afirmação também trazida por Borgianni (2013):

[...] Alguns pesquisadores chegam a afirmar que o enfraquecimento da política e das esferas de resolução pública dos conflitos e das reivindicações sociais, e o fato de o próprio Poder Executivo muitas vezes se colocar como violador de direitos por seus atos ou omissões perante a ganância do capital, fez com que a sociedade passasse a incumbir o Judiciário da tarefa de possibilitar a efetivação dos direitos sociais (Borgianni, 2013, p. 427).

Borgianni (2013) acrescenta ainda que essa ideia do judiciário controlador ou como trazido pela autora “controle judicial das políticas públicas” que de maneira simplificada seria uma forma da sociedade civil organizada exigir do Poder Público,

especialmente do Executivo, ações que deveriam ser cumpridas e ofertadas e por alguma razão não são para a ampla população. Essas demandas chegam ao Poder Judiciário oriundas de diferentes necessidades sociais, para que “cumpra com o seu dever de implementar ações previstas nas legislações orçamentárias que destinam recursos às políticas sociais de proteção à infância e adolescência, deficientes, velhice, contra a violência doméstica etc.” (Borgianni, 2013, p. 428).

Assim como o Poder Judiciário, o Ministério Público desempenha um papel fundamental na promoção da justiça e na defesa dos interesses sociais. Com uma estrutura própria e funções específicas, o MP atua de forma independente, mas frequentemente em colaboração com o Judiciário para assegurar a aplicação das leis e a proteção dos direitos.

De acordo com o Art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público (MP) é caracterizado como uma instituição permanente e essencial para a função jurisdicional do Estado. Seu papel principal é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais que não estejam sendo devidamente protegidos. **O MP é uma entidade autônoma, não subordinada aos poderes da União, com autonomia tanto funcional quanto administrativa** (Brasil, 2024, grifo nosso)⁴.

Tejadas (2013) faz uma retomada do processo histórico que levou o Ministério Público a ser caracterizado como ele é hoje, de modo a demonstrar que o fato dessa instituição ser independente dos outros poderes marca um grande avanço histórico:

O papel de zelar pelos direitos coletivos, ou seja, pelos interesses da maioria da sociedade e, em especial, daqueles segmentos mais vulnerabilizados pela pobreza e por formas variadas de discriminação, implica agregar novos conhecimentos sobre o sistema de proteção social, sobre o funcionamento e a estrutura das políticas públicas, sobre habilidades de negociação e de debate com distintos atores sociais. Isso leva a concluir que a instituição passa a necessitar de promotores e procuradores de justiça e servidores com novas competências e habilidades que se coadunem com sua missão institucional, o que, por certo, é um processo em construção. (Tejadas, 2013 p. 465).

⁴ Aqui não cabe se aprofundar em discussões acerca do Ministério público atuar enquanto órgão de quarto poder, por entender que essa discussão requer um aparato teórico mais profundo que resume toda a construção histórica desse órgão e sua atuação. Contudo, por não se submeter aos poderes da União através de atos administrativos de fiscalização e orientação esse órgão consegue hoje assegurar em alguns casos a garantia de direitos sociais positivados, sem a necessidade de judicialização. Porém ainda com o devido processo burocrático administrativo. Uma atuação que será aprofundada mais à frente, no decorrer do segundo capítulo.

Entre as funções atribuídas ao MP, estão a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, que envolve assegurar o cumprimento das leis e a proteção dos direitos fundamentais de cidadãos e cidadãs. O MP também tem a função de promover a justiça, buscando sempre a equidade na aplicação das normas legais e garantindo a proteção dos direitos fundamentais. Além disso, realiza o controle externo da atividade policial, garantindo que a atuação da polícia se mantenha dentro dos limites legais e respeite os direitos humanos. (Brasil, 2024; MPPR, 2024)

Uma das funções mais relevante do MP é a defesa dos direitos fundamentais, por meio de sua intervenção em processos judiciais para assegurar que esses direitos sejam efetivamente protegidos. O MP também se envolve em ações civis públicas e coletivas, atuando para proteger o meio ambiente, os direitos dos consumidores e outros interesses difusos e coletivos. Além disso, o MP fiscaliza a execução de leis e políticas públicas, assegurando sua implementação justa e eficaz. (Brasil, 2024; MPPR, 2024).

Os objetivos principais do Ministério Público incluem promover e garantir o cumprimento das leis e dos direitos dos cidadãos, atuar como guardião da ordem jurídica e da democracia, e proteger os interesses difusos e coletivos da sociedade. Assim, o MP desempenha um papel essencial na manutenção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais no Brasil. (Brasil, 2024, MPPR, 2024 on-line)

Valensuela (2020, p. 184) apresenta a Defensoria Pública, como sendo “a porta de acesso ao sistema ao qual os(as) defensores(as) públicos(as) devem prestar, de forma integral e gratuita, orientação e assistência jurídica, litigando sobretudo para a população vulnerável” de modo que o acesso a Defensoria assegura um dos direitos básicos previstos da Constituição Federal de 1988, em específico no Artigo 5º, Inciso LXXIV, que determina como direito do cidadão e dever do Estado: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiências de recursos.” (Brasil, 2024, p.18).

Essa instituição é regulamentada pela Constituição e por outras legislações, sendo as principais, a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica da Defensoria Pública), que especifica e garante todo o funcionamento da Defensoria Pública enquanto uma instância, permanente e essencial ao regime democrático, suas funções mais abrangentes, tendo como fundamento o Artigo 5º, Inciso LXXIV, e também toda a regulamentação associada aos defensores/servidores que compõem esta instituição. (Brasil, 2024).

Citamos ainda o exposto na Emenda Constitucional (E.C.) nº. 80/2014, que ficou conhecida como a emenda “Defensoria Para Todos”, onde estipula que no prazo de 8 (oito) anos a contar de sua publicação em 2014, a União, os Estados e o Distrito Federal deveriam contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput do referido artigo (Brasil, 2024a).

Valensuela (2020) aponta que a efetivação desses serviços de forma universal ainda é um desafio, a ser cumprido pelo Poder Executivo para garantir esse acesso. Pensando num recorte do foco desta pesquisa no Paraná, é possível observar que, segundo o site do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), as 399 cidades do estado estão divididas entre 161 comarcas, realizando um comparativo com as informações disponíveis no site da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) somente 50% dessas comarcas contam com a presença de defensorias, estando espalhadas por 74 municípios, como exposto no mapa abaixo [Figura 3]. Esses indicativos evidenciam que ainda a um longo percurso a ser percorrido, tendo passado dois anos do final do prazo estabelecido pela E.C. nº. 80/2014. (TJPR, 2024; DPPR, 2024)

Figura 4: Distribuição de Defensorias por cidade e comarca.



Fonte: Defensoria Pública do Paraná, 2024.

É importante ressaltar que a pesquisa de Valensuela (2020) traz dados referentes ao ano de 2018 em que a Defensoria Pública do Paraná estava presente em 47 cidades, atualmente como evidenciado na Figura 3, essa presença equivale a 71 cidades um crescimento ínfimo percentual de 6%.

Como alternativa ao cumprimento da Emenda Constitucional nº. 80/2014, e pela garantia do direito constitucional de “propiciar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiências de recursos”, o Poder Público tem investido massivamente na nomeação de advogados dativos e voluntários, isto é, advogados privados nomeados pelo estado aos respectivos casos de forma individual, essa alternativa mostra-se precária frente a demanda. (Tavares, 2001 p 17 apud Valensuela, 2020 p.251).

Complementar a esta discussão sobre a construção e a efetivação do Sistema de Justiça, Nunes e Alapanian (2010) relatam que a promulgação da Carta Magna de 1988 não garantiu a efetivação imediata dos direitos constitucionais. Em

consequência disso, a população buscou a justiça para atender demandas mais individuais, assim como o próprio Ministério Público passou a acionar a justiça para este fim, judicializando ações mais coletivas.

Contudo, com o tempo os Tribunais de Justiça passaram a aceitar a alegação do Poder Executivo de negativa do direito ou serviço público tendo em vista a responsabilidade fiscal e a falta de recursos para propiciar estas garantias constitucionais, utilizando-se do princípio jurídico da Reserva do Possível. Um entendimento dos Magistrados de que não se pode arriscar a soberania do Estado em estar dentro das regulamentações fiscais frente às necessidades de um ou mais indivíduos porque essa ação poderia interferir nos cofres públicos tornando o Estado inadimplente. Assim, sob o argumento da reserva do possível, o Executivo fica obrigado a garantir direitos dentro dos recursos disponíveis e torna-se isento de cumprir ações as quais não tem recursos, mesmo que isso signifique a violação/não garantia de direitos.

Valensuela (2020) complementa ainda que a Reserva do Possível é uma limitação das obrigações do Estado diante das obrigações orçamentárias, sendo que neste processo as políticas sociais sofrem um desmonte principalmente em tempos de crise⁵, e que a população mais atingida por essa limitação é justamente a população mais pobre e necessitada.

Ao finalizar a discussão sobre o Sistema de Justiça e o Poder Judiciário, Reis (2019) conclui que no contexto das contradições estruturais do capitalismo existe muitas contradições associadas a este poder. Historicamente, o Poder Judiciário Brasileiro está atrelado à ideia de órgão regulador da sociedade que visa garantir e legitimar a ordem. E contraditório a essa característica, a autora também identifica que esse poder tem contribuído para o reconhecimento de direito de "minorias", negligenciadas pelo Executivo.

A autora destaca que é necessário ter um olhar amplo sobre essa instância ora utilizada como um aparato estatal da classe burguesa, e como um mecanismo de fuga para que o Poder Executivo limite suas ações obrigatórias sobre o argumento de se manter a responsabilidade fiscal, ora age como porta de acesso a políticas públicas

⁵ Santana e Silva (2022) contextualizam que o Estado, frequentemente se apropria do termo crise para distorcer um processo inerente ao próprio capitalismo e que está no setor privado e não no Estado de fato, contudo, visando utilizar-se de mecanismos estatais para se (des)regularizarem direitos, e aumentaram o processo de exploração da classe trabalhadora.

e serviços, que são de direitos da classe trabalhadora, com destaque ainda ao recorte exposto pela autora de que entre os mais pobres “[..] principalmente aquelas direcionadas a crianças e adolescentes, seja na esfera da proteção, seja nos chamados conflitos com a lei - a criminalização da pobreza é um elemento cruel de nossa sociedade” (Reis, 2019, p. 45)..

Reis (2019) retoma ainda que o acesso à justiça é um dos direitos sociais mais consagrados da democracia moderna fundamentando-se na luta contra as desigualdades, sendo este acesso imprescindível para que a população tenha acesso e a proteção dos seus direitos diante do Estado. Contudo essa garantia de direitos pelo poder judiciário gera um desequilíbrio entre os poderes pela necessidade de imposição dessa garantia que está fora de sua esfera de atuação (Tavares, 2001 apud Valensuela, 2020).

Para se ter o pleno acesso e garantia da justiça é necessário a articulação dos principais órgãos aqui mencionados - Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública - sendo que a precarização de uma dessas instituições contribui no não acesso ao direito. Neste sentido, Valensuela (2020), evidencia os prejuízos gerados pela falta de Defensorias Públicas em todo o Estado e as limitações impostas pela falta de acesso a esses equipamentos, por uma precarização dos arranjos desenvolvidos para suprir essa necessidade por outras vias que não a implementação plena e ampla deste serviço. Uma precarização com rebatimentos diretos a classe mais empobrecida da população.

Borgianni (2013), Reis (2019) e Valensuela (2020) realizam uma leitura crítica sobre o sistema de justiça brasileiro, caracterizando o acesso à justiça enquanto requisito fundamental de garantia de direitos humanos. Pode-se concluir que a judicialização da política está atrelada a uma falta de efetivação do Sistema de Garantia Direitos como um todo, e que essa conquista através do Poder Judiciário integra a complexidade e as contrariedades atreladas ao capitalismo, devendo essa compreensão se aprofundar para além da caracterização de boa ou ruim, mas como um processo contraditório dentro do sistema capitalista.

2.3. O ECA E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E LEGAIS

Quando falamos em Sistema de Garantia de Direitos temos que compreender um sistema de proteção integrado em seu sentido mais abrangente de proteção social como um todo, os respectivos equipamentos que em uma atuação plena, eficaz e integrada garante a proteção social com prioridade absoluta. Trata-se de um sistema composto por diferentes instituições para prestação desses serviços e garantias ao público de crianças e adolescentes (Pereira Júnior; Colares, 2020).

Esta atuação de forma integrada está regulamentada a partir da Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 que “dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.” Nesta resolução, além da articulação desses sistemas estão previstas, as competências objetivas do sistema. As principais defesas realizadas pelos equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos destacam-se aqui a defesa dos direitos humanos e a promoção do mesmo. A estrutura de órgãos públicos específicos e governamentais que compõem esse sistema, assim como a participação e controle social através dos conselhos de direitos para monitoramento e avaliação (Brasil, 2006; Pereira Júnior, Colares, 2020). Neste sistema, o Conselho Tutelar também assume uma função estratégica na mediação das demandas infantojuvenis, na perspectiva da desjudicialização.

Os Conselhos Tutelares tiveram de enfrentar múltiplos e consideráveis obstáculos no seu processo de institucionalização, entre eles, a deficiência de "retaguarda" (instituições de atendimento direto), a relutância do poder público municipal, bem como dos órgãos de atendimento, públicos ou privados, em aceitar os novos princípios, as novas formas de gestão e, sobretudo, sua fiscalização pelos Conselhos. (Rizzini e Pilotti, 2011, p. 30)

No Brasil, a promoção de direitos e a proteção social de crianças e adolescentes envolve uma rede articulada de instituições que atuam em diferentes esferas do poder público. Essa rede abrange o sistema judiciário, os órgãos de defesa e proteção dos direitos, além de serviços que compõem a política de assistência social e segurança pública. O presente documento (Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006) aborda algumas dessas instituições e suas respectivas políticas, evidenciando o

papel central que desempenham na garantia de acesso à justiça e na promoção dos direitos humanos:

- **Poder Judiciário:** Varas da Infância e Juventude, Tribunais do Júri e Corregedorias Gerais de Justiça.
- **Ministério Público:** Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional, Procuradorias Gerais.
- **Defensorias Públicas e Serviços de Assessoria Jurídica:** ligados à política de assistência jurídica e apoio às famílias; destacam-se o **Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH)**, que protege e promove os direitos de populações socialmente vulneráveis, como comunidades tradicionais e pessoas em situação de rua; o **Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB)**, focado na mediação de conflitos relacionados à moradia e regularização fundiária; o **Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON)**, que atua em prol dos direitos do consumidor, promovendo orientação e ações coletivas; e o **Núcleo de Defesa da Saúde Pública e Privada**, que luta para garantir e ampliar o acesso a serviços de saúde adequados, defendendo o direito coletivo à saúde no estado do Paraná.
- **Polícias Civil e Militar:** associadas à política de segurança pública; Delegacias de Polícia Civil (comuns e especializadas), Companhias e Batalhões da Polícia Militar e Unidades Integradas de Segurança Pública (UNISP).
- **Conselhos Tutelares:** responsáveis pela política de proteção social e defesa dos direitos de crianças e adolescentes que são entidades de âmbito municipal.
- **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente:** integram a política de controle social e formulação de políticas públicas que estão nas três esferas de governo (federal, estaduais e municipais).
- **Secretarias Estaduais e Municipais:** ligadas às políticas de saúde, educação, assistência social e trabalho que se articulam com as outras respectivas secretarias. Ademais, garantem a articulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.
- **Política de Assistência Social:** **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)** que atuam na prevenção de situações de risco e na oferta de serviços de proteção básica; **Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)** que oferecem atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, como vítimas de violência e adolescentes em conflito com a lei; **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**

(SAICAs) que acolhem temporariamente crianças e adolescentes afastados do convívio familiar; **Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto** que incluem prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida visando à reintegração social de adolescentes autores de ato infracional.

Esses equipamentos, em articulação com outras políticas públicas, são fundamentais para promover a proteção social e assegurar os direitos de crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade. (Brasil, 1990; Brasil, 2006).

Desta forma, Pereira Júnior (2020) afirma que a proteção integral a crianças e adolescentes é uma meta prioritária estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988. Nestes parâmetros, o autor cita que em uma realidade ideal, todas as políticas públicas deveriam ser formuladas tendo esta orientação como base. E, assim se alcançaria a transformação social desejada. Uma utopia, por assim dizer, em que o Estado seria orientado pelo princípio da solidariedade e da sustentabilidade, objetivando no presente, o futuro de preservação e cuidado com atenção os públicos mais vulneráveis. Contudo, a realidade que se apresenta após 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda revela um longo caminho a ser percorrido para sua plena garantia e efetivação.

Entende-se que o Sistema de Garantia de Direitos é responsável por materializar todo o arcabouço legislativo de proteção a crianças e adolescentes, garantindo a efetivação dos direitos humanos deste público enquanto uma responsabilidade coletiva dos órgãos que o compõem. (Brasil, 2006). Observa-se que para cumprir tais objetivos é necessário entender como nascem estes direitos humanos e a realidade, a necessidade em que eles surgem.

Anterior a Constituição de 1988, as normativas jurídicas do país enxergavam crianças e adolescentes como “[.] objetos de intervenção do mundo adulto, destinatários quando muito de uma proteção reflexa, mediante normas destinadas a pais e responsáveis [...]”. Neste período não se tinha uma perspectiva de se pensar crianças e adolescentes como cidadãos. E até se alcançar os marcos legais vigentes de hoje, essa trajetória passou por momentos cruciais que marcam seus avanços e retrocessos (Paula, 2020, p.25-26).

Para entender esse processo de reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, é necessário um breve resgate histórico sobre a trajetória da construção e constituição destas normativas. O curta metragem “O menino que não queria nascer” retoma os principais marcos sobre o tema como uma linha temporal a

ser seguida, e complementar a ele, esta linha do tempo traçada pela Unicef Brasil, demonstra os principais marcos. Neste sentido do curta-metragem, a cada uma das etapas mencionadas, “o menino” está um passo mais próximo de se sentir pronto e seguro para nascer. O que na realidade é uma metáfora para maturidade e plenitude desses direitos. E pensando especificamente na trajetória desses direitos no Brasil, retomamos também o Documentário “Brasil em Constituição” produzido e exibido pela emissora Globo em 2022⁶.

O primeiro marco citado no curta-metragem é em 1919, ano seguinte ao fim da Primeira Guerra Mundial em que não existiam direitos de crianças e adolescentes no mundo, um período em que a realidade deixada pela guerra era a de centenas de órfãos que passaram por frio e fome e nenhuma perspectiva de segurança ou cuidados para com essas crianças e adolescentes. Neste mesmo ano se tem notícia do primeiro marco legal na trajetória internacional da construção dos direitos desse segmento:

Em 1919 a Liga das Nações, à época, criou o Comitê de Proteção da Infância, diante da quantidade de crianças e adolescentes órfãos após a Primeira Guerra Mundial. A existência deste comitê faz com que os Estados não sejam os únicos soberanos em matéria dos direitos da criança. (Melo, 2014, on-line).

Em 1924, a Liga das Nações assina a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, com intuito de que a partir desse marco legal se reconheça a responsabilidade de todas as pessoas em garantir que crianças e adolescentes tenham “meios para seu desenvolvimento; ajuda especial em momentos de necessidade; prioridade no socorro e assistência; liberdade econômica e proteção contra exploração; e uma educação que instile consciência e dever social” (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil, 2024, on-line).

Em 1927, no Brasil é instituído o Código de Menores que apesar de todas as problematizações envolvendo o mesmo, tal Código tem como principal contribuição neste processo a definição de maioridade penal aos 18 anos, uma definição presente ainda hoje. (Unicef Brasil, 2024).

⁶ Para assistir ao curta-metragem e ao documentário supracitados, acessem os respectivos links:

1- O menino que não queria nascer: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-nO5zyAQZQ&pp=ygUfbyBtZW5pbm8gcXVlIG7Do28gcXVlcmlhIG5hc2Nlcg%3D%3D>

2- Brasil em constituição: <https://globoplay.globo.com/v/10943966/>

Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, cria-se a “United Nations International Children's Emergency Fund (Unicef), para atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra.” (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil, 2024, on-line).

Em 1948, “a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual o Artigo nº 25 preconiza ‘cuidados e assistência especiais’ e ‘proteção social’ para mães e crianças”. A partir daí se tem um marco legal que reconhece esse cuidado e proteção internacionalmente, mas assim como apontado na curta-metragem, o reconhecimento legal não é suficiente, é necessário a materialização desta segurança de fato em todos os países signatários (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil, 2024, on-line).

Em 1959, acontece a Assembleia Geral das Nações Unidas que adota a Declaração dos Direitos da Criança, isto é, essa declaração passa a ser reconhecida e a valer internacionalmente. Neste marco, destaca-se ainda o reconhecimento entre outros direitos, os direitos das crianças à educação, à brincadeira, a um ambiente favorável e a cuidados de saúde. Contudo, um avanço que no Brasil em específico tem curta durabilidade já que em 1969, os direitos de crianças e adolescentes são suspensos durante a Ditadura Civil Militar (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil 2024).

É somente em 1986, no período de reabertura democrática que movimentos sociais, juristas e acadêmicos se reúnem para escrever e lançar a “Carta a Nação” que se refere a crianças e adolescentes como sendo patrimônio da nação. Neste período também a “Unicef e parceiros lançam a campanha Criança Constituinte, que apela para que brasileiros votem em candidatos comprometidos com as causas da infância no País” (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil 2024, on-line).

O Documentário “Brasil em Constituição”, retoma em alguns episódios como era a realidade e como se deu a garantia de alguns direitos composicionais inerentes aos direitos humanos para diversos segmentos da sociedade. Em específico no capítulo intitulado “Os avanços na educação e proteção das crianças” retomamos a realidade do país, das crianças e adolescentes e como se deu o processo constituinte para esse público em específico (Globo, 2022).

Cabe retomar que no Brasil houve um período em que crianças e adolescentes não tinham voz ou vez, que esses segmentos eram marginalizados e excluídos socialmente e invisíveis aos olhos da lei, se não fosse para repreender e

punir aqueles vistos como problemas sociais. Não havia acesso a escola ou a proteção, crianças e adolescentes eram submetidos a situações de perigo e inseridos muitas vezes em trabalho cruel e perigoso (Globo, 2022).

Sechi (2020, p.11) retoma que mesmo durante o contexto de reabertura democrática e constituinte, na década de 1980, o contexto do país ao final da ditadura era de pobreza e violência, apresentando dados do IBGE que apontavam que nesta década a mortalidade infantil atingia o índice de 7,3% e que cerca de 2.000 crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio entre 1988 e 1991. Alguns grupos de defesa desses segmentos afirmam que destes assassinatos, 90% ficaram impunes perante a justiça brasileira. Uma realidade cruel que vai muito além dos homicídios cometidos, a realidade desses jovens advindos de origem mais pobres era muito pior do que se imagina, essas crianças e adolescentes estavam submetidos a “exploração sexual, fome, pobreza, doença, tráfico de crianças, exploração do trabalho infantil” além de serem privados do acesso à educação básica.

É importante reconhecer que realidade de que a educação e oferta de direitos para crianças e adolescentes era somente para um pequeno recorte da população, em sua maioria não tinha esse acesso, faltava escola, frente a real demanda de crianças que precisavam de educação. O documentário menciona que em 1988 havia 7 milhões de crianças em situação de vulnerabilidade no Brasil (Globo, 2022).

Foi um processo de muita luta, protesto e movimentação dos segmentos sociais, e os movimentos “meninos e meninas de rua”; “diretas já”; “comissão nacional constituinte” foram essenciais para assegurar esses direitos. Em especial, destaca-se o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua que maio de 1986 realizam uma mobilização geral de crianças e adolescentes de todo país, se organizando para irem ao Congresso Nacional na busca por respeito e dignidade, ao todo foram mais de quinhentos representantes entre crianças e adolescentes dos 20 estados do país. Estes na câmara do Congresso Nacional cobraram pessoalmente e diante da mídia que os políticos atendessem as suas necessidades e reconhecessem sua existência. (Sechi, 2020; Globo, 2022).

E assim em 1988, por meio do Art. 227 da Constituição Federal do Brasil, se reconhece que crianças e adolescentes têm prioridade absoluta, e esse talvez seja o avanço mais significativo do país nos direitos voltados a esse segmento, pois através desse artigo, a Constituição elenca esse público ao patamar de cidadãos (Maria Farinha Filmes, 2013; Unicef Brasil, 2024; Sechi, 2020; Globo, 2022):

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 2024, p.200, grifo nosso),

O texto constitucional inclui ainda um capítulo assegurando o direito a Educação como direito fundamental, que também consta no documentário como principal meio de inclusão e ascensão social para que crianças e adolescentes possam transformar a realidade em que vivem (Globo, 2022)

Art. 205. **A educação, direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 2024, p.184, grifo nosso).

O artigo acima universaliza o direito do acesso à educação para todos os brasileiros, e no Art. 206, especifica como esse conhecimento será divulgado de forma a garantir “II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Aqui a educação básica passa a ser obrigatória e garantida de forma gratuita a todos. Não devemos esquecer que em seu discurso o Deputado Federal e relator da constituinte, Ulysses Guimarães aponta: "Num país de 30 milhões, 401 mil analfabetos, afrontosos 25 por cento da população, cabe advertir a cidadania começa com o alfabeto". Os objetivos garantidos em constituição deram frutos, em 1990, 80% das crianças e adolescentes receberam acesso à educação e em 2017 esse índice era superior a 95%. (Globo, 2022, on-line).

No que se refere ao direito a educação, Favero, Pini e Silva (2020) destacam que há uma falta de investimento para ampliar o número de vagas na educação básica, que mesmo com os planos de metas as vagas geradas permanecem sendo insuficientes e as ações dos governos tem sido ineficaz:

[...] Os atuais governos têm adotado políticas inadequadas à primeira infância e que não garantem as especificidades da educação das crianças pequenas, como por exemplo o Programa “Criança Feliz”, que é um retrocesso e dotado de uma perspectiva de educação assistencialista (Favero; Pini; Silva, 2020, p. 21).

E no contexto internacional os avanços se estendem, e em 1989 a Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada pela ONU e hoje conta com mais de 191 países signatários. Essa convenção é uma série de direitos humanos de crianças e adolescentes com os quais cada país signatário passa a se comprometer em garantir. (Unicef Brasil, 2024).

“Em 13 de julho, o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que entra em vigor no dia 12 de outubro” passando assim a existência do ECA, uma lei que regula e assegura todos os direitos de crianças e adolescentes orientando-se pelo que lhes é garantido constitucionalmente no Art. 227. (Unicef Brasil, 2024, on-line).

O documentário “Brasil em Constituição: Os avanços na educação e proteção das crianças”, aponta que esses marcos legais foram sim um grande avanço na promoção e na garantia desses direitos, mas essa é uma luta que ainda não está finalizada, é necessário permanecer na busca por investimentos financeiros para se alcançar uma educação de qualidade. Uma realidade explicitada durante a pandemia que agravou e evidenciou a disparidade no acesso à educação entre diferentes segmentos sociais.

Assim como os autores Sechi (2020); Pereira Júnior e Colares, (2020) e Paula (2020) descrevem, o ECA é um avanço universal do país nos direitos humanos de crianças e adolescentes, talvez um dos textos legislativos mais completos e evidentes em termos de direcionamento e segurança desses direitos. Contudo uma realização ainda distante de materialização no cotidiano, pois são necessários avanços em políticas públicas e na consolidação de uma rede de proteção eficaz.

Sechi (2020) se refere a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente como uma maneira de abrir os olhos a realidade que era ignorada e trazer foco sobre as violências vivenciadas por crianças e adolescentes no Brasil. Embora se tenha avançado muito com a promulgação do Estatuto, sua real materialização e garantia de forma integral ainda se mostra um desafio constante. Por mais que se avance nas tentativas de criar garantias de proteção em lei, a materialidade dessa proteção ainda não aconteceu:

Todo ano velho passa ao novo velhos desafios! E vergonhas!! E até hoje não fomos capazes de nos envergonhar ao ponto de tornar essa realidade incomum! Todo ano velho passa ao novo, aos milhares, crianças e adolescentes exploradas pelo sexo, pelo trabalho precoce, pela droga e pelo crime, e uma constelação de outras a beira disso tudo! (Sechi, 2020 p.13).

As manifestações da questão social contribuem para uma não efetivação do ECA, a medida em que a crise do capital⁷ tem seus impactos sobre a classe trabalhadora com a desvalorização do trabalho, o aumento de subempregos e desempregos, e juntamente a uma política neoliberal se vem reflexos no corte de políticas públicas e sociais. Um processo que se intensificou nos últimos anos após o golpe de 2016 e que permeia o cenário político até os dias atuais. Tendo desdobramentos principalmente na oferta de direitos e na proteção de crianças e adolescentes.

Houve uma desregulamentação/um retrocesso de direitos humanos/sociais que já estavam garantidos em lei. Como consequência a esse processo há um aumento nas expressões da questão social por todo o Brasil (Fávero; Pini, Silva, 2020; Santana; Silva, 2022). Nesse sentido, o processo de pauperização da classe trabalhadora, juntamente com a falta de acesso a políticas públicas, realmente eficazes e em plena funcionalidade interligada tanto no meio urbano quanto no meio rural, faz com que crianças e adolescentes sejam inseridos na vida adulta de forma precoce, e tenham que assumir responsabilidades de adultos mais cedo junto ao mundo do trabalho (Sechi, 2020).

O ECA garantiu que crianças e adolescentes tivessem garantidos direitos que essencialmente asseguram sua vida, com segurança e qualidade proporcionando-lhes as condições necessárias para que vivam com dignidade. Em Paula (2020, p. 27), faz uma síntese das principais garantias trazidas por esse Estatuto:

Numa breve síntese, é possível indicar que o Estatuto da Criança e do Adolescente: (a) proclamou os direitos fundamentais da criança e do adolescente; (b) definiu as diretrizes e linhas de ação da política de atendimento a esses direitos; (c) prescreveu mecanismos coletivos e populares de eficácia aos direitos declarados, criando os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares; (d) criou novos mecanismos judiciais de validação dos direitos irrealizados; (e) adotou o direito infracional, optando por um sistema de garantias e direitos processuais; (f) promoveu uma revisão no sistema de justiça para com as crianças e adolescentes; (g) adotou a estratégia de serviços em rede; e (h) estabeleceu normas de responsabilização dos obrigados, mediante cominações de penas criminais e administrativas aos infratores das normas de proteção à infância e adolescência.

⁷ Para aprofundar a compreensão sobre a crise do capital e seus impactos na classe trabalhadora, recomenda-se a leitura de "A política de assistência social em tempos de regressão de direitos e pandemia: uma discussão necessária". Neste artigo, os autores abordam a crise do capital como um processo inerente ao sistema capitalista e analisam como, diante dessa crise, os capitalistas, por meio do governo, buscaram reverter direitos sociais e intensificar a exploração da classe trabalhadora (Santana, Silva, 2022).

Tratando dos avanços e retrocessos do ECA, Favero, Pini e Silva (2020), destacam que durante os 30 anos desse Estatuto, foram conquistados direitos como a diminuição da mortalidade infantil, a exemplos: “a realização obtida pelos esforços em ampliar a cobertura de vacinação, uso de reidratação oral, aumento da cobertura do pré-natal, dos serviços de saúde, das condições ambientais, do grau de escolaridade das mães e do aleitamento materno” (Favero, Pini, Silva, 2020, p.19-20).

Favero, Pini e Silva, (2020) apontam que em relação ao direito a vida, sobretudo para jovens, a consolidação deste direito é uma realidade distante. Em dados frequentes, do IPEA, indicam que entre 2012 e 2022, cerca de 321.466 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio no Brasil (Cerqueira; Bueno, 2024).

É importante destacar que quando se pensa nos avanços e retrocessos, o movimento proposto é o de refletir sobre os pontos que se consolidaram e avançaram nos últimos 34 anos, e também entender quais obstáculos ainda persistem para se alcançar a materialização desses direitos em sua plenitude lançando assim um olhar macro sobre esse percurso.

3. AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ÁREA INFANTOJUVENIL: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DO UNIVERSO SOCIOJURÍDICO

Dando continuidade à pesquisa, objetiva-se a partir deste item realizar à análise das violações de direitos, com foco no agravamento dessas situações durante o período pandêmico. Este recorte temporal destaca como a ausência de garantias por parte do Poder Público intensificou a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, aprofundando desigualdades já existentes. Embasando-se em pesquisas prévias do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e nos apontamentos de Ricardo Antunes (2020), este capítulo busca evidenciar como a precarização do trabalho e as falhas na efetivação de políticas públicas impactaram diretamente o acesso a direitos fundamentais por essa população.

Inicialmente, é feita uma revisão das violações de direitos registradas ao longo da pandemia, com destaque para o aumento da desigualdade social, a insegurança alimentar e a exclusão educacional, entre outros impactos que desassistiram crianças e adolescentes em contextos de maior vulnerabilidade. A análise se fundamenta em dados consolidados e em estudos que ilustram a omissão do Poder Público em atender às demandas emergenciais. Ricardo Antunes (2020) é utilizado como principal referência teórica, fornecendo uma base crítica para compreender os efeitos estruturais e conjunturais que amplificaram essas violações no período analisado.

Em seguida, o capítulo avança para a análise dos procedimentos e processos disponibilizados pelo Ministério Público e pelo Sistema Projudi, que foram objeto de levantamento documental nesta pesquisa. A partir da construção de quadros organizados com as informações coletadas, busca-se sintetizar os dados e evidenciar os principais aspectos relacionados às violações de direitos e às respostas institucionais. Por fim, são apresentadas reflexões críticas baseadas nos resultados obtidos, sempre alinhadas aos objetivos propostos pela pesquisa e considerando as contribuições teóricas previamente discutidas.

3.1. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: REPERCUSSÕES DO PERÍODO DE ASCENSÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL E DO CONTEXTO PANDÊMICO

Pensar no desenvolvimento histórico e social do Brasil, especialmente no contexto da ascensão da política ultraneoliberal, requer uma análise dos principais

fatos que marcam essa trajetória. É necessário compreender os avanços e retrocessos na conquista dos direitos humanos e sua efetivação, especialmente para crianças e adolescentes, foco desta pesquisa. Para tanto, são retomados os autores Santana e Silva (2022), Antunes (2020a, 2020b), Souza (2022) e Santana, Valensuela e Souza (2024), que realizam essa discussão.

Santana e Silva (2022), fundamentados em Michael Löwy (2016), Marcelo Braz (2017) e Daniela Ribeiro Castilho Esther, Luíza de Souza Lemos e Vera Lúcia Batista Gomes (2017), discutem o contexto do Brasil pós-golpe de 2016, em que os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro adotaram uma agenda neoliberal. Tais governos promoveram reformas e contrarreformas que impactaram negativamente a classe trabalhadora, reduzindo direitos já conquistados e impondo barreiras burocráticas para novas conquistas por meio das PECs posteriormente mencionadas. Essas reformas foram justificadas sob a alegação de uma crise do capital, atribuída aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), acusados de priorizar a população sem responsabilidade fiscal e de envolvimento em escândalos de corrupção (G1, 2018). No entanto, Santana e Silva, retomando José Paulo Netto (2013), argumentam que essa chamada crise é um fenômeno inerente ao sistema capitalista, manifestando-se em diferentes intensidades conforme o sistema sofre transformações.

Para ilustrar essa questão, Santana e Silva (2022) comparam a crise de 1929 e a crise do euro em 2008, destacando que ambas ocorreram de forma exacerbada e trouxeram impactos significativos ao redor do mundo, uma afirmação também mencionada por Souza (2022). Ambos os autores respaldam-se em Netto (2013), que caracteriza essas crises como processos intrínsecos ao próprio capitalismo.

Nesse cenário de crises recorrentes, a classe capitalista passou a financiar, a partir de 2016, movimentos políticos em diversos países com o objetivo de eleger representantes que favorecessem seus interesses econômicos. No Brasil, essa estratégia culminou no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, apresentado por Michael Löwy (2016) e retomado por Santana e Silva (2022) como um golpe constitucional⁸.

⁸ Segundo Löwy (2016), a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff em 2016 configura-se como um golpe de Estado constitucional ou pseudolegal. Parlamentares, muitos deles envolvidos em casos de corrupção, utilizaram-se de pretextos como as "pedaladas fiscais"—práticas contábeis comuns em governos anteriores—para justificar o impeachment. Löwy argumenta que essa manobra reflete uma nova estratégia das oligarquias latino-americanas, que utilizam mecanismos legais para remover

A partir daí, as reformas e contrarreformas promovidas pelos governos de Temer e Bolsonaro, como a Reforma da Previdência e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos, foram orientadas por uma política de austeridade fiscal. Além disso, as PECs 186/2019, 109/2021 e 186/2021 reforçaram a responsabilidade fiscal, resultando em condições de trabalho cada vez mais precárias (Santana e Silva, 2022).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, esse quadro de retrocessos se intensificou, evidenciando uma política voltada para maximizar os lucros empresariais sem uma correspondente elevação salarial para os trabalhadores (Santana e Silva, 2022). Nesse contexto, o fenômeno da "uberização" do trabalho, conforme destacado por Antunes (2020b), cresceu, com a informalidade atingindo 40% dos trabalhadores antes mesmo da pandemia de Covid-19, privando-os de direitos trabalhistas básicos, como férias, seguros e 13º salário.

Antunes (2020a) discute como as políticas implementadas durante a pandemia sob o governo Bolsonaro impactaram o país, especialmente a classe trabalhadora, ao subestimar o perigo representado pelo vírus. Com políticas limitadas, as famílias enfrentaram a perda de emprego ou foram forçadas a recorrer ao trabalho informal, resultando em dificuldades para garantir a alimentação, saúde e educação para crianças e adolescentes. A precarização dos empregos levou a uma insegurança financeira, aprofundando o processo de pauperização e expondo crianças e jovens a situações de vulnerabilidade.

Além disso, as desigualdades sociais, exacerbadas pela retirada de garantias mínimas, também afetaram o acesso à educação e à segurança para crianças e adolescentes. Antunes (2020a) destaca que a ampliação da informalidade e a precarização das condições de trabalho fragilizaram as famílias economicamente desfavorecidas, acentuando problemas já existentes. Esse cenário de instabilidade comprometeu ainda mais o acesso a direitos fundamentais.

De acordo com Santana, Valensuela e Souza (2022), a pandemia ampliou as barreiras para crianças e adolescentes de lares em situação de pobreza, especialmente no que tange ao acesso ao ensino remoto, resultando em perdas

líderes democraticamente eleitos, especialmente aqueles alinhados à esquerda política. Esse processo foi conduzido por uma coalizão de deputados e senadores que, segundo o autor, representa interesses conservadores e antidemocráticos, evidenciando um profundo desprezo pela vontade popular e pelas conquistas sociais dos últimos anos.

significativas de aprendizagem e aumento da desigualdade educacional. A crise econômica agravou a vulnerabilidade dessas crianças a situações de trabalho infantil e desproteção, intensificando os desafios enfrentados por esse grupo.

A deterioração dos serviços públicos também afetou o suporte necessário para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Antunes (2020a) aponta que a falta de investimentos na saúde e na proteção social aumentou os riscos para os jovens, ao deixar as famílias sem acesso a serviços essenciais, como assistência social e psicológica. Esse desamparo social reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a proteção e o desenvolvimento infantil e juvenil, uma prioridade negligenciada durante o governo.

Santana e Silva (2022) aprofundam essa análise ao examinar como as políticas de Temer e Bolsonaro afetaram as políticas públicas. Antes em avanço, serviços como CRAS e CREAS, citados no primeiro capítulo como que integram rede de proteção a crianças e adolescentes, sofreram retrocessos graves, especialmente durante a pandemia, que exacerbou essas deficiências, contribuindo para as mais de 600.000 mortes até o final de 2021.

Em síntese, Antunes (2020a) revela que a pandemia não criou essas adversidades, mas agravou um quadro pré-existente de descaso governamental com a classe trabalhadora em favor dos interesses burgueses, com impacto severo sobre mulheres, pessoas negras, povos originários, migrantes e a população LGBTQIAP+. Esse conjunto de crises do capital e seus rebatimentos sobre esses recortes da população levou o autor a apresentar o termo "Capital Pandêmico", ou seja, uma conjuntura estrutural que se agrava e se evidencia com a pandemia de Covid-19, mas que já se fazia presente enquanto desmonte de direitos e políticas públicas por parte do Estado.

Esses governos de Temer e Bolsonaro representam retrocessos em diversos direitos sociais conquistados desde a Constituição de 1988. A fome e a desigualdade quase dobraram entre 2018 e 2021, colocando novamente o Brasil no Mapa da Fome (Santana e Silva, 2023). As medidas de austeridade fiscal desses governos para tentar reduzir o déficit orçamentário são apontadas por Valensuela (2020), que retoma dados da Anistia Internacional Brasil no Informe 2017/18, ao descrever que nessa política governos realizam cortes de despesas e aumento de impostos que, em via de regra, atingem os mais pobres, elevando o custo de alimentos e necessidades básicas.

Além disso, Valensuela (2020) retoma que, de acordo com a Anistia Internacional (2018), essa situação compromete o acesso das pessoas a direitos básicos como educação, saúde, moradia e previdência social. Leva também a violações dos direitos civis e políticos, uma vez que governos, ao lidar com protestos e manifestações de oposição, recorrem a medidas autoritárias ou reduzem serviços essenciais, como a assistência judicial gratuita, dificultando o acesso à justiça.

Especificamente para o público-alvo desta pesquisa, Santana, Valensuela e Souza (2022) abordam a construção histórica do conceito de infância e adolescência, moldado por uma perspectiva sócio-histórica dos direitos humanos. Trindade (2012) explica que a burguesia originou esses direitos a partir de um aparato jurídico que começa com a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", estabelecendo princípios de igualdade, liberdade e justiça. No Brasil, a Constituição de 1988, especialmente o artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representam os principais marcos desses direitos.

Com essa base legal, Santana, Valensuela e Souza (2024) enfatizam a importância da participação ativa de crianças e adolescentes nas discussões sobre seus próprios direitos, essencial para evitar decisões adultocêntricas. Conferências municipais, estaduais e federais são espaços que possibilitam essa participação, contribuindo para uma cidadania plena e inclusiva.

Apesar dessa proposta de inclusão, fatores como classe social, etnia, gênero, localização e sexualidade continuam a dificultar o acesso igualitário à cidadania, como observam Santana, Valensuela e Souza (2024). Durante a pandemia, essas desigualdades se aprofundaram, e crianças e adolescentes enfrentaram maiores barreiras no acesso à educação, além de sofrerem com a pauperização e a fome.

É necessário ainda explicitar e reforçar, nesta discussão do contexto de violações de direitos e de limitações de acesso à cidadania, que há diferentes realidades das infâncias e adolescências no Brasil, considerando principalmente as barreiras sociais e econômicas. Crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, da população periférica e de etnias historicamente excluídas enfrentam dificuldades de acesso a direitos garantidos às classes dominantes, evidenciando uma realidade de desigualdade estrutural. Assim, Souza (2022) aponta a necessidade de que, ao se referir a este público, devemos sempre partir desse olhar amplo sobre as diferentes realidades e infâncias; mesmo que tratemos de modo singular durante a abordagem teórica, não se deve perder de vista que há uma pluralidade de barreiras que geram

condições peculiares a depender de cada uma das intersecções que atravessam os sujeitos.

Por fim, Santana, Valensuela e Souza (2024) analisam o impacto do bolsonarismo que, apesar do discurso de proteção à família, perpetua a exclusão de grupos marginalizados ao criar inimigos fictícios para justificar políticas autoritárias. Essa postura reforça a exclusão social e fomenta o medo para manter apoio político, atuando para atenuar as condições de violações mencionadas enquanto permanece no poder.

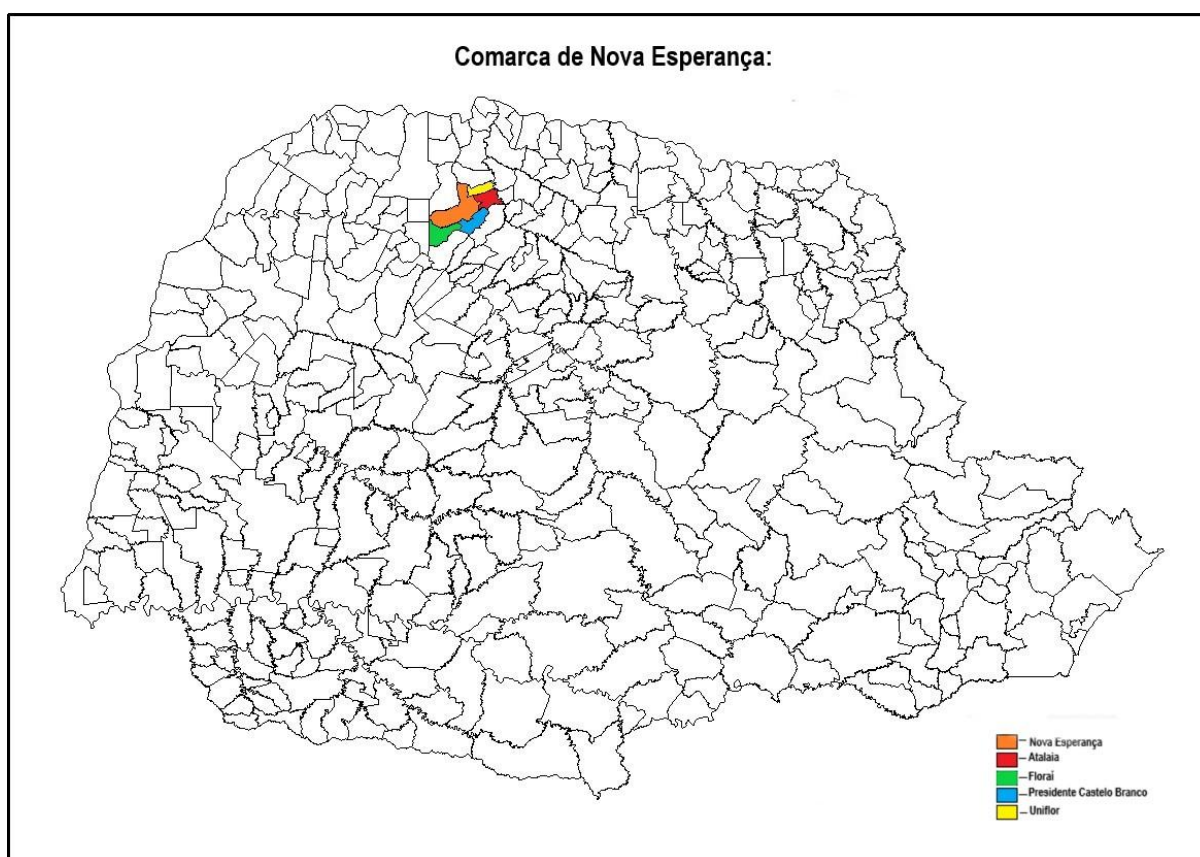
Essas condições de limitação ao acesso a direitos e à implementação de políticas públicas efetivas reforçam a necessidade de a classe trabalhadora buscar, junto aos órgãos operadores do direito, a concretização das garantias que lhes têm sido negadas. Esse movimento reflete uma tentativa de, por meio do Sistema de Justiça, reivindicar direitos básicos, especialmente no que se refere a crianças e adolescentes, cuja vulnerabilidade exige uma proteção contínua e abrangente. Em um cenário onde as políticas públicas falham em atender adequadamente a população, o Poder Judiciário surge como um canal essencial para a luta pela efetivação dos direitos, evidenciando a judicialização das questões sociais como uma estratégia para assegurar as condições mínimas de dignidade e cidadania a esses grupos.

Nesse contexto, a judicialização emerge não apenas como uma resposta às deficiências das políticas públicas, mas também como uma forma de resistência ao "Capital Pandêmico" descrito por Antunes (2020a). A pandemia intensificou as contradições do capitalismo e expôs as fragilidades do Estado em garantir direitos básicos. Através da judicialização, busca-se compensar a ausência ou ineficácia das políticas governamentais, pressionando o Estado a cumprir seu papel constitucional de promover o bem-estar social. Assim, a judicialização torna-se uma ferramenta crucial para enfrentar as consequências do capital pandêmico, buscando garantir que crianças e adolescentes tenham acesso aos direitos que lhes são assegurados por lei.

3.2. CIDADANIA JUDICIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROJUDI E MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA

Para desenvolver a análise dos dados documentais, primeiramente caracterizamos as demandas relacionadas a Infância e Juventude, construímos os quadros que apresentam e caracterizam os procedimentos administrativos do Ministério Público fornecidos especificamente para realização desta pesquisa, bem como dos Processos Judiciais Digitais – Projudi, disponibilizados pelo Foro Regional de Nova Esperança, referente a comarca em destaque.

Figura 5: Mapa do Paraná, destacando a Comarca de Nova Esperança



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da base cartográfica do IBGE (2024).

Com base no levantamento inicial, identificaram-se questões relacionadas ao direito à educação, saúde pública, direito de família e habitação. Os quadros apresentados organizam informações sobre a demanda, a descrição, o direito violado e os encaminhamentos realizados, como o arquivamento ou a judicialização de casos administrativos do Ministério Público, considerando o período de início e término dos

procedimentos analisados. Essa análise prioriza situações judicializadas que, em tese, deveriam ter sido atendidas previamente pelo Poder Executivo, por meio da atuação dos equipamentos da rede de proteção.

Na pesquisa sobre processos judicializados, ampliou-se a análise a partir da perspectiva do SAIJ, observando apontamentos da equipe multiprofissional sobre as situações. Essa abordagem permitiu identificar as recomendações feitas pelo setor, que muitas vezes indicam a necessidade de intervenção da rede sobre a família ou a criança, considerando as particularidades de cada situação.

A análise fundamenta-se nas bases teóricas e documentais exploradas no capítulo anterior. O acesso e a garantia dos direitos desse público são reconhecidos como essenciais para a efetivação de sua cidadania. A partir desse pressuposto, foram analisados os procedimentos administrativos do Ministério Público, envolvendo documentos de portaria e arquivamento. Esses documentos apresentam informações sobre o contexto familiar, os motivos que levaram à abertura do procedimento e as datas de início e término dos processos.

Estas informações estão esquematizadas no Quadro 1 e enumeradas conforme ordem de análise dos processos.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
1	Medida de proteção Ação de alimentos	O CT, notificou o MP sobre situação de negligência vivenciada pela família de modo que o MP expedido ofício à secretaria de assistência solicitando estudo/relatório social com a família para identificar se eles são acompanhados por algum dos equipamentos de proteção bem como identificar se a algum auxílio financeiro do município a família ou	De modo que o procedimento administrativo foi encerrado com a entrada de uma ação de alimentos em favor das adolescentes conta o genitor. O procedimento foi aberto em março de 2023 e arquivado em maio de 2023 Tempo médio de 3 meses de duração.

		<p>alguma demanda por promoção social a qual eles pudessem ser inseridos.</p> <p>O procedimento administrativo foi aberto em favor de duas adolescentes (13 e 16 anos)</p> <p>E embora se tenha como principal demanda a questão da negligência as ações do MP identificam uma questão de vulnerabilidade financeira principalmente relacionada a ausência de pensão alimentícia para as adolescentes</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101, e Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 201.</p>	
--	--	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
2	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	<p>Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (3 anos)</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.</p>	<p>O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário.</p> <p>Procedimento iniciou em outubro de 2019 se encerrou na mesma data</p> <p>Tempo médio de 1 dia de duração.</p>
3	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	<p>Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e</p>	<p>O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento</p>

		alimentos em favor da criança (4 anos) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em outubro de 2019 e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.
4	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (1 ano) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em dezembro de 2019 e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
5	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (1 ano) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em dezembro e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.
6	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (3 anos) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em dezembro de 2019 e se encerrou na mesma data

			Tempo médio de 1 dia de duração.
7	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor do adolescente (13 anos) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em outubro de 2019 e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
8	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (6 anos) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em dezembro de 2019 se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.
9	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor do adolescente (13 anos) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em janeiro de 2020 e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
10	Homologação de acordo de guarda, alimentos e visitas	Demanda para que seja reconhecido judicialmente acordo de guarda, visitas e alimentos em favor da criança (3 meses) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33 e 201.	O procedimento visava reconhecer um acordo entre as partes de modo que foi encerrado pelo ajuizamento do processo para firmar esse compromisso perante o judiciário. Procedimento iniciou em janeiro de 2020 e se encerrou na mesma data Tempo médio de 1 dia de duração.
11	Medida de Proteção	Procedimento administrativo aberto em vias de estabelecer o acolhimento institucional de 4 crianças (idades não especificadas) por “negligencia” de modo que na avaliação do MP a vulnerabilidade da família não poderia ser resolvida de forma imediata e que deixar as crianças permanecerem nesta situação seria mantê-las sob riscos Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação com pedido de acolhimento bem como de acompanhamento dos pais pelos serviços de proteção do município (assistência social, saúde) de modo que esta ação teve início em novembro de 2020 e foi encerrada em mesma data devido ao ajuizamento. Tempo médio de 1 dia de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

12	Medida de Proteção	<p>Procedimento administrativo aberto após notificação do CT para o MP identificando que a criança estava em grave situação de risco e negligência em vias de estabelecer o acolhimento institucional de criança (8 anos) cujos pais encontram-se em situação de uso de substâncias psicoativas.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação com pedido de acolhimento bem como de acompanhamento dos pais pelos serviços de proteção do município (assistência social, saúde [CAPs]) de modo que esta ação teve início em novembro de 2020 e foi encerrada em mesma data devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 1 dia de duração.</p>
13	Medida de Proteção	<p>Procedimento administrativo aberto após notificação do CT para o MP identificando que a criança (4 meses) e mãe adolescente (17 anos) estava em grave situação de risco e negligência</p> <p>De modo que visando solucionar o problema imediato cessando a situação de risco o MP ajuizou ação pedindo pelo acolhimento institucional de mãe e filha.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação com pedido de acolhimento.</p> <p>De modo que esta ação teve início em junho de 2021 e foi encerrada em mesma semana devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 5 dias de duração.</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

14	Medida de Proteção	<p>Procedimento administrativo aberto após notificação do CT para o MP identificando que as crianças (7 e 4 anos) estava em grave situação de risco e negligencia estando em guarda com a avó materna.</p> <p>De modo que visando solucionar o problema imediato cessando a situação de risco o MP ajuizou ação pedindo pelo acolhimento institucional de mãe e filha.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação com pedido de acolhimento. De modo que esta ação teve início em julho de 2021 e foi encerrada em mesma semana devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 1 mês de duração.</p>
15	Medida de Proteção	<p>Procedimento administrativo aberto após relatório da rede de proteção de que a criança estaria em situação de risco e vulnerabilidade, contudo não se tinha uma comprovação efetiva do risco de modo que o procedimento administrativo do MP foi aberto para acompanhar a situação e fazer requerimentos a equipamentos da rede de relatórios sobre a possível situação envolvendo a criança de (4 anos)</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação com pedido de acolhimento. De modo que este procedimento teve início em novembro de 2021 e foi encerrada em janeiro de 2022 devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 3 meses de duração.</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
16	Medida de Proteção Transferência de Guarda	<p>O CT notificou o MP de que a criança (5 anos) estava sofrendo agressões físicas do padrasto de modo que se fazia necessária a intervenção do MP a favor da criança.</p> <p>O procedimento administrativo do MP foi aberto em vias de impor medida de afastamento do padrasto bem como transferência de guarda ao genitor.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação de medida de proteção, com transferência de guarda.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em dezembro de 2021 e foi encerrada em dezembro de 2021 devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de menos de 30 dias de duração.</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
16	Medida de Proteção Transferência de Guarda	<p>O CT notificou o MP de que a criança (5 anos) estava sofrendo agressões físicas do padrasto de modo que se fazia necessária a intervenção do MP a favor da criança.</p> <p>O procedimento administrativo do MP foi aberto em vias de impor medida de afastamento do padrasto bem como transferência de guarda ao genitor.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação de medida de proteção, com transferência de guarda.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em dezembro de 2021 e foi encerrada em dezembro de 2021 devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de menos de 30 dias de duração.</p>

		Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	
17	Medida de Proteção Transferência de Guarda	O CT informou ao MP que devido a situação de risco junto a mãe eles teriam intervindo para retirar a criança (recém-nascida, sem data de nascimento especificada) do contexto de risco e a deixado sob cuidados da avó materna. Sendo necessário que o MP intervisse para regularizar a situação. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	Procedimento se encerrou com o arquivamento sem a necessidade de ajuizar a medida tendo em vista que a genitora se mudou para residir junto a mãe e a filha e assim com uma rede de apoio familiar está mantendo os devidos cuidados e necessidades da criança. De modo que este procedimento teve início em maio de 2023 e foi encerrado em junho de 2023 devido ao ajuizamento. Tempo médio de 2 meses de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolatividade (início e arquivamento)
18	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que a criança (9 anos) sofria castigos físicos do pai de modo que era necessário intervenção do MP para acompanhamento da família e orientações ao genitor quanto ao uso de violência física para educar. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Procedimento se encerrou com o arquivamento sem a necessidade de ajuizar a medida tendo em vista que o MP solicitou mediante ofício que o caso fosse acompanhado pelo CT, e pela assistência social do município com relatórios ao MP caso houvessem novas situações de violência. O MP realizou ainda advertência ao genitor. O procedimento foi aberto em outubro de 2019 e arquivado em janeiro de 2020. Tempo médio de 4 meses de duração.

19	Medida de Proteção	<p>O CT informou ao MP que a criança (12 anos) em situação de risco por castigos físicos por parte da mãe de modo que era necessário intervenção do MP para acompanhamento da família e orientações/advertências à genitora quanto ao uso de violência física enquanto forma de educar educação.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o arquivamento sem a necessidade de ajuizar a medida tendo em vista que o MP solicitou mediante ofício que o caso fosse acompanhado pela secretaria de assistência e que a família fosse inserida nos serviços de promoção social do município</p> <p>Procedimento iniciado em outubro de 2019 e encerrado em dezembro de 2019</p> <p>Tempo médio de 3 meses de duração</p>
----	--------------------	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
20	Medida de Proteção Transferência de guarda	<p>O CT informou ao MP que devido a situação de risco junto a mãe eles teriam intervindo para retirar a criança (4 anos) do contexto de risco e a deixado sob cuidados da tia.</p> <p>Sendo necessário que o MP intervisse para regularizar a situação.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.</p>	<p>Procedimento se encerrou com o arquivamento ao ajuizar a medida tendo em vista necessidade de regularizar a situação.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em novembro de 2019 e foi encerrada em mesma data devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 1 dia de duração.</p>
21	Medida de Proteção	<p>Procedimento aberto pelo MP após denúncia de órgão social, por conta da criança (7 meses) ter se queimado com café enquanto estava sendo cuidado pelos pais.</p>	<p>O procedimento foi encerrado quando apurado pelo MP por meio de relatório sociais e de saúde recebidos do município que se tratava de uma situação excepcional (um acidente isolado)</p> <p>De modo que este procedimento teve início em novembro de</p>

		Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	2019 e foi encerrada em fevereiro de 2020. Tempo médio de 4 meses de duração.
22	Medida de Proteção	Procedimento aberto pelo MP após denúncia do CT de violência física a gêmeos (3 anos). Devido à falta de informações sobre o caso e a família o MP solicitou que a secretaria de assistência do município realizasse acompanhamento e estudo social. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	De modo que o relatório da Assistência Social apresentou informações relevantes a necessidade de promoção social dos familiares. Mas sem indicativos que justificassem o ajuizamento da ação. O procedimento administrativo foi aberto em novembro de 2019 e foi encerrada em março de 2020. Tempo médio de 5 meses de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
23	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que devido a situação de negligência junto a mãe se necessitava a intervenção e acompanhamento do MP. Isto é a mãe não vinha garantindo os devidos cuidados junto a filha, ainda criança (7 anos). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Procedimento arquivado pelo fato de que a Genitora e a criança mudaram-se de estado. De modo que o MP encaminhou a denúncia e arquivou o caso na comarca. O procedimento administrativo foi aberto em janeiro de 2020 e encerrado em fevereiro de 2020 Tempo médio de 2 meses de duração.
24	Medida de Proteção	Trata-se de procedimento aberto pelo MP após a requisição da mãe para que o filho recebesse alimentação adequada	Mediante intervenção do MP o município aderiu ao pedido da família e adequou o cardápio escolar para fornecer alimentação dentro das necessidades da criança.

		no ambiente escolar tendo em vista seu diagnóstico de diabetes tipo I De modo que o MP notificou a secretaria de educação da necessidade de fornecer alimentação adequada a criança (6 anos). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O procedimento administrativo foi aberto em fevereiro de 2020 e encerrado em agosto de 2020 Tempo médio de 7 meses de duração.
--	--	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
25	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que devido a situação de negligência junto a mãe necessitava-se da intervenção do MP para acompanhamento e averiguação da situação. A mãe tinha por abito deixar a criança (11 anos) sozinha em casa para trabalhar. De modo que o MP oficiou ao município para que houvesse realização de estudo social da família bem como averiguação de eventuais necessidades de promoção social pelo município. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	De modo que o procedimento foi encerrado por entender a excepcionalidade da situação durante a pandemia de covid-19 em que a criança estava sem aulas e a mãe necessitava sair para trabalhar. O procedimento administrativo foi aberto em março de 2020 e encerrado em novembro de 2020 Tempo médio de 9 meses de duração

26	Medida de Proteção	<p>O CT identificou situação de auto risco as crianças no contexto junto a mãe de modo que ela não lhes oferecia nenhum tipo de proteção social (3, 2, 5, 7 e 9 anos) de modo que após relatórios da Rede de proteção o CT tomou a decisão colegiada pelo acolhimento das crianças.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP encerrou o procedimento mediante ajuizamento da ação de suspensão do poder familiar em favor das crianças.</p> <p>O procedimento administrativo foi aberto em março de 2020 e encerrado em maio de 2020</p> <p>Tempo médio de 3 meses de duração</p>
----	--------------------	--	---

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
27	Medida de Proteção Modificação de Guarda	<p>As crianças (5,2 e 7 anos) no contexto junto a mãe estavam em situação de risco de modo que o CT solicitou intervenção do MP. Este órgão interviu realizando transferência da guarda para os respectivos pais e ajuizando ação.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.</p>	<p>O MP encerrou o procedimento mediante ajuizamento da ação de modificação de guarda e suspensão do poder familiar em favor das crianças.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em abril de 2020 e foi encerrada em mesma data devido ao ajuizamento.</p> <p>Tempo médio de 1 dia de duração.</p>
28	Medida de Proteção Modificação de Guarda	<p>O CT solicitou ao MP intervenção para acompanhamento e regularização de guarda, após o órgão colegiado ter identificado situação de risco das crianças (5 e 7 anos) junto ao contexto dos pais eles</p>	<p>O MP encerrou o procedimento mediante ajuizamento da ação de modificação de guarda e medida de proteção em favor das crianças.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em abril de 2020 e foi encerrada</p>

		interviram levando a criança para casa da avó materna. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	em mesma data devido ao ajuizamento. Tempo médio de 1 dia de duração.
29	Medida de Proteção Modificação de guarda	O CT notificou ao MP de que a criança (5 anos) estaria em situação de risco junto aos pais e que eles interviram para colocá-la sob os cuidados da genitora. Requerendo que o MP acompanhasse o caso e regularizasse a situação da guarda. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	O MP encerrou o procedimento mediante ajuizamento da ação de modificação de guarda e medida de proteção em favor das crianças. De modo que este procedimento teve início em outubro de 2020 e foi encerrada novembro de 2020. Tempo médio de 2 meses de duração.
30	Medida de Proteção Modificação de guarda	O CT notificou ao MP de que a criança (5 anos) estaria em situação de risco junto a mãe e que eles interviram para colocá-la sob os cuidados do genitor. Requerendo que o MP acompanhasse o caso e regularizasse a situação da guarda. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação de medida de proteção, com transferência de guarda. De modo que este procedimento teve início em novembro de 2020 e foi encerrada em dezembro de 2020 devido ao ajuizamento. Tempo médio de 10 dias de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
31	Medida de Proteção	O CT notificou ao MP de que a criança ou adolescente (idade não especificada) estava sob os cuidados da mãe e encontrava-	Procedimento se encerrou com o ajuizamento da ação de medida de proteção, com pedido de acolhimento da criança ou adolescente.

		se em risco. De modo que após os relatórios da rede de proteção o MP iniciou ação para colocar jovem no serviço de acolhimento. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	De modo que este procedimento teve início em julho de 2021 e foi encerrada em dezembro de 2021 devido ao ajuizamento. Tempo médio de 7 meses de duração
32	Medida de Proteção	A intervenção do MP foi solicitada pela escola tendo em vista a negligência da mãe junto ao filho, criança ou adolescente (idade não especificada) na instituição inclusive ao que tange mandá-lo para escola de modo que após ser notificada pelo MP a genitora passou a acompanhar a vida escolar do filho e a enviá-lo para instituição com a frequência correta. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Procedimento se encerrou com o arquivamento da ação sem necessidade de ajuizamento. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2021 e foi encerrada em outubro de 2021 devido ao ajuizamento. Tempo médio de 2 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
33	Medida de Proteção Modificação de guarda	Medida de proteção e modificação de guarda a partir da notícia do CT de que a criança (6 meses) estava em situação de risco junto ao genitor de modo que o MP agiu pela transferência da guarda a irmã da criança. E ajuizou ação	Procedimento se encerrou com a necessidade de ajuizamento. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2021 e foi encerrada em outubro de 2021 Tempo médio de 1 mês de duração.

		para regularizar a situação. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	
34	Medida de Proteção	Após notícia da Secretaria de saúde de que a mãe não estaria realizando o acompanhamento das consultas de pré-natal argumentando que se realizasse os acompanhamentos a justiça retiraria outro filho dela. De modo que o MP deu entrada no procedimento administrativo para averiguar necessidade de medida de proteção ao nascituro. De modo que o MP solicitou acompanhamento do CT a família bem como atenção da saúde sobre o caso. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Após os acompanhamentos e nascimento da criança o CT relatou ao MP que a criança estava bem e que não se encontrava sob riscos. Assim o MP arquivou o procedimento sem necessidade de ajuizar a ação. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2021 e encerrado em junho de 2021. Tempo médio de 10 meses de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
35	Medida de proteção Modificação de Guarda	Após notificação do CT de que três crianças/adolescentes (idade não especificada) estava em situação de violência e “negligencia” junto ao contexto dos pais de modo que necessitavam de intervenção do MP	O MP ajuizou a medida de proteção com pedido de modificação de guarda. De modo que este procedimento teve início em outubro de 2021 e encerrado em dezembro de 2021. Tempo médio de 3 meses de duração.

		Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	
36	Medida de Proteção	<p>A mãe entrou em contato com o MP para solicitar intervenção do órgão devido à necessidade de sua criança (3 anos) de tomar leite especial, pedindo que este seja fornecido pelo município de modo que o MP solicitou maiores informações da saúde e promoveu encaminhemos de saúde a especialista que a criança estava aguardando.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>A especialista da saúde dispensou a criança do uso do leite especial.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em novembro de 2021 e encerrado em maio de 2022.</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração</p>
37	Medida de Proteção	<p>O hospital informou ao MP que 3 crianças (idade não especificada) estavam em situação de risco junto a mãe. De modo que o MP ajuizou o pedido de medida de proteção solicitando acolhimento institucional.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Procedimento se encerrou com a necessidade de ajuizamento.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em novembro de 2021 e foi encerrada em novembro de 2021</p> <p>Tempo médio de 3 dias de duração.</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
38	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que a adolescente (12 anos) sofria agressões por parte de sua mãe.	O procedimento foi encerrado tendo em vista que não houveram novas ocorrências.

		<p>O MP advertiu a mãe sobre o uso de violência enquanto forma de educar. A adolescente foi encaminhada para acompanhamento psicológico sem necessidade de outras intervenções da rede.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Sem a necessidade de ajuizar ação.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em novembro de 2021 e foi encerrada em maio de 2022</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração.</p>
39	Medida de Proteção Vaga em creche	<p>A mãe solicitou ao MP que intervisse na sua solicitação a secretaria de educação que transferisse seu filho para vaga em CMEI que ficasse mais próximo a sua residência, tendo em vista que ela está grávida de 8 meses e tem uma recomendação médica para que houvesse essa transferência em vias de diminuir o esforço que ela estava tendo durante a gravidez.</p> <p>Esse pedido já havia sido negado pela secretaria de educação por conta de que a criança (idade não especificada) já estava matriculada em um CMEI.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 54.</p>	<p>Após notificação do MP a secretaria de educação informou que a criança foi inserida na fila aguardando vaga para transferência.</p> <p>Sem a necessidade de ajuizar ação, o procedimento foi arquivado.</p> <p>De modo que este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrada em maio de 2023</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração.</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
40	Medida de Proteção Averiguação Infrequência Escolar	de O CT informou que a criança/adolescente (idade não especificada) não estava frequentando a escola e que mesmo com a intervenção dos professores e do CT sob a necessidade de garantir e propiciar esse acesso à educação para filha e a família se mostra resistente as intervenções. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 56.	O MP realizou uma advertência a família e solicitou que a secretaria de educação ofereça relatórios sobre a frequência da criança/adolescente. De modo que a intervenção foi positiva e não houve necessidade de ajuizar ação. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em abril de 2023 Tempo médio de 8 meses de duração.
41	Medida de Proteção Modificação de Guarda	O CT informou que recebeu denúncia de que as crianças (7 e 5 anos) estavam sofrendo violência por parte da mãe de modo que necessitavam de intervenção. O MP iniciou procedimento para que averiguasse essa situação. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.	Procedimento se encerrou com a necessidade de ajuizamento da medida de proteção com modificação de guarda em favor da avó paterna. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em novembro de 2022 Tempo médio de 3 meses de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
42	Medida de Proteção Averiguação Infrequência Escolar	de O CT informou que a adolescente (17 anos) não estava frequentando a escola. Gerando a	O MP realizou uma advertência a mãe e solicitou que a secretaria de educação ofereça relatórios sobre a frequência da adolescente.

		necessidade do MP de intervir sob a necessidade de garantir e propiciar esse acesso à educação para adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 56.	Assim a intervenção foi positiva e não houve necessidade de ajuizar ação. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em março de 2023 Tempo médio de 7 meses de duração.
43	Medida de Proteção	O CT notificou ao MP que a criança/adolescente estava em situação de violência e negligência por parte dos pais. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou medida de proteção com pedido de acolhimento institucional. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em setembro de 2022 Tempo médio de 2 dias de duração
44	Medida de Proteção	O CT notificou ao MP que a criança/adolescente estava em situação de violência e negligência por parte dos pais. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou medida de proteção com pedido de acolhimento institucional. De modo que este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em outubro de 2022 Tempo médio de 2 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
45	Medida de Proteção	Situação de risco as crianças (4 e 11 anos) por violência por parte da mãe Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou medida de proteção. De modo que este procedimento teve início em outubro de 2022 e foi encerrada em novembro de 2022 Tempo médio de 2 meses de duração

46	Medida de proteção	<p>O CT encaminhou ao MP demanda para que criança (7 anos) realizasse procedimento médico de cauterização química para epistaxe o qual havia sido negado pelo SUS, por mais de uma vez sendo necessidade da criança.</p> <p>O MP oficiou a secretaria de saúde para que prestassem esclarecimentos sobre as negativas, mas as respostas demoraram a retornar.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>No meio tempo em que o MP aguardava ofício a mãe observando a necessidade do filho optou por contratar um plano de saúde que vai realizar o atendimento de forma que o procedimento administrativo foi arquivado sem uma resolução positiva ao caso.</p> <p>Este procedimento teve início em setembro de 2022 e foi encerrada em outubro de 2022</p> <p>Tempo médio de 2 meses de duração</p>
47	Ato infracional Medida de Proteção	<p>Sobreveio informação do CT ao MP que realizasse intervenção em um caso em que o adolescente envolvido em uma briga na escola com colegas teria levado um canivete para escola.</p> <p>De modo que o MP averiguou a situação de infrequência escolar do adolescente (Idade não especificada) e realizou encaminhamentos para promoção social de saúde e assistência social (CREAS).</p> <p>Realizando ainda advertência a mãe a respeito das faltas escolares do filho bem como da necessidade de que ele tenha acompanhamentos psicológicos indicados pelo MP.</p>	<p>O procedimento teve seu arquivamento definitivo quando os acompanhamentos do MP indicaram que as situações iniciais que levaram a abertura do procedimento cessaram. De modo que somente os acompanhamentos e encaminhamentos propostos foram suficientes para resolver as situações expostas.</p> <p>Este procedimento teve início em outubro de 2022 e foi encerrada em janeiro de 2024</p> <p>Tempo médio de 1 ano e 4 meses de duração</p>

		<p>A princípio a família não aderiu as orientações do MP, o Adolescente não foi aos atendimentos e permanecia a infrequência. De modo que devido a idade do adolescente e ao histórico de reprovos a escola indicou que ele fosse inserido no programa CEEBJA. A transferência de escola fez com que o adolescente passasse a frequentar assiduamente as aulas e não apresentasse outras situações de risco ou violência relacionada a si próprio ou a terceiros.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 112.</p>	
--	--	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
48	Medida de Proteção	<p>Trata-se de um caso em que o CT informou ao MP de que uma adolescente (15 anos) estava sofrendo “negligencia” do pai, e estaria envolvida com o uso de substâncias psicoativas.</p> <p>De modo que ao tomar conhecimento do caso o MP identificou a gravidade da situação.</p>	<p>O procedimento foi encerrado com o ajuizamento da medida protetiva com transferência de guarda para a genitora.</p> <p>Este procedimento teve início em outubro de 2022 e foi encerrada em novembro de 2022</p> <p>Tempo médio de 2 meses de duração</p>

		Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	
49	Medida de Proteção	<p>De modo que o CT informou ao MP que um adolescente (16 anos) teria sido vítima de violência física por parte de sua irmã envolvendo uma arma branca.</p> <p>Dessa forma o MP determinou por ofício a realização de estudo social com a família por parte do CREAS bem como encaminhamento do adolescente ao acompanhamento psicológico para acompanhar a situação de risco.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Em vista dos relatórios positivos a família de que o adolescente não estava em situação de risco e se mantinha assíduo nos programas de acompanhamento ao qual foi inserido não houve necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em outubro de 2022 e foi encerrada em fevereiro de 2023</p> <p>Tempo médio de 5 meses de duração</p>
50	Vaga em Hospital	<p>Trata-se de procedimento para averiguar a falta de vaga em hospital psiquiátrico para adolescente (17 anos) que está a 5 meses internada aguardando vaga. Porém essa vaga ainda não havia sido ofertada.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11 e 101.</p>	<p>O MP ajuizou ação civil para averiguar a situação. Este procedimento teve início em outubro de 2022 e foi encerrada em fevereiro de 2023</p> <p>Tempo médio de 5 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

51	Medida Protetiva Vaga em Hospital	<p>Trata-se de procedimento solicitado a internação compulsória de adolescente (17 anos) em uso extremo de substâncias psicoativas. Dado a gravidade do caso o MP abriu procedimento para conseguir a determinação do internamento bem como vaga em hospital correspondente ao caso.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 11.</p>	<p>O MP ajuizou ação civil para realizar as diligências necessárias</p> <p>Este procedimento teve início em novembro de 2022 e foi encerrada em novembro de 2022</p> <p>Tempo médio de menos de 30 dias de duração</p>
52	Medida Protetiva	<p>A escola informou situação de que a criança (6 anos) se encontrava em evasão escolar e quando comparecia a instituição demonstrava cansaço, apatia inapetência, cianose periférica e alterações em seus sinais vitais.</p> <p>De modo que o MP ágil promovendo a criança socialmente, requisitando acompanhamento da saúde dados os sintomas relatados pela educação e advertiu aos pais em relação ao direito da criança a educação.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>A saúde informou ao MP que a criança está fazendo acompanhamentos com cardiologista. E a criança passou a frequentar a escola regularmente de modo que o MP arquivou o procedimento sem a necessidade de ajuizar ação.</p> <p>Este procedimento teve início em novembro de 2022 e foi encerrada em setembro de 2023</p> <p>Tempo médio de 10 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
53	Medida Protetiva	Situação de 'negligência' por parte de genitora adolescente (17 anos) em relação a sua filha (11 meses) de modo que o MP solicitou a promoção social da família e acompanhamento por parte do município. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Foi realizado um estudo social com a família ao qual veio positivo em relação a situação familiar indicando que os conflitos que deram origem ao procedimento não mais existiam naquele contexto. Desse modo o MP arquivou o procedimento sem necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em dezembro de 2022 e foi encerrada em janeiro de 2023 Tempo médio de 2 meses de duração
54	Medida de Proteção	Após notícia da Secretaria de saúde de que a mãe não estaria realizando o acompanhamento das consultas de pré-natal, colocando em risco a vida de seu filho tendo em vista de que ela tem DST e não realiza os procedimentos de tratamento ou prevenção adequados. O MP convocou a mãe para adverti-la, contudo, as informações da secretaria de saúde de mostraram errôneas, ela estava realizando os acompanhamentos e pré-natal corretamente apenas preferiu fazê-lo fora da comarca,	O MP encerrou o procedimento assim que receberam a devida documentação dos acompanhamentos. Este procedimento teve início em dezembro de 2022 e foi encerrada em dezembro de 2022 Tempo médio de menos de 30 dias de duração

		apresentando documentação que comprovam esses atendimentos. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	
--	--	--	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
55	Medida de Proteção Modificação de guarda	O CT informou ao MP que duas crianças (1 e 5 anos) encontravam-se em situação de risco e 'negligência' junto aos genitores de modo que necessitavam da intervenção do MP. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Assim o MP ajuizou medida de proteção com modificação de guarda a favor da avó paterna. Este procedimento teve início em dezembro de 2022 e foi encerrada em dezembro de 2022 Tempo médio de menos de 30 dias de duração
56	Medida de Proteção	O CT encaminhou ao conselho pedido de intervenção em situação de 'negligência' por parte do genitor para com seu filho adolescente (13 anos) que necessitava de tratamento de saúde. O MP enviou ofício à secretaria de saúde solicitando informações sobre o tratamento que o adolescente necessitava. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33	A mãe do adolescente compareceu ao MP informando que seu filho está realizando o tratamento devidamente em hospital fora da comarca. De modo que não houve necessidade de ajuizar ação o procedimento foi arquivado. Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrada em outubro de 2023 Tempo médio de 8 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
57	Medida de Proteção	<p>O MP iniciou procedimento para acompanhar adolescente (15 anos) com ideação suicida e diagnosticada com transtorno depressivo grave, solicitando acompanhamento e encaminhamentos do CT a situação.</p> <p>A adolescente chegou a ser internada, contudo, a mãe teria assinado a documentação para retirar a filha do hospital mesmo havendo contraindicação médica. Os acompanhamentos da saúde assistência e do MP persistiram bem como a inserção da adolescente nos serviços ofertados pelo CREAS.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O arquivamento dos procedimentos veio mediante relatórios positivos a situação em que os riscos a adolescente haviam cessado e que ela continuava a frequentar os acompanhamentos.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrada em julho de 2023</p> <p>Tempo médio de 5 meses de duração</p>
58	Solicitação de Vaga Escolar	<p>A mãe compareceu ao MP informando que seu filho (15 anos) necessitava de vaga na educação especial (APAE) na modalidade EJA tendo em vista sua idade e condições já não eram condizentes com as oferecidas na rede municipal e o adolescente se negava</p>	<p>Em resposta ao ofício do MP a APAE informou que matriculou o adolescente.</p> <p>De modo que o procedimento foi arquivado com essa resolução.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrada em maio de 2023</p> <p>Tempo médio de 3 meses de duração</p>

		<p>a estudar com as crianças menores devido a diferença de idade e na primeira tentativa da mãe a APAE se negou a recebe-lo.</p> <p>Dessa forma o MP espediu ofícios a secretaria de educação e a instituição (APAE) para que prestassem informações sobre as negativas de transferência e matrícula.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 54.</p>	
--	--	--	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
59	Medida de Proteção	<p>Trata-se de procedimento para averiguar situação de uso de substancias psicoativas por parte da adolescente (idade não especificada)</p> <p>O MP realizou encaminhamento do caso ao CAPs para que adolescente passasse pelas avaliações necessárias e realizasse os devidos tratamentos.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Os equipamentos aos quais o adolescente foi encaminhado informaram que o adolescente realizou os tratamentos junto ao CAPs, mas não frequenta assiduamente os atendimentos, abandonou a escola, e a assistência informou que atualmente ele reside junto a namorada e ao filho de 2 anos, está trabalhando em regime CLT, e que ele e a namorada aguardam o nascimento de mais um filho. Assim o procedimento foi arquivado.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em novembro de 2023</p> <p>Tempo médio de 9 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
60	Modificação de Guarda	<p>O tio da criança contatou ao MP para informar que ele estava exercendo os cuidados sobre o sobrinho (11 anos) em vista do internamento da mãe (por situação não especificada nos documentos recebidos) e que desejava regularizar a guarda com ele até que os pais estivessem em condições de exercê-la.</p> <p>Dessa forma o MP realizou encaminhamentos dos genitores aos serviços de acompanhamento da saúde e solicitou periodicamente relatórios para acompanhar o caso.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 33.</p>	<p>Aqui a medida de modificação de guarda foi ajuizada para regularizar a situação da criança de forma temporária. Com a ciência e cooperação dos genitores que vem aderindo aos tratamentos propostos.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em junho de 2024</p> <p>Tempo médio de 1 ano e 4 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
61	Encaminhamento de Saúde	<p>O CT informou ao MP que a cerca de 4 meses solicitou a secretaria de saúde encaminhamento para especialista</p>	<p>A partir da cobrança do MP ao caso a suade informou que encaminhou a criança para consulta. De modo que o procedimento foi arquivado</p>

		<p>neuropediatra para uma criança (4 anos) que frequenta APAE e que não teve devolutiva da saúde a solicitação</p> <p>O MP cobrou respostas a secretaria de saúde.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11.</p>	<p>a partir dessa resposta positiva.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em abril de 2023</p> <p>Tempo médio de 2 meses de duração</p>
62	Ação de Alimentos	<p>O CT informou ao MP que o adolescente (idade incorreta) necessita de intervenção para que os genitores passem a pagar alimentos ao filho em vista das necessidades do mesmo.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 201.</p>	<p>O MP contactou os genitores e homologou acordo para o pagamento de alimentos não sendo necessário ajuizar ação.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em abril de 2023</p> <p>Tempo médio de 2 meses de duração</p>
63	Medida de Proteção Evasão escolar	<p>Trata-se de procedimento para averiguar situação de adolescente advinda de município fora da comarca que esta residindo em uma fazenda com a mãe e abandonou a escola.</p> <p>Mediante notificação do MP para realizar os acompanhamentos a adolescente voltou para o município de origem sem a necessidade de intervenções ou acompanhamentos por parte dessa comarca.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 56.</p>	<p>O procedimento foi arquivado pelo retorno da adolescente a guarda da avó materna.</p> <p>Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em junho de 2023</p> <p>Tempo médio de 4 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
64	Medida de Proteção	<p>Trata-se de procedimento para averiguar situação em que adolescente (13 anos) estava sofrendo violência física por parte da mãe e sendo incumbida de ficar responsável pelos irmãos (3 e 4 anos). De modo que o MP convocou a genitora e advertiu sobre a situação tanto no uso de castigos físicos quanto na responsabilização da adolescente de cuidar dos irmãos na ausência da mãe. Solicitou a promoção social da família com acompanhamentos da saúde e assistência social.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>De modo que mediante as intervenções do MP os relatórios referentes a família foram positivos indicando que as situações que deram origem ao procedimento cessaram, não havendo necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em agosto de 2023.</p> <p>Tempo médio de 6 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
65	Falta de Pediatra	<p>Sobreveio informação ao MP de que um dos municípios da comarca estava sem atendimento de médicos pediatra impossibilitando o acesso das crianças e adolescentes a</p>	<p>O município atendeu a solicitação do MP e conseguiu realizar a contratação de médicos correspondente. De modo que não houve necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em março de 2023 e foi encerrado em julho de 2023.</p>

		atendimento correspondente. Dessa forma o MP reuniu-se com secretário de saúde para cobrar resolução dessa situação. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11 e 4.º	Tempo médio de 5 meses de duração
66	Vaga em Creche	O CT encaminhou ao MP solicitação que intervissem na conceção de vaga em creche para criança (1 ano) O MP oficiou a secretaria de educação para que prestassem informações sobre a vaga Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 54.	A secretaria de educação informou ao MP que a criança foi devidamente matriculada em CMEI. Dessa forma o procedimento foi arquivado sem a necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração
67	Vaga em Creche	O CT encaminhou ao MP solicitação que intervissem na conceção de vaga em creche para criança (2 anos) O MP oficiou a secretaria de educação para que prestassem informações sobre a vaga. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 54.	A secretaria de educação informou ao MP que a criança foi devidamente matriculada em CMEI. Dessa forma o procedimento foi arquivado sem a necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em junho de 2023 Tempo médio de 3 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
68	Medida de Proteção	O CT solicitou a intervenção do MP junto a adolescente (idade não	O procedimento não teve sua resolução total em vista de que a negativa do profissional exclusivo para o adolescente

	<p>especificada) que demonstra problemas de comportamento na escola. De modo que o MP convocou aos pais para buscar informações acerca do adolescente e o encaminhou a serviços de saúde que constaram “Transtorno de Déficit de Atenção e Transtorno do Espectro do Autismo” de modo que a partir dos deliberações em rede a Secretaria de educação solicitou ao núcleo regional que fosse fornecido a escola um profissional de apoio para acompanhar o adolescente e auxiliá-lo considerando suas necessidades. Este pedido foi negado mediante o fato da escola já possuir profissional solicitado em outro pedido orientando a transferência do adolescente para o período correspondente. Em relação aos demais atendimentos e acompanhamentos a família se mostra solicita e o adolescente tem frequentado todos os serviços indicados. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>prejudicou ao seu desenvolvimento escolar, mesmo que esteja dividindo um outro profissional de apoio esta ação é insuficiente. No restante os acompanhamentos dos serviços de saúde e assistência bem como as intervenções e orientações junto a família parecem ter tido resultado positivo. O caso segue com os acompanhamentos pela rede de proteção. O procedimento foi arquivado sem a necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em maio de 2024 Tempo médio de 1 ano e 1 mês de duração</p>
--	--	---

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
69	Medida de Proteção	<p>Trata-se de procedimento para averiguar situação de 'negligencia' por parte da genitora para com sua filha adolescente (13 anos) que estava sendo responsabilizada de cumprir todos os afazeres de casa bem como de cuidar dos sobrinhos.</p> <p>O MP solicitou que a família recebesse acompanhamentos da assistência social do município bem como realizou advertência aos pais para que respeitassem as limitações da filha que considerando sua idade não pode ficar responsável pelos afazeres da casa e cuidado com os sobrinhos.</p> <p>Além disso a assistência identificou a necessidade da família realizar acompanhamentos psicológicos e inserção em programas de fortalecimento de vínculos, de modo que esses encaminhamentos foram realizados via MP. E a família aderiu de forma positiva a todos os encaminhamentos e orientações.</p>	<p>Os relatórios da rede de proteção a família indicam que as situações que deram início ao procedimento foram resolvidas. Assim o procedimento foi arquivado sem a necessidade de judicialização.</p> <p>Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em janeiro de 2024</p> <p>Tempo médio de 9 meses de duração</p>

		Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	
--	--	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
70	Solicitação de Saúde	<p>Procedimento para averiguação de vaga com especialista da saúde com urgência. Trata-se de averiguação do MP a situação da criança (10 anos) que está com caroço no pescoço aguardando vaga para passar com especialista não se tendo certeza se o caroço é ou não indicativo de doença grave.</p> <p>O MP oficiou a secretaria de saúde para que prestassem informações sobre o caso.</p> <p>De modo que as respostas da secretaria de saúde foram positivas indicando que esse e outros encaminhamentos foram realizados para a criança com a devida prioridade.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. .11.</p>	<p>O MP manteve o acompanhamento até o relatório mais recente em que a especialista infectologista descartou doença grave com risco a vida.</p> <p>O procedimento foi arquivado sem a necessidade de ajuizar ação.</p> <p>Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em agosto de 2023</p> <p>Tempo médio de 5 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
71	Vaga em Educação Especial	<p>Trata-se de procedimento solicitado pelo CT ao MP para que a criança (5 anos) recebesse vaga na APAE em virtude dos diagnósticos de Transtorno de Espectro Autista e Déficit de Atenção e Hiperatividade.</p> <p>O MP oficiou a APAE requerendo informações.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 54, inciso III.</p> <p>Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, Art. 27.</p>	<p>Mediante ofício do MP a APAE informou que a criança foi devidamente matriculada na instituição. Dessa forma o MP arquivou o procedimento sem a necessidade de ajuizar medida.</p> <p>Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023</p> <p>Tempo médio de 6 meses de duração</p>
72	Medida de Proteção	<p>Trata-se de procedimento aberto para averiguar situação de miserabilidade da família a partir da declaração dos pais que indicaram vulnerabilidade de si e da filha (6 anos)</p> <p>O MP realizou encaminhamentos para promoção social da família solicitando acompanhamento da assistência social do município.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Os relatórios do CREAS indicam que a criança não está em situação de risco.</p> <p>O procedimento foi arquivado sem necessidade de judicialização.</p> <p>Este procedimento teve início em abril de 2023 e foi encerrado em agosto de 2023</p> <p>Tempo médio de 5 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
73	Medida de Proteção Evasão escolar	<p>O CT encaminhou para o MP uma situação em que diversos adolescentes não haviam realizado matrícula em 2023. Os adolescentes na época estavam em idades, (17,17, 16, 17, 17, 16 e 17)</p> <p>De forma que o MP convocou os familiares e adolescentes para realizar uma intervenção.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 56.</p>	<p>Na reunião junto ao MP 4 adolescentes completaram maioridade e não compareceram os outros 3 foram convocados e somente 1 família compareceu indicando que a adolescente retornaria aos estudos.</p> <p>Durante os tramites de próximos atendimentos todos os adolescentes mencionados atingiram maioridade. Sendo que o procedimento foi encerrado por não mais se tratar de caso referente a infância e juventude.</p> <p>Este procedimento teve início em maio de 2023 e foi encerrado em outubro de 2023</p> <p>Tempo médio de 6 meses de duração</p>
74	Medida de Proteção Modificação de guarda.	<p>Trata-se de situação encaminhada pelo CT indicando que a criança (7 anos) estaria em situação de risco junto a ao contexto em que estava segundo denúncia de sua irmã</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, 101 e 33.</p>	<p>O MP ajuizou medida de proteção com modificação de guarda a irmã.</p> <p>Este procedimento teve início em maio 2023 e foi encerrado em abril 2024</p> <p>Tempo médio de 11 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
75	Medida de Proteção	A família procurou ao MP pelo fato de que a adolescente (16 anos) estava sofrendo	O procedimento foi encerrado mediante relatórios da saúde informando que a adolescente recebeu alta das

		bullying dos colegas na escola e segundo os pais não houveram ações efetivas da escola para resolver a situação. A situação levou a adolescente a querer desistir da escola. De modo que o MP agiu pela promoção social da adolescente a encaminhado para acompanhamentos psicológicos. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	medicações e que estava mantendo regularmente o acompanhamento com psicóloga não necessitando de ajuizar ação. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em maio de 2024. Tempo médio de 5 meses de duração.
76	Medida de Proteção	O CT encaminhou o caso em que a criança (10 anos) estava sendo vítima de agressões por parte da mãe. O MP convocou a família e os advertiu acerca do uso de violência física como forma de educação. Também realizou promoção social da família encaminhando-os para serviços de saúde e assistência social do município. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	Os relatórios dos serviços que passaram a acompanhar a família foram positivos indicando não haver indícios da situação de risco que deu origem ao processo. Assim o procedimento foi arquivado sem necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em maio de 2024. Tempo médio de 5 meses de duração.

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
77	Medida de Proteção	Relato do CT de que crianças (2 meses, e idade não especificada) necessitavam de	O MP ajuizou o pedido de acolhimento institucional, e posteriormente identificou-se na família materna familiares aptos a assumirem os

		<p>intervenção com urgência diante do fato de que o padrasto era uma pessoa violenta e colocava em risco a mãe e as crianças. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>cuidados com as crianças dessa forma o procedimento foi arquivado. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em junho de 2023 Tempo médio de 5 dias de duração</p>
78	Medida de Proteção	<p>O CT encaminhou ao MP que uma criança (6 meses) estava em situação de 'negligência' com os genitores Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP ajuizou medida de proteção e arquivou o procedimento administrativo. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em março de 2024. Tempo médio de 9 meses de duração</p>
79	Medida de Proteção	<p>O CT encaminhou ao MP situação em que o adolescente (idade incorreta) estava sofrendo agressões físicas do padrasto. O MP encaminhou o caso a assistência social solicitando estudo com a família Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>Em resposta ao MP o relatório não indicava a situação de violência apenas que eventualmente o adolescente tinha que cumprir algumas das atividades da casa. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração</p>
80	Medida de Proteção	<p>A secretaria de assistência social, informou ao MP que adolescente (idade não especificada) estava em tratamento psicológico devido a provocar autolesões e vinha resistindo a frequentar os acompanhamentos e aderir aos tratamentos. Em vista dos riscos o MP solicitou que a família comparecesse ao MP para orientá-los de redobrar os cuidados e</p>	<p>O procedimento foi arquivado após a advertência, sem necessidade de ajuizar ação. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em julho de 2023 Tempo médio de 2 meses de duração</p>

		acompanhamentos com a filha. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	
--	--	---	--

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
81	Medida de Proteção	O CT encaminhou ao MP que a criança (6 anos) estava sofrendo violência por parte da tia que vinha exercendo sua guarda. A partir da notificação o CT solicitou informações da assistência social do município. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	A rede de proteção do município informou por relatório ao MP que a família está sendo acompanhada, mas que a situação de risco relatada não estava mais ocorrendo. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração
82	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que a criança (3 anos) estava em guarda com a bisavó pois os pais não possuíam condições de cuidar e por condições de brigas constantes entre os genitores. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	A genitora entrou com pedido de busca e apreensão da criança ajuizando pedido de ter a filha de volta. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
83	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que adolescente (13 anos) estava residindo com a madrasta e não	O procedimento foi arquivado já que as crianças retornaram ao convívio com a mãe. Não

		desejava retornar ao convívio com a mãe. Durante as buscas de informações e contato com a família o CT identificou que as crianças retornaram a mãe. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	sendo necessário ajuizar ação. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em janeiro de 2024 Tempo médio de 6 meses de duração
84	Medida de Proteção	A mãe solicitou que o MP intervisse na necessidade do filho (idade não especificada) de receber o leite APTAMIL AR que foi receitado pelo médico devido a intolerância a lactose de seu filho. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou ação com o pedido do fornecimento tendo em vista a necessidade da criança e a falta de condições financeiras. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração
85	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que a criança (9 anos) estava em situação de violência dos pais. O MP solicitou a assistência social que realizasse estudo social com a família. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O relatório ao MP trouxe a informação que a violência citada teria sido um episódio isolado em que o pai puxou a orelha do filho para corrigi-lo não identificando outras situações de risco. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
86	Medida de Proteção	O CT informou ao MP o nascimento de criança cujo a mãe estava em uso intenso de substâncias	O MP ajuizou medida de proteção a favor da criança para acompanhar a família. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi

		psicoativas e tanto mãe quanto a criança encontravam-se internadas. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	encerrado em setembro de 2023 Tempo médio de 4 meses de duração
87	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que os relatórios da rede de proteção indicavam situação de risco ao adolescente (17 anos) que estava em uso de substâncias psicoativas e apresenta conflitos no ambiente escolar. O MP realizou uma advertência junto a família termo de responsabilidade com a frequência escolar do adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O procedimento foi arquivado a partir da advertência a família. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em agosto de 2023 Tempo médio de menos de 30 dias de duração
88	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que a adolescente (13 anos) sofria violência física dos pais e necessitava de intervenção. O MP encaminhou o caso a assistência social para realização de estudo social. A princípio a adolescente foi colocada em família extensa e no decorrer dos procedimentos ela foi encaminhada a serviços de saúde para acompanhamento psicológico. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O procedimento foi arquivado a partir dos relatórios positivos indicando acompanhamento da rede e fim das situações de risco que levaram a abertura do procedimento. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em janeiro de 2024 Tempo médio de 8 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
89	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que as crianças (11, 8 e 7 anos) estavam sofrendo maus tratos por parte do padrasto e a mãe ciente da situação não estava agindo de forma protetiva. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou ação de medida protetiva com pedido de acolhimento. A criança retornou ao convívio da família após a mãe acolher as orientações da rede. Este procedimento teve início em junho de 2023 e foi encerrado em janeiro de 2024 Tempo médio de 8 meses de duração
90	Vaga em Creche	O pai compareceu ao MP informando que solicitou que seu filho (idade não especificada) fosse transferido de creche, de modo que na época da solicitação foi informado que o filho estava em 10 da fila aguardando transferência, contudo descobriu que outras 2 crianças conseguiram vaga na instituição antes de seu filho. Não sendo respeitado a fila de espera. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 54	O procedimento foi arquivado após a secretaria de educação informar que a criança foi matriculada em outra instituição. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em janeiro de 2024 Tempo médio de 6 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

91	Medida de Proteção	<p>O CT informou ao MP que a adolescente (14 anos) passou por situação grave de bullying na escola a qual estava matriculada, a adolescente estava em acompanhamento do CAPs por histórico de violência autoprovocada. E necessitava de vaga em um outro colégio para sair desse contexto. Dessa forma o MP oficiou a secretaria de educação a respeito da possibilidade. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP arquivou o procedimento após notícia da secretaria de educação que a adolescente foi matriculada em outra escola. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em agosto de 2023 Tempo médio de menos de 30 dias de duração</p>
92	Medida de Proteção	<p>O CT encaminhou ao MP demanda informando que a mãe não estava encaminhando o filho (8 anos) a escola e nem nos agendamentos para diagnóstico do município. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP ajuizou ação de medida de proteção. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em outubro de 2023 Tempo médio de 3 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
93	Medida de Proteção	<p>Trata-se de procedimento aberto partir da solicitação da mãe para conseguir no município acompanhamento</p>	<p>O procedimento foi encerrado mediante a apresentação de estudos que informam não haver comprovação científica de que a terapia específica (DENVER e ABA) que</p>

		<p>apara a filha (3 anos) diagnosticada com transtorno do espectro autista. O MP solicitou informações a secretaria de saúde acerca das ofertas de terapia por parte do município, que responde, que a especialidade recomendada a criança não é ofertada pelo município a penas a Terapia Ocupacional a qual a criança já estava inserida. Além disso a criança está inserida na APAE que oferta atendimentos e outras terapias.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>estavam sendo solicitadas tinham resultados ou eficácia maior do que as ofertadas pelo SUS.</p> <p>Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em abril de 2024</p> <p>Tempo médio de 9 meses de duração</p>
94	Evasão Escolar	<p>O CT informou ao MP situação de evasão escolar de adolescente (17 anos)</p> <p>Foi realizado contato com os pais do adolescente para agendar procedimento de advertência aos pais do adolescente, contudo a mãe informou ao MP que o filho pretende retomar os estudos em 2024 já que este ano não seria mais possível recuperar as aulas. E quando o novo ano letivo iniciar o adolescente terá completado maioridade.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 56.</p>	<p>Dessa forma o MP arquivou procedimento sem necessidade de ajuizar medida e sem a possibilidade de resolução efetiva.</p> <p>Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em novembro de 2023</p> <p>Tempo médio de 4 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
95	Medida de Proteção	<p>O CT informou ao MP que a família estava violando o direito do adolescente (idade incorreta) a saúde e a educação, neste caso mesmo diante da intervenção do CT a família não aderiu as orientações. Neste sentido o MP convocou aos pais para adverti-los sobre o direito do filho e firmou com eles o compromisso de garantir a educação do filho o encaminhando para escola bem como para os serviços de saúde mantendo o MP atualizado desses compromissos por meio de comprovação das consultas e exames e mediante relatórios da escola. Durante esses acompanhamentos a família escolheu alterar o adolescente de escola. Uma mudança que foi positiva visando o seu desenvolvimento e oferta de suporte que a escola poderia fornecer.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP arquivou ao procedimento tendo em vista dos resultados positivos da intervenção realizada. Comprovada por relatórios e documentação médicas. Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em abril de 2024</p> <p>Tempo médio de 9 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
96	Medida de Proteção	<p>O CT encaminhou ao MP situação de que criança (9 anos) está subtraindo alguns bens aleatórios dos colegas e da escola de forma a necessitar de intervenção de outros serviços e acompanhamento do MP. Dessa forma o MP encaminhou ofícios a escola para que mantenham relatórios de acompanhamento da criança bem como da saúde para que mantenham acompanhamento psicológico visando realizar nesses atendimentos a devida intervenção.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP arquivou o procedimento mediante relatórios positivos da educação e da saúde a respeito da criança. Não sendo necessário ajuizar ação.</p> <p>Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em fevereiro de 2024</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração</p>
97	Medida de Proteção	<p>O CT encaminhou ao MP informação conjunta com a UBS e com o CREAS indicando situação de risco a criança (1 ano) que está inserida em contexto de desproteção social, junto a mãe que faz uso de substâncias psicoativas.</p> <p>A mãe tem o desejo de buscar tratamento com internação, inclusive passou por atendimento e estratificação do CAPs, como sendo paciente de médio</p>	<p>Não há indicativos que mostrem necessidade ou possibilidade de intervenção do MP em vista de não haver indicações de risco ou violações de direitos a criança. Dessa forma o MP arquivou o procedimento sem ajuizar ação.</p> <p>Este procedimento teve início em setembro de 2023 e foi encerrado em fevereiro de 2024</p> <p>Tempo médio de 6 meses de duração</p>

		<p>risco. Contudo o que a impede de realizar tratamento no momento é a falta de uma rede de apoio que ela possa deixar o filho enquanto estiver internada.</p> <p>Os relatórios do CT sugerem acolhimento institucional, contudo observando os indicadores sociais da criança, o MP identifica que a mãe tem realizado todos os cuidados de acompanhamento de saúde do filho, estando com a carteira de vacinação em dia e o levando ao médico sempre que necessário.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	
98	Medida de proteção	<p>O CT informou ao MP que a adolescente (15 anos) havia sofrido agressões do padrasto em vista da situação de que o adolescente fez uma compra num valor considerável sem autorização.</p> <p>O MP realizou advertência aos genitores.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP arquivou procedimento por entender que essa foi uma situação isolada sem notícias de outras agressões. Este procedimento teve início em setembro de 2023 e foi encerrado em fevereiro de 2024</p> <p>Tempo médio de 6 meses de duração</p>

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

99	Pedido de medicação e suplemento alimentar	Trata-se de ação do MP para conseguir que o município venha a fornecer a medicação Canabidiol 50 mg/ml e fórmula alimentícia Aptamil Pepti para criança/adolescente (idade não especificada). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11	O MP ajuizou ação pedindo que o medicamento e a fórmula sejam pagos pelo município já que não são fornecidos pelo SUS Este procedimento teve início em outubro de 2023 e foi encerrado em novembro de 2023 Tempo médio de 2 meses de duração
100	Pedido de Medicação	Pai compareceu ao MP pedindo auxílio para que fosse fornecido leite especial Pregomim Pepti ao seu filho (3 meses) devido a recomendação medica desse leite em específico ser o mais adequado diante do diagnóstico de intolerância a lactose. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11	O MP encerrou procedimento em vista de que o genitor informou que o filho não necessitava vai da fórmula. Dessa forma o MP arquivou o procedimento sem ajuizar ação. Este procedimento teve início em novembro de 2023 e foi encerrado em março de 2024 Tempo médio de 5 meses de duração
101	Medida de Proteção	O CT informou ao MP que o adolescente (15 anos) apresenta problemas de saúde e sintomas de depressão. O MP identificou negligência dos responsáveis em exercer os devidos cuidados em relação ao adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.	O MP ajuizou ação de medida de proteção. Este procedimento teve início em novembro de 2023 e foi encerrado em junho de 2024 Tempo médio de 8 meses de duração

Quadro 1 – Análise dos processos administrativos do Ministério Público

(continuação)

Nº	Demanda	Descrição e direito	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
----	---------	---------------------	---

102	Acesso à Saúde	<p>Trata-se de um caso em que criança (5 anos) necessita de realizar cirurgia urgente de timpanotomia e adenoamigdalectomia porém a cirurgia não havia sido marcada. O MP oficiou a secretaria de saúde solicitando informações sobre o caso.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 11.</p>	<p>A partir do ofício do MP a secretaria de saúde informou que a cirurgia havia sido realizada.</p> <p>Este procedimento teve início em novembro de 2023 e foi encerrado em maio de 2024</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração</p>
103	Medida de proteção	<p>O CT encaminhou ao MP situação em que adolescente (14 anos) havia sofrido uma lesão no joelho e o pai se recusava a levá-lo ao médico.</p> <p>Posteriormente o MP solicitou novas informações ao CT e foi relatado que a situação se resolveu e o adolescente estava fazendo os devidos tratamentos.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP arquivou o procedimento mediante relatórios positivos do CT.</p> <p>Este procedimento teve início em agosto de 2023 e foi encerrado em outubro de 2023.</p> <p>Tempo médio de 7 meses de duração</p>
104	Medida de proteção	<p>Trata-se de notícia ao MP encaminhada pelo conselho de que duas crianças (4 e idade não especificada) estavam sofrendo maus tratos da mãe.</p> <p>Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98 e 101.</p>	<p>O MP ajuizou ação de medida de proteção.</p> <p>Este procedimento teve início em novembro de 2022 e foi encerrado em novembro de 2022</p> <p>Tempo médio de menos que 30 dias de duração</p>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Após análise dos documentos, foram identificados quinze (15) procedimentos diretamente relacionados à saúde. Esses casos abrangem diversas demandas, como pedidos de medicamentos específicos, solicitações de tratamentos ou

acompanhamentos médicos, ações decorrentes de ‘negligências’ nos cuidados de saúde, casos de saúde mental (como transtornos depressivos graves ou ideação suicida) e demandas urgentes por cirurgias ou avaliações especializadas.

Dos processos mencionados, cinco (5) procedimentos relacionados à saúde foram judicializados, conforme detalhado no quadro. Esses casos incluem ações voltadas para garantir medicamentos, tratamentos ou medidas de proteção específicas, evidenciando a importância da intervenção judicial em situações de vulnerabilidade ou ineficiência na oferta de serviços de saúde.

Fazendo destaque a exemplos específicos retomamos:

No caso quarenta e seis (46), uma criança de sete (7) anos teve seu atendimento de saúde repetidamente negado pelo SUS, apesar de ser uma ação emergencial. A Secretaria de Saúde não respondeu ao Ministério Público (MP) com a rapidez necessária, resultando em um intervalo de dois (2) meses entre a abertura do processo com envio de um ofício e a desistência da mãe em aguardar ação do poder público. Não houve resolução positiva da demanda, já que a mãe necessitou buscar o setor privado para atender à demanda, que deveria ter sido garantida pelo SUS, dada a prioridade absoluta do atendimento à criança.

E no caso sessenta e um (61) observa-se que a intervenção do CT não foi respondida por meses segundo os documentos analisados, contudo a solicitação do MP enquanto órgão de fiscalização trouxe a agilidade necessária a resolução e garantia do encaminhamento ao especialista da saúde.

No que tange a educação, foram identificados sete (7) procedimentos relacionados ao direito à creche. Esses procedimentos envolvem situações como solicitação de vaga, transferência de instituição e casos de fila de espera que não foram respeitados a exemplo, o caso cinquenta e oito (58) a mãe compareceu ao MP pois seu filho necessitava de vaga escolar condizente a sua idade e condições de deficiência, contudo esse direito só foi respeitado e garantido após ofício do MP solicitando informações da negativa da instituição.

Os procedimentos relacionados à guarda identificados nos documentos somam um total de dezesseis (16) casos. Esses procedimentos abrangem situações diversas, como ‘negligência’ ou violência que exigiram a transferência de guarda para familiares (como avós ou tios), a regularização de guarda em contextos de risco para crianças e adolescentes e ações para assegurar medidas protetivas vinculadas à guarda.

Dos casos mencionados, onze (11) foram judicializados, especialmente em situações de risco iminente, como violência física ou ‘negligência’ severa, nas quais foi necessário recorrer a medidas legais para proteger os envolvidos. Em outros cinco (5) casos, a judicialização foi evitada graças à mediação e acompanhamento pela rede de proteção, evidenciando a importância de intervenções preventivas.

Os perfis das demandas destacam vulnerabilidades como conflitos familiares intensos, uso de substâncias psicoativas por parte dos responsáveis e contextos de violência intrafamiliar que tornaram inviável a permanência das crianças com seus pais biológicos. Em alguns casos, a regularização da guarda foi solicitada por familiares que já exerciam os cuidados necessários, assegurando a proteção e o bem-estar dos menores.

Os tempos de resolução desses casos variaram de menos de um (1) mês em situações emergenciais, como acolhimentos institucionais, a até quatorze (14) meses em casos mais complexos, que exigiram investigação detalhada e articulação entre os serviços de proteção.

Essa análise reforça a importância de medidas preventivas e da atuação integrada entre o Ministério Público e a rede de proteção social, com o objetivo de evitar a escalada de problemas e promover o fortalecimento de vínculos familiares de forma segura.

No caso vinte e cinco (25), durante a suspensão das aulas na pandemia, a criança estava em casa. A mãe precisava trabalhar para sustentar a família e não contava com uma rede de apoio para cuidar do filho, pois seus pais eram do grupo de alto risco devido à idade e problemas de saúde (conforme relatório social). O caso reflete a precariedade das políticas públicas durante a pandemia, evidenciando como a ausência de uma rede de apoio expõe famílias vulneráveis a desafios extremos. Com a mãe sobrecarregada pela necessidade de sustentar a família e sem alternativas institucionais para o cuidado da criança, a situação demonstra o impacto da insuficiência de medidas emergenciais e do apoio social para garantir o bem-estar de crianças e responsáveis em contextos de crise. Esses apontamentos são trazidos por Antunes (2020a).

Foram encontrados vinte e oito (28) procedimentos relacionados a demandas iniciadas por notificações ou informações do Conselho Tutelar (CT). Esse número é expressivo considerando o total de cento e quatro (104) procedimentos analisados. Contudo, é importante destacar que, na comarca, notificações provenientes da rede

de proteção como um todo são frequentemente encaminhadas via CT. Essa prática tem como objetivo evitar o rompimento de vínculos com os serviços de saúde, educação e assistência social, além de preservar a relação dos profissionais dessas áreas com os usuários, evitando que sejam diretamente associados ao encaminhamento das demandas.⁹

Quarenta e um (41) procedimentos foram descartados por se tratar de casos referentes à esfera criminal, que não se enquadram no objeto desta pesquisa.

Outros apontamentos que levaram ao descarte incluem:

- Onze (11) procedimentos tratavam de acompanhamentos sem relação com os objetivos propostos;
- Três (3) procedimentos foram descartados por ser apenas um informativo de evento, ou o procedimento continha apenas o arquivamento sem documento de portaria;
- Treze (13) procedimentos apenas com portaria/arquivamento sem arquivamento correspondente;
- Um (1) processo continha a portaria inicial, mas foi encerrado devido ao não comparecimento dos requerentes para dar continuidade e à falta de informações de contato, o que inviabilizou o acompanhamento familiar pelos órgãos públicos
- Sete (7) procedimentos estavam em duplicidade;
- Seis (6) procedimentos, em que a família se mudou de endereço antes que o MP pudesse realizar diligências ou responder à demanda.

As demandas analisadas no quadro revelam a diversidade de situações atendidas, com destaque para questões relacionadas à proteção de crianças e adolescentes. Entre as principais demandas, os casos de guarda representaram vinte (20) procedimentos, evidenciando situações de ‘negligência’, violência ou regularização de guarda familiar. Os procedimentos relacionados a alimentos somaram quinze (15), refletindo a busca pela garantia de subsistência e apoio financeiro a crianças e adolescentes.

As demandas por saúde se destacaram com vinte e oito (28) procedimentos, abordando desde a solicitação de medicamentos e tratamentos especializados até situações de ‘negligência’ nos cuidados de saúde. Em seguida, aparecem os casos relacionados à educação, incluindo vagas em creches ou escolas, que totalizaram

⁹O CT, por ser um órgão colegiado e transversal a todos os segmentos da rede, é o mais indicado para realizar esses encaminhamentos. Tal orientação está em conformidade com o fluxo da rede de proteção estabelecido pelo Decreto nº 5.772, de 09 de setembro de 2022, aplicável ao município de Nova Esperança e demais municípios da comarca. O decreto normatiza as atribuições e responsabilidades de cada segmento da rede de proteção, reforçando o papel central do CT nesse processo.

treze (13) procedimentos. Esses dados ressaltam a importância de garantir o direito à educação e combater situações de evasão ou infrequência escolar.

Os casos de acolhimento institucional, somando dezessete (17) procedimentos, indicam a gravidade de situações de risco e vulnerabilidade que exigiram medidas mais severas de proteção. Além disso, onze (11) procedimentos foram classificados como medidas de proteção gerais, abrangendo intervenções relacionadas à garantia de direitos em diversas áreas.

Essa análise evidencia o papel central das instituições envolvidas em assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, tanto por meio de medidas extrajudiciais quanto de ações judiciais, de acordo com a natureza e a gravidade das demandas apresentadas.

Em síntese, destaca-se que a resolutividade dos procedimentos analisados apresenta aproximadamente 52% (55 casos) que precisaram ser judicializados e 48% (49 casos) que não necessitaram de judicialização. Em média, os casos judicializados tiveram um acompanhamento e tentativa de intervenção do Ministério Público durante seis (6) meses antes de se chegar à judicialização. Por outro lado, os casos que não foram judicializados mantiveram um acompanhamento médio de sete (7) meses, tempo necessário para se confirmar sua resolutividade por meio de medidas extrajudiciais.

Essa análise evidencia o papel central do Ministério Público na articulação com a rede de proteção e na busca pela resolução dos casos de forma eficiente, com ou sem judicialização.

A seguir, serão analisados os processos judicializados, destacando-se o perfil das demandas, as medidas adotadas e os impactos gerados pela intervenção judicial em casos da infância e juventude. Assim como no quadro 1, apresentar a relação com os direitos estabelecidos enquanto critério de análise da pesquisa. O foco recai sobre os processos encaminhados ao SAIJ, no período compreendido entre 2020 e junho de 2024, considerando sua relevância na articulação com a rede de proteção e no suporte técnico às decisões judiciais.¹⁰

¹⁰O recorte dos processos remetidos ao setor e o período analisado foram definidos com base na atuação da Assistente Social responsável pelo SAIJ e no acesso permitido a este pesquisador enquanto estagiário do TJPR. Não houve autorização institucional para buscar processos fora da competência do setor ou sem o consentimento das partes envolvidas. Priorizou-se a análise de processos com sentença final concluída, com o objetivo de verificar o tempo de tramitação como um indicativo de morosidade nos processos ajuizados.

Dentro do recorte estabelecido, e utilizando os filtros do sistema PROJUDI para identificar processos remetidos ao Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ) que possuam decisão final, constatou-se um total de dezessete (17) processos. Alguns apresentam mais de uma demanda que ao rigor do Código de Processo Civil deveriam correr em processos separadamente, contudo esse ainda não é um consenso de atuação dos magistrados, o que eventualmente faz com que processos classificados sob uma única temática abarquem múltiplas demandas. O exemplo mais recorrente são os processos de medida protetiva, que frequentemente abordam, além da proteção, questões relacionadas à guarda, alimentos, saúde, educação e outras necessidades apresentadas pela criança ou adolescente. Essa prática reflete a dinâmica das demandas do sistema de justiça, sendo uma justificativa plausível para a ausência de um volume maior de processos exclusivamente categorizados como guarda ou alimentos.

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
1	O processo envolve uma criança (3 anos) em situação de risco emocional devido a conflitos familiares intensos, incluindo acusações de 'negligência' contra a genitora feitas pelo genitor e pelos avós paternos. A demanda foi instaurada pelo MP para aplicação de medidas protetivas urgentes, com base nos relatórios da rede de proteção que indicaram alienação parental e prejuízo ao desenvolvimento emocional da criança. A Promotoria requereu a suspensão do direito de visitas do genitor e dos	O SAIJ constatou que a criança (3 anos) vive sob os cuidados da genitora, que realiza os cuidados básicos e frequenta os serviços da rede de proteção, como o CRAS e a UBS. Não foram encontrados indícios de 'negligência'. Por outro lado, o genitor e os avós paternos apresentaram dificuldades em respeitar os limites estabelecidos para as visitas, o que gerou retenções da criança e necessidade de intervenção judicial. Foi recomendado acompanhamento psicológico para a criança e para os	Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo com resolução de mérito, reconhecendo que a genitora exerce o poder familiar de forma adequada e que as circunstâncias de risco inicial foram superadas. A decisão foi fundamentada na constatação de que a criança e a genitora não necessitam de acompanhamento

	avós paternos e acompanhamento psicológico para a criança e os envolvidos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, inciso II; Art. 101, incisos II, IV e V e Art. 129, incisos III e IV.	familiares, além da inclusão da família paterna em programas de orientação familiar. Sugeriu-se também a supervisão das visitas para garantir o cumprimento dos horários e evitar novos conflitos.	psicológico ou psiquiátrico e que o genitor e os avós paternos demonstraram receptividade às orientações técnicas. Iniciado pelo MP em janeiro de 2022, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em julho de 2022. A sentença final foi proferida em abril de 2023. Tempo médio de duração: 1 ano e 3 meses.
--	---	--	--

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
2	O processo envolve uma criança (5 anos) e uma adolescente (13 anos) em situação de abandono, com relatos de que a genitora frequentemente viajava, deixando as filhas sozinhas em casa. O caso foi identificado pelo Conselho Tutelar (CT) após a criança ter sido encontrada sozinha em um estabelecimento comercial e posteriormente conduzida para acolhimento emergencial, junto com a irmã adolescente. O MP foi notificado para tomar as medidas judiciais	O SAIJ analisou a situação das crianças (5 anos e 13 anos) acolhidas emergencialmente após a ausência da genitora, que deixou as filhas sozinhas em casa. Durante o acompanhamento, foi constatado que a genitora, proprietária de um comércio local, reconheceu os riscos que as filhas enfrentaram e demonstrou arrependimento, relatando planos de mudança para proporcionar um ambiente mais estável.	Após as diligências processuais, o magistrado julgou procedente o pedido inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito. A decisão foi fundamentada na cessação da situação de risco e na constatação de que a genitora vem exercendo o poder familiar de forma adequada, demonstrando que o fato que motivou o acolhimento foi

	cabíveis, incluindo a regularização do acolhimento e medidas de proteção às duas irmãs. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos II, IV e V.	Ambas as crianças frequentam regularmente a escola, e a rede de proteção não identificou outras situações de risco além do ocorrido. O SAIJ concluiu que o fato que motivou o acolhimento foi grave, mas pontual, e recomendou o desacolhimento imediato das meninas com retorno ao convívio da genitora, mediante advertência e orientações sobre os cuidados necessários.	um episódio isolado. Iniciado pelo MP em janeiro de 2023, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em fevereiro de 2023. A sentença final foi proferida em agosto de 2023. Tempo médio de duração: 7 meses.
--	---	---	---

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
3	O processo envolve dois irmãos: uma criança (10 anos) e um adolescente (14 anos), submetidos a violência física e tratamento cruel pelo padrasto, conforme relato espontâneo do adolescente e comprovado por atendimento médico. Ambos relataram também a omissão da genitora, que tinha ciência das agressões e não tomou providências para protegê-los. O CT requisitou a escuta especializada e, diante da gravidade dos relatos, promoveu o acolhimento emergencial dos irmãos e solicitou à Justiça o afastamento do agressor	O SAIJ analisou a situação de dois irmãos, um adolescente (14 anos) e uma criança (11 anos), acolhidos devido a denúncias de violência física e psicológica praticadas pelo padrasto e 'negligência' da genitora. Durante a audiência de advertência, foi determinado o retorno de um adolescente à guarda da avó paterna, com compromisso de reiniciar acompanhamentos médicos e psicológicos. A criança permanecerá em acolhimento institucional até que a genitora complete o ciclo de orientações no	Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo com resolução de mérito, reconhecendo que os adolescentes (14 anos e 11 anos) não se encontram mais em situação de risco, com os genitores e familiares aderindo aos encaminhamentos sugeridos pela rede de proteção. Iniciado pelo MP em abril de 2023, o caso contou com

	do convívio familiar. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos II, IV e V.	CREAS e demonstre frequência nos atendimentos. O padrasto também foi orientado a passar por acompanhamento devido ao impacto de sua convivência nas dinâmicas familiares.	relatório elaborado pelo SAIJ em maio de 2023. A sentença final foi proferida em janeiro de 2024. Tempo médio de duração: 9 meses.
4	<p>O processo envolve duas crianças, uma de 8 anos e outra de 3 anos, em situação de risco devido à 'negligência' da genitora e ao envolvimento em ambientes de uso de substâncias ilícitas. Ambas foram acolhidas emergencialmente após denúncia do Conselho Tutelar (CT), que também relatou episódios de violência emocional e abandono. O MP solicitou a suspensão do poder familiar da genitora, bem como a aplicação de medidas de proteção, incluindo a guarda provisória das crianças à tia materna, considerada apta a assumir os cuidados.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos II, IV e V.</p>	<p>O SAIJ constatou que a criança (9 anos) está sob os cuidados da tia materna, com quem mantém vínculo afetivo sólido e está bem adaptada. A genitora, que enfrenta problemas de uso abusivo de substâncias e falta de residência fixa, encontra-se no estado do Mato Grosso, sem condições de reassumir os cuidados do filho. A criança expressou desejo de permanecer com a tia e relatou episódios de promessas não cumpridas pela genitora. O relatório apontou que a criança está matriculada e frequenta regularmente a escola, com todas as suas necessidades sendo atendidas pela tia e sua família. Foi recomendado o desacolhimento e a emissão urgente do termo de guarda em favor da tia, para evitar insegurança jurídica e garantir proteção integral.</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo sem resolução de mérito, considerando que a situação de risco inicialmente identificada foi superada. A decisão destacou que as crianças estão bem cuidadas, com a guarda provisória transformada em definitiva: uma para a avó paterna e outra para a tia materna, ambas identificadas como aptas a proporcionar segurança e bem-estar. Iniciado pelo MP em dezembro de 2021, o caso contou com relatório do SAIJ em novembro de 2023. A sentença final foi proferida em março de 2024. Tempo médio de duração: 2 anos e</p>

			3 meses.
--	--	--	-----------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
5	<p>O processo envolve duas crianças, uma de 6 anos e outra de 4 anos, em situação de risco devido à ‘negligência’ familiar, violência física relatada contra uma delas e condições de desnutrição evidenciadas em laudos médicos. O Conselho Tutelar e a Secretaria de Assistência Social identificaram a situação após diversas denúncias e intervenções sem sucesso junto à genitora. O MP solicitou a aplicação de medidas protetivas, incluindo o acolhimento institucional de ambas as crianças e a avaliação de possibilidades de reinserção em família extensa ou substituta. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, inciso VII.</p>	<p>O SAIJ constatou que as crianças, de 6 e 4 anos, estão sob os cuidados da genitora, que demonstrou progresso significativo em seu acompanhamento pela rede de proteção. A genitora mudou de trabalho para se dedicar mais aos filhos, reestabelecendo vínculos afetivos e cumprindo as orientações das equipes do CREAS e UBS. Não foram identificados sinais de maus-tratos ou ‘negligência’ durante o estágio de convivência, e as crianças expressaram bem-estar e desejo de permanecer com a mãe. O relatório concluiu que o período de acolhimento institucional foi essencial para reestruturar a convivência familiar. Recomendou-se o fim do estágio de convivência, com manutenção da medida de proteção até que todos os serviços da rede apresentem resultados positivos para o fortalecimento familiar. A avaliação ressaltou a necessidade de</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado julgou procedente a ação, concedendo a guarda definitiva das crianças (6 anos e 4 anos) à genitora. A decisão foi fundamentada na superação das condições de risco que motivaram o acolhimento inicial, com base nos relatórios técnicos que apontaram a reestruturação familiar e o restabelecimento dos vínculos afetivos. Iniciado pelo MP em novembro de 2021, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em setembro de 2022. A sentença final foi proferida em novembro de 2022. Tempo médio de duração: 1 ano.</p>

		monitoramento contínuo pela rede de proteção.	
--	--	---	--

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
6	<p>O processo envolve uma criança (1 ano) e uma adolescente (17 anos), mãe e filha, ambas em situação de grave risco social. A adolescente apresenta comportamento errático e ‘negligência’ em relação aos cuidados da filha, como relatado pelo CT e corroborado por atendimentos médicos que indicaram desnutrição e anemia na criança. A família foi acompanhada pela rede de proteção, que não obteve sucesso nas intervenções para melhorar as condições de vida. O MP solicitou o acolhimento institucional de ambas e a aplicação de medidas de proteção, destacando a necessidade de reavaliação contínua para buscar soluções adequadas.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, inciso VII.</p>	<p>O SAIJ informou que não houve elaboração de relatório para este caso, pois os acompanhamentos técnicos por parte da equipe seriam iniciados a partir do acolhimento institucional, o que não ocorreu em relação à adolescente. A equipe técnica destacou que, caso a medida protetiva seja mantida ou modificada</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo sem resolução de mérito, considerando que a adolescente completou a maioria civil, cessando a necessidade de aplicação das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A decisão foi fundamentada na ausência de condições da ação, visto que o interesse processual deixou de subsistir. Iniciado pelo MP em agosto de 2021, o caso não teve relatório do SAIJ devido à falta de acolhimento. A sentença final foi proferida em novembro de 2021.</p> <p>Tempo médio de</p>

			duração: 3 meses.
--	--	--	--------------------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
7	<p>O processo envolve uma adolescente (17 anos) em situação de risco devido a um ambiente familiar conflituoso, 'negligência' materna e episódios de automutilação e tentativa de suicídio. A situação foi identificada pela rede de proteção após reiterados episódios de agressões verbais e descumprimento das orientações pelos responsáveis legais. O MP solicitou a aplicação de medidas de proteção, incluindo o afastamento da adolescente da mãe e sua colocação sob a guarda da irmã mais velha, considerada apta a oferecer um ambiente seguro e estável.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos IV, V e IX.</p>	<p>O SAIJ realizou um laudo multiprofissional, destacando que a adolescente (17 anos) enfrenta um período crítico em seu desenvolvimento, com histórico de automutilação e tentativas de suicídio, agravado por conflitos familiares recorrentes. A genitora, embora demonstrando vínculo afetivo e disposição para cuidar da filha, apresenta dificuldades psicológicas e necessidade urgente de acompanhamento psiquiátrico. A adolescente também necessita de suporte psicológico e psiquiátrico contínuo para lidar com os desafios emocionais. O relatório recomenda a permanência da adolescente com a genitora, desde que ambos recebam o devido acompanhamento pela rede de proteção e saúde mental, além do monitoramento contínuo pela assistência social para fortalecimento dos</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo sem resolução de mérito, considerando que as condições que motivaram a ação foram superadas e que não há necessidade de intervenção judicial no caso. A decisão determinou que o caso fosse manejado pela rede de proteção local até a maioria da adolescente. Iniciado pelo MP em novembro de 2020, o caso contou com relatório do SAIJ em outubro de 2021. A sentença final foi proferida em julho de 2022. Tempo médio de duração: 1 ano e 8 meses.</p>

		vínculos familiares e sociais.	
--	--	--------------------------------	--

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
8	<p>O processo envolve uma criança (8 anos) em situação de grave risco social e emocional devido a um ambiente familiar comprometido por ‘negligência’, uso e tráfico de drogas. A denúncia foi feita pelo Conselho Tutelar após relatos da própria criança, que descreveu episódios de violência e a convivência com indivíduos ligados ao tráfico na residência dos pais. O MP requereu a aplicação de medidas protetivas urgentes, incluindo o acolhimento institucional e a análise da possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família extensa.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, inciso VII.</p>	<p>Não houve relatório do SAIJ no processo apenas o acompanhamento do caso e das audiências.</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado deferiu o pedido de guarda da criança em favor de sua avó materna, reconhecendo que esta possui condições psicológicas, sociais e habitacionais adequadas para cuidar da criança. A decisão também determinou a inclusão da avó e da criança em programas da rede de proteção de Bandeirantes/MS, onde residem. O processo foi iniciado em março de 2022 e contou com relatório social elaborado pela equipe multidisciplinar da Comarca de Bandeirantes. A sentença final foi proferida em abril de 2023. Tempo médio de</p>

			duração: 1 ano e 1 mês.
--	--	--	--------------------------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
9	O processo envolve uma criança (4 anos) em situação de grave risco devido a ‘negligência’, uso abusivo de substâncias psicoativas e alcoolismo por parte da genitora. O Conselho Tutelar identificou diversas situações de risco, incluindo abandono e falta de condições de moradia, e relatou que os esforços da rede de proteção não resultaram em mudanças no comportamento da genitora. Diante disso, o MP solicitou a aplicação de medidas protetivas, incluindo acolhimento institucional e avaliação para reinserção familiar ou colocação em família extensa, considerando a impossibilidade da genitora prover os cuidados necessários. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos II, IV, V e VII; Art. 129, incisos I, III e IV.	O SAIJ analisou a situação de duas crianças, uma de 9 anos e outra de 4 anos, expostas a ‘negligência’ materna e condições de risco devido ao uso abusivo de álcool e drogas pela genitora. A criança mais velha está sob os cuidados de uma tia materna, com quem mantém um vínculo afetivo sólido e deseja permanecer. A criança mais nova encontra-se em acolhimento institucional, aguardando o início do processo de convivência com a avó paterna, que foi avaliada positivamente para assumir sua guarda. O relatório recomendou a inclusão da tia materna em programas sociais para fortalecer sua situação socioeconômica e autorizou visitas da avó paterna à criança acolhida, como parte do processo de reintegração familiar. Foi destacado que a rede de proteção deve acompanhar o caso continuamente para	Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo com resolução de mérito, concedendo a guarda definitiva da criança de 4 anos à avó paterna e confirmando a permanência da criança de 9 anos com a tia materna. A decisão foi fundamentada no laudo social que indicou as condições adequadas das responsáveis para o cuidado das crianças e na ausência de capacidade da genitora para reassumir os cuidados, devido à sua situação de vulnerabilidade. O processo foi iniciado pelo MP em novembro de 2021 e contou com relatório elaborado pelo

		prevenir possíveis interferências negativas da genitora.	SAIJ em março de 2023. A sentença final foi proferida em agosto de 2023. Tempo médio de duração: 1 ano e 9 meses.
--	--	--	---

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
10	<p>O processo envolve um adolescente (16 anos) acolhido emergencialmente após relatos de conflitos frequentes com sua família paterna, incluindo episódios de agressão física cometidos pelo adolescente contra a tia responsável por sua guarda. Desde o incidente, o adolescente passou a permanecer fora de casa durante o dia e dependia de doações para se alimentar. O CT, ao identificar a situação de vulnerabilidade e o rompimento do vínculo familiar, conduziu o adolescente ao abrigo institucional para garantir sua proteção e bem-estar.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos V, VII e IX.</p>	<p>O SAIJ informou que, durante o acolhimento institucional, foram implementadas estratégias de reaproximação do adolescente (16 anos) com a genitora, com quem ele nunca manteve contato próximo. Inicialmente, os contatos estão sendo realizados de forma remota, por meio de fotos, vídeos e cartas enviadas pela genitora e respondidas pelo adolescente. A depender da reação e da adaptação, será avaliada a possibilidade de encontros presenciais e aproximação gradativa. A equipe técnica do acolhimento e do CAPS acompanha o adolescente, garantindo suporte emocional e estratégias de reintegração familiar são desenvolvidas.</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado determinou o desacolhimento do adolescente (16 anos) e concedeu sua guarda à genitora, reconhecendo os avanços nos vínculos afetivos construídos remotamente e por encontros presenciais. A decisão considerou relatórios técnicos que indicaram a capacidade da genitora em prover cuidados adequados e a ausência de interesse da família paterna em reassumir a convivência. O processo foi iniciado pelo MP em outubro de 2023 e contou</p>

			com relatório do SAIJ em dezembro de 2023. A sentença final foi proferida em março de 2024. Tempo médio de duração: 5 meses.
11	<p>O processo envolve uma criança (4 anos) em situação de risco devido à 'negligência' paterna e instabilidade familiar. Após o genitor se mudar para outra cidade sem condições de manter a guarda, a criança foi deixada sob os cuidados da bisavó, que não tinha condições de cuidar dela e acionou o CT. A mãe manifestou interesse em reassumir a guarda e foi avaliada como apta para os cuidados pela rede de proteção. O MP solicitou a suspensão do poder familiar do genitor e a concessão da guarda provisória à mãe, com aplicação de medidas de proteção para garantir o bem-estar da criança. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III; Art. 101, incisos II, IV e V; Art. 129, incisos I, III e IV.</p>	<p>O SAIJ avaliou a situação de uma criança (8 anos) sob a guarda de fato da genitora, que reassumiu os cuidados após o afastamento definitivo do genitor. O relatório constatou que a criança vive em ambiente estável, com bom desempenho escolar e vínculo afetivo mantido com a família materna. A genitora demonstrou esforço para reorganizar a rotina familiar, residindo em uma casa alugada com seus filhos e recebendo auxílio de familiares para conciliar o trabalho e os cuidados com as crianças. Não foram identificadas situações de risco ou conflitos que comprometessem o bem-estar da criança. O relatório recomendou a continuidade dos vínculos com a avó paterna e a inclusão da criança em atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para apoiar seu desenvolvimento social.</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado extinguiu o processo com resolução de mérito, reconhecendo que a genitora vem exercendo adequadamente o poder familiar, com as condições de risco inicial superadas. A decisão foi fundamentada nos relatórios técnicos que indicaram estabilidade e cuidados adequados à criança. Iniciado pelo MP em outubro de 2020, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em março de 2023. A sentença final foi proferida em junho de 2024. Tempo médio de duração: 3 anos e 8 meses.</p>

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
12	<p>O processo envolve uma criança (6 meses) e sua genitora adolescente (15 anos), ambas em situação de vulnerabilidade devido à ausência de apoio familiar e às dificuldades da mãe em prover cuidados básicos para a filha. A situação foi identificada após a internação da criança com quadro de desnutrição, anemia, e doenças respiratórias graves, destacando a incapacidade da adolescente em realizar os cuidados necessários, agravada pela ausência de suporte familiar adequado. O CT recomendou o acolhimento institucional emergencial para proteger a criança e a adolescente, com acompanhamento e avaliação da possibilidade de reintegração familiar ou inclusão em programas de fortalecimento de vínculos.</p>	<p>O Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ) relatou que a genitora adolescente enfrenta dificuldades em cuidar da filha devido à imaturidade e à falta de apoio familiar. A criança foi acolhida institucionalmente em estado grave de saúde, com quadro de desnutrição, anemia e doenças respiratórias, atribuído à 'negligência' nos cuidados básicos. A genitora mostrou resistência inicial às orientações da equipe técnica, mas passou a seguir as recomendações de forma supervisionada. O relatório destacou que, embora a avó paterna tenha solicitado visitas, o genitor da criança, em cumprimento de pena com tornozeleira, não apresenta condições para reassumir responsabilidades.</p> <p>Em nova análise, o SAIJ apontou que a genitora demonstrou avanços no acompanhamento técnico, mas segue dependente de monitoramento constante para cuidar da filha. A avó paterna manteve contato regular, e o genitor iniciou</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado julgou procedente a ação e extinguiu o processo com resolução de mérito, reconhecendo que as medidas protetivas foram efetivadas e a situação de risco inicial superada. A decisão foi fundamentada no progresso significativo da mãe adolescente, que passou a cuidar adequadamente da filha, com suporte contínuo da rede de proteção. Ambas frequentam regularmente os serviços de saúde e educação, demonstrando estabilidade e desenvolvimento satisfatório. O processo foi iniciado pelo MP em março de 2022, com relatórios do SAIJ apresentados em agosto de 2022 e abril de 2024. A sentença final foi</p>

		atendimentos no CAPS e no CREAS, mas ainda não reúne condições para visitas. O relatório concluiu que é necessária a continuidade do acolhimento enquanto a rede de proteção trabalha no fortalecimento dos vínculos familiares e na estabilização das condições de cuidado pela genitora. Recomenda-se visitas supervisionadas e acompanhamento intensivo da família.	proferida em junho de 2024. Tempo médio de duração: 2 anos e 3 meses.
--	--	--	--

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
13	Uma criança (3 anos) foi colocada em situação de risco por 'negligência' da mãe, que demonstrou incapacidade de prover cuidados básicos. A situação incluiu episódios de exposição à rua sem supervisão, higiene precária e convivência em ambiente com uso de substâncias psicoativas. Por recomendação do CT, a criança foi acolhida pela avó paterna, com a aplicação de medidas de proteção, incluindo a suspensão do poder familiar da genitora e avaliação social do novo ambiente.	O SAIJ analisou a situação familiar da criança sob guarda da avó paterna, identificando que a genitora reconhece os erros passados, incluindo uso de substâncias psicoativas, mas não há comprovação de sua superação devido à ausência de acompanhamento pela rede de proteção local, já que a genitora é de fora da comarca. A avó assegura os cuidados necessários, com a criança matriculada no CMEI e rotina estruturada. Recomenda-se que a	Após as diligências processuais, o magistrado deferiu o termo de guarda definitivo em favor da avó paterna, encerrando o processo. Iniciado pelo MP em maio de 2021, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em agosto de 2021. O termo de guarda definitivo foi emitido em fevereiro de 2023. Tempo médio de duração 1 ano e 9

	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, inciso II e Art. 101, incisos II e IV.	genitora seja inserida na rede de proteção da cidade onde reside para avaliação e acompanhamento psicossocial, e que visitas supervisionadas sejam organizadas para reestabelecer o vínculo familiar. A guarda permanece com a avó até novos estudos comprovarem mudanças na condição da genitora.	meses
--	---	--	--------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
14	Uma criança (9 anos) foi retirada da guarda da genitora devido a situações de risco, incluindo relatos de agressões físicas. O genitor assumiu a responsabilidade pela criança após notificação do CT e intervenções insuficientes da rede de proteção da comarca em que residia a genitora e a criança. O MP ajuizou a medida de proteção solicitando a suspensão do poder familiar da genitora e a colocação da criança sob guarda do genitor, como forma de garantir sua segurança e bem-estar.	O SAIJ realizou um relatório social sobre a situação da criança, confirmando que a criança se encontra fora de risco sob a guarda do genitor. Durante as entrevistas, foi constatado que a criança está recebendo todos os cuidados necessários, frequentando escola em tempo integral e apresentando boa convivência familiar com o genitor, a madrasta e o irmão. A família foi orientada a buscar apoio da rede de proteção para superar os traumas vivenciados e a realizar uma avaliação	Após as diligências processuais, o juiz extinguiu o processo sem resolução de mérito ¹¹ , considerando que a situação de risco inicial foi superada. Iniciado pelo MP em maio de 2022, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em agosto de 2022. O processo foi encerrado em janeiro de 2023. Tempo médio de

¹¹Quando um processo é extinto sem resolução de mérito, significa que o juiz não analisou ou decidiu sobre o conteúdo principal do caso, ou seja, não houve um julgamento sobre o direito ou obrigação em disputa. A extinção ocorre por questões processuais ou porque o objeto do processo deixou de existir, como no caso em que a situação de risco inicial foi resolvida antes do julgamento. Para mais informações sobre a extinção de processos sem resolução de mérito, consulte o artigo "O que são incidentes?" no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III, e Art. 101, inciso IX.	psicológica básica para a criança. Não foram identificados conflitos familiares atuais, mas a madrastra expressou receio sobre uma possível aproximação da genitora. A recomendação foi direcionada ao genitor e à madrastra para manterem os cuidados atuais e buscarem suporte psicológico para a criança, caso necessário. A avaliação reforça a necessidade de acompanhamento contínuo pela rede de proteção.	duração, 8 meses.
--	---	---	--------------------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolatividade (início e arquivamento)
15	A situação envolveu uma criança que nasceu sob condições de 'negligência' e vulnerabilidade devido ao uso de substâncias psicoativas pela genitora e à ausência de condições básicas para os cuidados necessários. O Conselho Tutelar concluiu que as medidas da rede de proteção foram insuficientes e indicou a colocação da criança sob a guarda da irmã mais velha, que demonstrou condições adequadas para o cuidado. O Ministério Público ajuizou a medida de proteção requerendo	O SAIJ e a equipe multiprofissional da Proteção Social Especial realizaram avaliação sobre a situação da criança, confirmando que ela está bem cuidada e protegida pelo núcleo familiar. A guarda formal está com a irmã mais velha, mas a principal cuidadora é a avó paterna, que desempenha papel ativo desde os primeiros meses de vida. A família foi orientada a manter o acompanhamento com a rede de saúde para garantir o desenvolvimento saudável da criança. A	Após as diligências processuais, o juiz deferiu o termo de guarda definitiva em favor da avó, encerrando o processo. Iniciado pelo MP em maio de 2022, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em setembro de 2022. O termo de guarda definitiva foi emitido em setembro de 2023. Tempo médio de duração: 1 ano e 4

	<p>a suspensão do poder familiar da genitora e a regularização da guarda pela irmã.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 98, incisos II e III, e Art. 101, inciso IX.</p>	<p>avaliação recomenda a formalização definitiva da guarda, considerando o vínculo afetivo e a estabilidade proporcionada pela avó e pela irmã. Direcionadas à avó e à irmã, para manutenção do cuidado, acompanhamento contínuo na rede de saúde e registro formal da guarda.</p>	meses.
--	--	--	---------------

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolutividade (início e arquivamento)
16	<p>A demanda envolve uma criança (10 anos) e um adolescente (16 anos) que foram retirados do convívio com a genitora após denúncia de agressão e situação de risco. O genitor assumiu a guarda provisória após intervenção do CT, que identificou o uso de substâncias psicoativas pela genitora e um ambiente insalubre para as crianças. O MP ajuizou ação em maio de 2022 solicitando a guarda definitiva para o genitor, considerando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.</p> <p>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 19, Art. 98, incisos II e III, e Art. 101, inciso IX.</p>	<p>O Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ) elaborou relatório social para subsidiar o processo de guarda das crianças (10 anos e 16 anos). Após entrevistas e visitas domiciliares, constatou-se que o pai assegura os cuidados da criança, que está frequentando regularmente a escola e apresentou melhora no desempenho escolar. O adolescente, porém, mostrou desmotivação, alto índice de faltas escolares e conflitos no convívio com o genitor, preferindo residir com o irmão mais velho.</p> <p>O SAIJ recomenda a continuidade do acompanhamento pela rede de proteção para ambos os filhos. Além</p>	<p>Após as diligências processuais, o magistrado deferiu a guarda unilateral de uma criança (11 anos) e de um adolescente (17 anos) ao genitor, encerrando o processo. Iniciado pelo MP em março de 2023, o caso contou com relatório elaborado pelo SAIJ em agosto de 2023. A sentença final foi proferida em abril de 2024. Tempo médio de duração: 1 ano e 1 mês.</p>

		disso, sugere-se a reaproximação gradual com a genitora após a revogação da medida protetiva, com visitas supervisionadas em ambiente familiar, como a casa da avó materna, para reforçar os vínculos afetivos.	
--	--	---	--

Quadro 2– Análise dos processos judicializados do PROJUDI

(continuação)

Nº	Descrição e direito	Análise do SAIJ	Tempo de resolatividade (início e arquivamento)
17	A demanda envolveu pedido de guarda provisória cumulada com adoção plena de uma criança (7 anos) e de outra criança (6 anos), ambas acolhidas em uma Casa Lar devido a condições de 'negligência' e risco na família biológica. O processo foi ajuizado em outubro de 2021 por uma requerente representada por advogada particular, solicitando o estágio de convivência e a adoção, embasado no melhor interesse das crianças e no vínculo afetivo estabelecido. O pedido incluiu a destituição do poder familiar dos genitores biológicos, justificada pela ausência de condições mínimas de cuidado e proteção. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 39, Art. 43, e Art. 46, §4º. 4º	O SAIJ realizou o acompanhamento do estágio de convivência de duas crianças (7 anos e 6 anos) com a pretendente à adoção. O laudo social destacou que ambas estão plenamente adaptadas ao novo lar, recebendo cuidados adequados e frequentando a escola regularmente. Já chamam a adotante de "mãe" e manifestam ansiedade pela conclusão da adoção, demonstrando forte vínculo afetivo. Não foram identificados impedimentos para a continuidade do estágio de convivência ou para a finalização do processo de adoção. A equipe recomendou que novos relatórios sejam elaborados apenas para concluir o processo, dada a estabilidade e o sucesso do estágio.	Após as diligências processuais, o juiz homologou o pedido de desistência da ação por parte da requerente, extinguindo o processo sem resolução de mérito . O caso, iniciado em outubro de 2021, teve seu desfecho em setembro de 2024. A desistência foi fundamentada na manifestação expressa da parte autora de que não desejava prosseguir com o processo. Tempo médio de duração: 2 anos e 11 meses.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Diante da análise de treze (13) processos de medida de proteção, constatou-se a recorrência de demandas que vão além da proteção imediata, frequentemente abrangendo questões como guarda, saúde, educação e vínculos familiares. Entre os casos analisados, um (1) processo foi descartado por tratar-se de medida protetiva decorrente de um crime grave, evidenciando a necessidade de respeitar a confidencialidade e a gravidade de tais situações. E destacando que processos criminais não são do interesse desta pesquisa.

Dos doze (12) processos incluídos na análise, nove (9) destacaram questões de gênero, com a predominância de mulheres (mães ou responsáveis) como as principais cuidadoras e figuras centrais nas dinâmicas familiares. Esses casos evidenciam a sobrecarga de responsabilidades enfrentada por mulheres em situação de pobreza, agravada por dificuldades no acesso a serviços básicos, como saúde, educação e apoio psicossocial. Em oito (8) processos, a condição de vulnerabilidade econômica foi explicitamente mencionada, com famílias vivendo em condições precárias, dependendo de benefícios sociais ou do apoio da rede de proteção para atender às necessidades das crianças e adolescentes.

A promoção social e os encaminhamentos aos serviços da rede foram estratégias frequentes para a tentativa de romper ciclos de vulnerabilidade. Em onze (11) processos, houve recomendações para acompanhamento psicológico, enquanto sete (7) destacaram a inclusão em programas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em cinco (5) casos, a orientação foi voltada para a reinserção ou continuidade escolar, apontando a importância da educação como ferramenta de proteção e desenvolvimento.

O tempo de duração dos processos, que variou entre cinco (5) meses e três (3) anos e oito (8) meses, reforça a necessidade de maior celeridade no sistema de justiça, especialmente considerando que o desacolhimento ou a superação das situações de risco, em alguns casos, ocorreram antes do encerramento judicial. Por fim, os relatórios do SAIJ desempenharam papel fundamental ao subsidiar decisões judiciais e propor ações concretas para os envolvidos, fortalecendo a articulação entre a rede de proteção e o sistema de justiça. Essa análise destaca não apenas a importância do acompanhamento técnico, mas também a urgência de políticas públicas que integrem proteção, gênero e combate à pobreza para garantir o melhor interesse de crianças e adolescentes.

A análise dos processos judiciais e administrativos evidenciou a complexidade e a morosidade que acompanham a judicialização de demandas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes. Embora o ajuizamento de ações seja indispensável em situações de violência ou risco grave, como determinado pelo ECA, o sistema de justiça apresenta uma burocracia que, somada à sobrecarga estrutural, prolonga o tempo necessário para alcançar respostas definitivas. Em contrapartida, os procedimentos administrativos conduzidos pelo MP, embora também burocráticos em termos técnicos, priorizam soluções mais ágeis e efetivas, articulando-se com a rede de proteção para promover acompanhamentos e encaminhamentos voltados à resolução dos problemas.

Observa-se a ausência de processos que estejam relacionados ao direito a habitação, tanto no Ministério Público quanto no Projudi, sendo justificado pelo MP que nos últimos anos a rede de proteção do município tem se organizado para resolver essas questões sem a necessidade de intervenção da justiça.

Também não se menciona procedimentos ou processos no que tange a qualificação profissional, isso porque dentro dos critérios estabelecidos na pesquisa essas demandas são relativamente novas e ainda permanecem ativas. De modo que seria necessário repetir a pesquisa dentro de alguns anos para identificar abertura e desfecho destas demandas.

Fica evidente que, independentemente do tipo de intervenção, as soluções propostas tanto pelo MP quanto pelo TJPR perpassam a promoção social dos indivíduos envolvidos, reforçando a necessidade de articular serviços de assistência, saúde, educação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para alcançar resultados sustentáveis. A análise detalhada desses casos permitiu uma visão micro, delimitada pela comarca e pelo período de estudo, mas que revela a importância de integrar ações administrativas e judiciais para efetivar a proteção integral, o que será retomado na conclusão do presente trabalho como eixo central de reflexão e proposta.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a judicialização da questão social e os impactos nas políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em Nova Esperança e região revelou-se um campo vasto e complexo, onde diferentes fatores, tanto externos quanto internos ao Sistema de Justiça, influenciam na garantia efetiva dos direitos desse público. Durante o processo de investigação, algumas intercorrências e desafios se apresentaram, como a limitação dos dados disponíveis, o que exigiu ajustes no recorte da pesquisa e a necessidade de adaptação às peculiaridades da Comarca estudada. Tais ajustes não comprometem, porém, os objetivos traçados, mas revelam as tensões e.

Ao longo da pesquisa, buscou-se compreender como a judicialização das demandas infantojuvenis reflete ausência, escassez e/ou precariedade das políticas públicas e a incapacidade do Estado capitalista em garantir direitos fundamentais de maneira ampla, cotidiana e efetiva. Os objetivos gerais e específicos, como investigar o acesso à justiça e a judicialização das expressões da questão social, foram alcançados, embora o processo tenha evidenciado as limitações e morosidade do Sistema de Justiça, que muitas vezes não responde com a celeridade necessária para atender às demandas prioritárias e emergentes de crianças e adolescentes.

A análise dos dados empíricos, a partir dos processos judiciais e administrativos relacionados à infância e adolescência, demonstrou que a judicialização, muitas vezes, não é a solução ideal. Ela surge como resposta à omissão e negligência do Poder Público na implantação e implementação de políticas públicas e da falta de articulação entre os diversos poderes do Estado e, por sua vez, destes poderes com os demais equipamentos da rede. Embora os processos judiciais tenham papel fundamental na proteção dos direitos fundamentais, especialmente em contextos de grave risco, eles não são suficientes para garantir uma resposta célere e resolutiva. A pesquisa ainda destacou a importância das redes de proteção social e da integração entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e outras instituições como um caminho mais efetivo para a resolução de questões que envolvem crianças e adolescentes, revelando a necessidade da concretude do Sistema de Garantia de Direitos, não ficando somente no âmbito formal-legal.

No decorrer das análises realizadas, observa-se que, tanto nos processos administrativos quanto nos processos judiciais analisados, o perfil predominante das famílias atendidas é composto por pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Essas famílias apresentam demandas vitais por alimentos, serviços básicos de saúde, acesso à educação e garantia de renda mínima para sua sobrevivência.

Além disso, destacou-se a centralidade da mulher como figura principal no núcleo familiar, seja como mãe ou responsável legal, em contraste com a ausência quase constante da figura masculina, evidenciando a sobrecarga das mulheres na gestão e cuidado das famílias. Esses achados reafirmam as desigualdades de gênero e estruturais que permeiam o contexto social analisado, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais efetivas para enfrentar essas realidades.

Os processos administrativos analisados não revelam nos documentos fornecidos identificação de racial, etária ou territorial, e a ausência dessas informações impossibilita traçar um perfil mais específico dos responsáveis envolvidas nos procedimentos

As análises dos casos fornecidos pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário revelaram que, majoritariamente, as soluções propostas envolvem a retomada ou a implementação inicial da proteção social básica para indivíduos e suas respectivas famílias. As resoluções indicam a necessidade de restabelecer ou, em muitos casos, proporcionar pela primeira vez o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social. Esse cenário não se restringe às crianças e adolescentes diretamente envolvidos, mas também se estende às suas famílias, evidenciando a interdependência entre o bem-estar das crianças e a estabilidade social e econômica de seus contextos familiares.

A partir desses dados, destacamos a importância da rede de proteção e garantia de direitos, que atua como uma barreira fundamental para evitar que situações de vulnerabilidade extrema cheguem ao ponto de exigir a necessidade de ação do Poder executivo a intervenção do Poder Judiciário. Quando os direitos básicos são assegurados de forma efetiva por meio de políticas públicas, há a possibilidade de identificar e intervir preventivamente em situações de risco, evitando que tais demandas sejam judicializadas para alcançar garantias essenciais de sobrevivência e cidadania. A rede de proteção, quando bem articulada, é capaz de

promover direitos humanos e prevenir a reprodução de ciclos de miséria, pobreza, desigualdades, exclusão e violências.

Nesse contexto, é essencial destacar o papel das equipes no processo de avaliação e promoção dos direitos. Esses profissionais oferecem diagnósticos precisos das situações analisadas, permitindo a formulação de respostas adequadas às demandas apresentadas. Contudo, essa atuação é frequentemente limitada por entraves estruturais, como as restrições impostas pelas emendas constitucionais que estabelecem tetos de gastos para políticas públicas e limitações que comprometem a ampliação, a qualificação e o fortalecimento das equipes profissionais, da garantia de condições dignas de trabalho e da materialidade das redes de proteção, dificultando a efetivação dos direitos garantidos constitucional e infraconstitucionalmente.

Portanto, é imprescindível que se reconheça e se valorize a importância de investimentos contínuos e consistentes nas políticas sociais. Garantir recursos, estrutura e suporte às equipes multiprofissionais e às redes de proteção configura-se não apenas em uma obrigação constitucional, mas também uma estratégia indispensável para a promoção da justiça social e a garantia de direitos humanos. A superação das restrições orçamentárias deve ser vista como prioridade para que o Estado cumpra seu papel de assegurar condições dignas de vida para todas as pessoas, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

A partir dessa análise, pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram, de fato, cumpridos, e a reflexão crítica sobre o papel da judicialização no contexto brasileiro aponta para a emergente necessidade de reformas profundas nas políticas públicas e no próprio Sistema de Justiça, priorizando a democratização do acesso e qualificação das ações, a partir da perspectiva sistêmica. A judicialização, embora necessária em muitos casos, precisa ser vista como um mecanismo de último recurso, e não como a primeira opção diante de demandas de direitos humanos, especialmente no campo da infância e adolescência. A pesquisa evidenciou que a solução para essas demandas passa por um fortalecimento das políticas públicas de proteção social, educação e saúde, e pela criação de uma rede de apoio que consiga responder de forma mais ágil e efetiva às necessidades da população infantojuvenil.

Dessa forma, o trabalho contribui para uma compreensão mais profunda do fenômeno da judicialização e seus impactos sobre os direitos das crianças e adolescentes, apontando a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as instâncias do Estado e seus equipamentos institucionais para que se possa avançar

na efetivação dos direitos humanos e garantir o acesso à justiça de forma mais igualitária para todas as pessoas, no sentido de alcançar patamares mais elevados de cidadania.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff de. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **Revista Katálisis**, v. 9, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/MfqL9fWh8p7zYzBwGQFrNwk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ALAPANIAN, Silvia. A crítica marxista do Direito: um olhar sobre as posições de Evgeni Pachukanis. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 15–26, 2005. DOI: 10.5433/1679-0383.2005v26n1p15. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3794>. Acesso em: 25 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0: o trabalho intermitente e uberização na indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020b.

BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 48-65, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/6xw7kYCSV6P66whzkQTdV7K/?format=pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BORGIANI, Elizabete. Para entender o serviço social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, 2º semestre de 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/m7fYNtwTngwKyg3N7DWB8yS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL. **Código de Processo Civil Brasileiro**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 28 nov. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 132/2023. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre as restrições para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia da Resolução dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 abr. 2006, pág. 8.

Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/7737> Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994**. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e estabelece normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras disposições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 1994. 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp80.htm

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031> Acesso em: 18 ago. 2024.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O que são incidentes?**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/demandas-repetitivas/o-que-sao-incidentes/>. Acesso em: 20 nov. 2024a.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama e estrutura do poder judiciário brasileiro**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/panorama-e-estrutura-do-poder-judiciario-brasileiro/>. Acesso em: 8 set. 2024b.

DPPR. Defensoria Pública do Estado do Paraná. **O que é a Defensoria Pública**. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-01/89_-_mapa_-_comarcas_e_municipios.pdf Acesso em: 8 set. 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Resistências ao desmonte do ECA**. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). *ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2020.

G1 - Leite, Isabela; Arcoverde, Léo. **Levantamento da PF aponta desvios de mais de R\$ 48 bilhões em 4 anos no país com corrupção**. Globo News, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/30/levantamento-da-pf-aponta-desvios-de-r-48-bilhoes-em-4-anos-no-pais-com-corrupcao.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: O guardião das promessas**. Tradução Maria Luiza de Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

GLOBO. **Brasil em Constituição**: Os avanços na educação e proteção das crianças. Jornal Nacional, 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10943966/>. Exibido na Globo de agosto a setembro de 2022 Acesso em: 22 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARIA FARINHA FILMES. **O Menino que não queria nascer - Prioridade Absoluta**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-nO5zyAQZQ>. Acesso em: 22 jul. 2024. Publicado por Alana em 29 nov. 2013.

MELO, Edson Ulisses de. Sociedade mais punitiva colherá mais violência. **Consultor Jurídico (ConJur)**, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-mar-27/edson-melo-sociedade-punitiva-colhera-violencia/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MESTRE, Gabriela. **Da prisão ao Planalto**: Lula era preso há exatos 5 anos. Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/da-prisao-ao-planalto-lula-era-preso-ha-exatos-5-anos/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MPPR - MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ **Direito de Família — Guarda e direito de visita**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Pagina/Direito-de-Familia-Guarda-e-direito-de-visita>. Acesso em: 30 out. 2024.

MPPR - MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ **O Ministério Público**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Pagina/O-Ministerio-Publico>. Acesso em: 01 set. 2024

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS / ABEPSS, 2009b.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. A judicialização da questão social — desafios e tensões na garantia de direitos. In: **Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos**, 2., 2012, Brasília. Anais [...]. Brasília: CFESS, 2012. p. 22-55. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

NOVA ESPERANÇA. **Decreto nº 5.772, de 09 de setembro de 2022**. Estabelece fluxo da rede de proteção no município de Nova Esperança e demais municípios da comarca. Disponível em: <https://www.novaesperanca.pr.gov.br/legislacao/5939.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

NUNES, Alexsandra Santana; ALAPANIAN, Silvia. O uso do princípio da reserva do possível e a política de saúde. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 121–136, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v12n2p121. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7582>. Acesso em: 25 set. 2024.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. ECA e suas mudanças em 30 anos de vigência. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. Apresentação: a luta pela proteção integral e pelo direito prioritário. In: PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge; SPOSATO, Karyna Batista; FREITAS, Raquel Coelho de (Orgs.). **A luta pela proteção integral**: edição comemorativa dos 30 anos do ECA. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020. p. [17-21].

PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge; COLARES, Thiago Pessoa. Atuação dos profissionais do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente na realização de escuta especial e de depoimento especial. In: PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge; SPOSATO, Karyna Batista; FREITAS, Raquel Coelho de (Orgs.). **A luta pela proteção integral**: edição comemorativa dos 30 anos do ECA. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020. p. [127-141].

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A Questão Social Serviço Social e Direitos de Cidadania. In: **Temporalis**, n.3, ABEPSS, ano 2, jan/jun., 2001.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Classificação das Comarcas: entrância final, intermediária e inicial. **Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003**. Curitiba, 2014.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I, n. 1, jul. 2009

SANTANA, Rodrigo dos Santos; SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. A política de assistência social em tempos de regressão de direitos e pandemia: uma discussão necessária. In: **IV congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos; v seminário nacional de território e gestão de políticas sociais; iv congresso de direito à cidade e justiça ambiental**, 2022, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Politica%20social%20seguridade%20social%20e%20proteca%20social/6498-407759-56714-2022-04-04.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTANA, Rodrigo dos Santos; VALENSUELA, Keila Pinna; SOUZA, Leonardo Carvalho de. **Deus, pátria e família? As implicações do bolsonarismo e da pandemia nos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil**. In:

ROCHA, Andrea Pires; SANTOS, José Francisco dos; PEREIRA, Irandi (Orgs.). Direitos humanos, infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: tensões e resistências. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. Parte II, p. 167-182.

SECHI, Bruno. Precisamos redescobrir e reafirmar as forças transformadoras. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2020.

SOUZA, Leonardo Carvalho de. **Os “menino” passam “liso” pelos becos e vielas: sobre quais adolescências e juventudes falamos?** In: ROCHA, Andrea Pires; PEREIRA, Irandi; SANTOS, José Francisco dos (orgs.). *Direitos humanos, infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistências e desafios*. Londrina: UEL, 2022. Capítulo 11.

TJPR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **FORO JUDICIAL**. Disponível em :<https://www.tjpr.jus.br/foro-judicial-cqj#:~:text=Comarcas%20de%20Entr%C3%A2ncia%20Inicial%3A%2077%3B%20Comarcas%20de%20Entr%C3%A2ncia,Entr%C3%A2ncia%20Final%3A%2018%2C%20al%C3%A9m%20dos%2019%20Foros%20Regionais> Acesso em: 23 set. 2024

UNICEF BRASIL. **História dos direitos da criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 09 ago. 2024.

VALENSUELA, Keila Pinna. **O acesso ao direito e à justiça na perspectiva dos direitos humanos: respostas do estado do Paraná às demandas sociais de crianças e adolescentes**. Tese de Doutorado. Londrina: UEL, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.uel.br/bitstreams/14e7ddb2-f0e2-44a6-9c16-4491cc22d59a/download> >. Acesso em: 27 abr. 2024.

VALENSUELA, Keila Pinna; ROCHA, Andréa Pires. O acesso ao direito e à justiça para crianças e adolescentes no estado do Paraná. In: CAMPOS, Eliane Christine Santos de; TORRES, Mabel Mascarenhas; LANZA, Líria Maria Bettiol (organizadora). **Serviço social e política social: debates contemporâneos**. Londrina: EDUEL, 2023. p. 155-185

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Maria Beatriz; SALLES, Paulo Mendes. Dezesete anos de judicialização da política. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 39–85, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Gm5Cm5Tv3br63xgNvJZX4wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2024.

VIANNA, Luiz Werneck. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. MELO, Manuel Palacios Cunha. BURGOS, Marcelo Baumann. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

ANEXO A – Parecer do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Judicialização da Questão Social e suas expressões na área infantojuvenil: desafios, implicações e perspectivas no universo sociojurídico

Pesquisador: KEILA PINNA VALENSUELA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79982824.3.0000.9247

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.878.114

Apresentação do Projeto:

A proposta de pesquisa tem como objeto a crescente judicialização das expressões da questão social relacionadas às crianças e adolescentes e seus impactos no acesso à justiça, a efetivação das políticas públicas e dos direitos humanos no contexto sociojurídico. Objetiva-se, portanto, problematizar tais questões. Por meio do método dialético, será realizada pesquisa de natureza qualitativa, abordagem exploratória, com revisão bibliográfica e análise documental, a partir dos materiais fornecidos pelo Ministério Público e Poder Judiciário da comarca de Nova Esperança/PR. Espera-se com essa pesquisa apresentar dados da realidade social sobre a contradição da judicialização e a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. Pretende-se pesquisar o seguinte objeto: a crescente judicialização das expressões da questão social relacionadas às crianças e adolescentes que impactam o acesso à justiça, a efetivação das políticas públicas e dos direitos humanos no contexto sociojurídico. Esta delimitação tem em vista desvelar o porquê cada vez mais expressões da questão social que deveriam estar sendo garantidas através de políticas públicas, são judicializados, portanto, acabam por serem levadas ao Poder Judiciário. Nestes termos, optou-se pela pesquisa qualitativa por melhor se adequar a proposta metodológica adotada e subsidiar as reflexões sobre o material teórico e documental a ser apresentado, porém sem excluir os dados quantitativos desta análise.

Endereço: Av: Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.114

Será realizada uma revisão documental por meio de informações colhidas via Processo Judicial Digital (Projudi) e materiais fornecidos pelo Ministério Público de Nova Esperança como amostragem da pesquisa, considerando a Comarca em questão. A partir deste universo sociojurídico, especialmente do Sistema de Justiça, delimitamos o período da pesquisa de aproximadamente 5 anos, contemplando 2018 a 2024.

Os processos administrativos e judicializados que serão analisados são:

1_ DIREITO À EDUCAÇÃO, SENDO:

1.1. ACESSO AS VAGAS EM CRECHE/ESCOLAS DE MODO GERAL;

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA;

1.3 ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR (VILA RURAL);

1.4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

2_ DIREITO À SAÚDE PÚBLICA, SENDO:

2.1. ACESSO A MEDICAMENTOS;

2.2. ACESSO AOS SERVIÇOS RELATIVOS À SAÚDE MENTAL.

3_ DIREITO DE FAMÍLIA:

3.1 CONFLITOS DE GUARDA;

3.2. PENSÃO ALIMENTÍCIA;

4_ DIREITO À HABITAÇÃO, SENDO:

4.1. ACESSO À MORADIA

Tais processos serão incorporados nas categorias empíricas e serão apresentadas e analisadas por meio da abordagem exploratória.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Problematizar a judicialização das expressões da questão social ligadas ao universo de crianças e adolescentes a fim de entender o acesso à justiça, na perspectiva dos direitos humanos e da consolidação de políticas públicas.

Objetivo Secundário:

- Compreender a judicialização da questão social e suas expressões na área infantojuvenil;
- Discutir o acesso à justiça na perspectiva dos direitos humanos, a partir do universo sociojurídico;
- Investigar processos judiciais e administrativos da área de crianças e adolescentes atendidos pela Comarca de Nova Esperança.

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.114

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos relacionados à pesquisa estão ligados ao fato de que todos os processos administrativos no âmbito do MP e do Poder Judiciário apresentarem certo grau de sigilo e portanto requerem o compromisso dos pesquisadores em não expor possíveis informações pessoais que possam estar presentes nos documentos fornecidos, de modo a caracterizar a identidade dos envolvidos ou mesmo trazer qualquer forma de constrangimento ou desconforto. As ausências de informações ou acesso aos documentos também constituem uma preocupação para o êxito da pesquisa.

Há também a preocupação de não se conseguir analisar 100% dos materiais adquiridos, considerando o volume deste, tendo que se limitar a analisar um percentual de processos judicializados e administrativos correspondentes.

É necessário retomar que a princípio não existe a necessidade de trazer ou apresentar nenhum processo enquanto o estudo de caso, no decorrer da pesquisa e que caso este pesquisador e sua orientadora encontrem essa necessidade, reforça-se compromisso ético profissional, e ainda a necessidade de aprovação desta mudança pelo comitê de ética pelo qual este projeto de pesquisa tramita.

Benefícios:

Com esta pesquisa pretende-se evidenciar o tema da judicialização de expressões da questão social e expor os rebatimentos do mesmo ao universo de crianças e adolescentes, apontando êxitos ou falhas no Sistema de Garantia de Direitos. A pesquisa traz benefícios ao aprofundar o conhecimento dos pesquisadores envolvidos sobre as categorias empíricas e analíticas que foram elencadas, bem como aqueles que se apropriarem dos resultados independente da área de estudo, poderão ter as primeiras noções acerca da temática. Portanto, há o compromisso dos pesquisadores em retornar a estas instituições, o resultado da pesquisa.

Embora exista a possibilidade de abrangência de diferentes públicos, destacam-se as áreas ligadas ao universo sociojurídico e que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. Sendo assim, pretende-se promover benefícios para as áreas envolvidas: acadêmica, profissional e social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ver Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados conforme a regulamentação do CONEP.

Endereço: Av: Gabriel Esperidião s/n sala 20		CEP: 87.703-000
Bairro: Jardim Morumbi		
UF: PR	Município: PARANAVAI	
Telefone: (44)99973-4064	Fax: (44)3141-4334	E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.114

Recomendações:

Ver Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo *relatório*, para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2348499.pdf	22/05/2024 09:19:14		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/05/2024 09:18:45	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	TERMODECIENCIATJPR.pdf	22/05/2024 01:48:53	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	Termodecienciapromotoria.pdf	22/05/2024 01:48:34	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	TERMODECIENCIADOMP.pdf	22/05/2024 01:47:52	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSODEUTILIZACAOEDADOSMinisterioPublico.pdf	22/05/2024 01:38:25	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSODEUTILIZACAOEDADOS.pdf	22/05/2024 01:37:30	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	SOLICITACAOEDISPENSADUEUSODOTERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOTCLEMinisterioPublico2.pdf	22/05/2024 01:35:38	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	SOLICITACAOEDISPENSADUEUSODOTERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOTCLEMinisterioPublico2.pdf	22/05/2024 01:34:59	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	SOLICITACAOEDISPENSADUEUSODOTCLE.pdf	22/05/2024 01:34:17	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_de_pesquisa.pdf	22/05/2024 01:28:46	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.878.114

Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	22/05/2024 01:28:46	KEILA PINNA VALENSUELA	Aceito
--------------	-------------------------	------------------------	---------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PARANAVAI, 10 de Junho de 2024

Assinado por:
Willian Augusto de Melo
(Coordenador(a))

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4334

E-mail: cep@unespar.edu.br